

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA****ACTA Nº 9/2006****Sessão Ordinária de Dezembro de 2006****20 de Dezembro de 2006**

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queirós Correia.

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, com excepção do Senhor António Manuel Baptista Borges, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Clotilde Manuel Duarte Cunha e Silva, Carlos Manuel das N. Reis dos Santos, Filipe Eduardo Miranda Ferreira, João de Matos Bernardino, António Alberto Alves Nunes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fazia representar nesta Sessão pelo Senhor Rui Manuel Lopes Rego. (Documento anexo à presente Acta).

Verificado o quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do nº 1. do Artigo 78º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Ana Carla Carvalho Venâncio, do PS, no período de vinte a trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, (Documento anexo à presente Acta), o Senhor João Nuno Calado Pimenta Lopes, da CDU, no período de dezanove a vinte seis de Dezembro de dois mil e seis, (Documento

anexo à presente Acta), o Senhor Francisco José Parra Curinha, do PSD, no período de quinze a trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, (Documento anexo à presente Acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pelo PS o Senhor José Manuel Antunes da Graça (Documento anexo à presente Acta), pela CDU o Senhor Amadeu da Ressurreição Lopes Moreira (Documento anexo à presente Acta), pelo PSD o Senhor Luís Manuel de Almeida Sampaio (Documento anexo à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

- 1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Grandes Opções do Plano para o Ano de 2007 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais) – (Proposta n.º 474/2006)”*;
- 2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Orçamento Ordinário para o Ano 2007 (proposta n.º 475/2006)”*;
- 3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea o) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Quadro do Pessoal – Alteração (Proposta n.º 410/2006)”*;
- 4 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município”*;
- 5 – Apreciação, nos termos da alínea a) n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Situação Actual da CRIL”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia, de seguida colocou a Ordem do Dia à discussão.

Senhor Deputado António Carixas: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa noite, público presente, relativamente a um ponto da Ordem de Trabalhos, nós queríamos levantar a seguinte questão, tem a ver com o ponto sobre a CRIL, e concretamente sobre uma Moção que a CDU tentou entregar, na Comissão, tentou estudar, elaborar uma proposta, ou um documento sobre essa questão da CRIL, essa Moção, não foi possível ser entregue no dia que nós pretendíamos, mas foi enviada a tempo, na nossa opinião, foi enviada a tempo dos dois dias de antecedência da realização da reunião, em que se vai discutir esta questão da CRIL, eu digo reunião e não Sessão, porque o que está no nosso Regimento, fala em reunião, e como nós já sabemos, a questão da CRIL, provavelmente não será hoje discutida, dado que os documentos, e a Ordem de Trabalhos é extensa, é pesada, nós pretendíamos perguntar ao Senhor Presidente, se de facto, essa Moção vai entrar no ponto da CRIL, ou não vai entrar no ponto da CRIL, porque, há aqui uma questão fundamental, que para todos, que é a seguinte, poderá ser estranho aos Deputados e ao público, que a CDU venha a apresentar eventualmente, uma Moção sobre a CRIL antes da Ordem do Dia, pode ser estranho, havendo um ponto da Ordem do Dia sobre a CRIL, porquê que a CDU terá que apresentar, eventualmente, uma Moção no período de Antes da ordem do Dia, a nossa intenção é que ela fizesse parte do ponto sobre a CRIL, fazia mais sentido do nosso ponto de vista, mas, pergunto ao Senhor Presidente da Assembleia, qual é a sua interpretação sobre a questão, muito obrigado.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, doutrina do Presidente, é a mesma que aqui expressou a instâncias do António Tremoço na última Sessão sobre a mesma temática, questões que o António levantou, este ponto foi agendado a pedido do Bloco de Esquerda, quer usar da palavra antes de eu explicar, ou quer usar depois, então pode usar agora, tenha a bondade.”

Senhor Deputado António Santos: “Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, digníssimo público, é um facto que o Bloco de Esquerda pediu o agendamento da questão do ponto da CRIL para

esta Assembleia Municipal, por razões, que hoje parecem evidentes, quer, bem, não sei se aos Senhores Vereadores, mas pelo menos, aos Membros da Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal, pareceu evidente, porque que era importante o agendamento para hoje, na nossa ideia, era que a Assembleia Municipal tivesse condições, de uma forma consciente, tomar a oposição sobre aquilo que estava colocado em cima da Mesa, que era o projecto definitivo da CRIL, para isso, e antes de colocar a questão na Assembleia Municipal, propusemos que a Comissão de Urbanismo tivesse o cuidado de reunir com a Câmara Municipal, porque era um dos parceiros, tal como a Câmara de Odivelas e a Câmara de Lisboa e com o Governo, na definição daquilo que é actualmente o projecto actual da CRIL, que ouvisse os Presidentes da Junta de Freguesia, em particular das Freguesias que estavam abrangidas pelo trajecto, e em terceiro lugar, pelas Comissões Cívicas de Moradores, em particular, de Alfornelos, da Damaia e da Venda Nova, como parte interessadas, como parte intervenientes e como parte que sempre tiveram voz, a mesma, esta Assembleia, em reuniões próprias, e em períodos de Antes da Ordem do Dia, em período destinado ao público, e portanto, fazia todo o sentido, que face ao novo projecto, a algo que era, algo de novo porque nunca tinha sido apresentado na sua versão final, que houvesse um esclarecimento absoluto desta Assembleia Municipal, não era nossa intenção, que amanhã, portanto hoje e amanhã, houvesse a necessidade absoluta de uma boa disposição desta Assembleia, nós consideramos à semelhança daquilo que consideram a maior parte, aliás a totalidade das Comissões Cívicas dos Moradores, e alguns dos Senhores Membros e Deputados da Assembleia Municipal, que foram algumas questões colocadas em cima da Mesa, mantêm hoje em dia reservas, nós considerámos que, provavelmente teria sentido não tomar uma decisão amanhã, e fazer um estudo, fazer um aprofundamento, fazer uma reflexão, sobre aquilo que está em cima da Mesa, e tomar uma posição mais tarde, nós verificámos, que depois da primeira ronda verificada com a Câmara Municipal, com os Senhores Presidentes de Junta e com as Comissões Cívicas, e na reunião posterior a essa três consultas da Comissão de Urbanismo, verificámos que todos os Partidos já tinham posição, o Partido Socialista manifestou uma posição clara, com várias nuances, mas uma posição clara, e o PSD também, e o CDS também, a CDU também e o Bloco de Esquerda também, nesse sentido, nós consideramos importante, se não existem dúvidas, que a Assembleia Municipal tem que ter responsabilidade política de assumir uma posição face a esta matéria, amanhã, no ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

próprio, e porque, do ponto de vista Regimental, parece o que as Moções estarão impedidas, no ponto próprio, depois de expormos a nossa posição, iremos sugerir um texto de recomendação à Câmara Municipal, evidentemente que pode existir um artifício, não é, a Moção, é a recomendação, mas achamos que é fundamental, esta Assembleia Municipal, e se há clareza nos Grupos Políticos, tem que assumir responsabilidades, a nossa proposta de recomendação amanhã, não é uma proposta de recomendação, pormenorizada de trajectos, é uma proposta de recomendação sobre um conjunto de actuações, consideramos que são necessárias para garantir que haja democracia, para que haja isenção, para que haja responsabilidade, e para que, fundamentalmente, sejam respeitados direitos elementares dos moradores que são afectados directamente pelo projecto da CRIL, nós não temos nenhuma objecção em que se apresente à Assembleia, aceite a Moção da CDU, aliás, eu li o texto, não tenho nenhuma objecção de fundo, mas é a minha opinião política pessoal, e é a opinião política do Bloco de Esquerda, aquilo que nós vamos apresentar, é algo parecido, mas é uma recomendação sobre procedimento, e portanto dependerá, aliás, vamos lá a ver, nós não queremos, sobre esta questão da CRIL, inventar factos políticos, a forma regimental, está dentro do Regimento, se deve de ser aceite, se não deve ser aceite, se deve ser votado, se não deve ser votado, não é um facto político, há dois factos políticos, há o facto político, que é o que está em cima da Mesa, o novo trajecto da CRIL, e há um segundo facto político, que é, que esta Assembleia Municipal tem a responsabilidade política, colectiva e individual de cada um de nós ter uma posição sobre esta matéria, esses são os factos políticos, o resto, é matéria de Regimento, isto é matéria de democracia formal, e que nós não devemos ficar presos a isso, para fugir à questão fundamental, a questão fundamental, é que há dois factos políticos em cima da Mesa, e nós vamos ter a coragem, não entrar em euforias, e a vontade de tomar posição sobre essa matéria, obrigado.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, eu acho que toda a Assembleia está esclarecida, e respondendo à CDU muito claramente, para que, eu costumo dizer que toda a gente aqui, excepto alguém que se engane, faz-se uma interpretação justa daquilo que é a sua verdade, bom, e respondendo só ao António, para que também isto fique clarificado, o que ocorreu foi o seguinte, ponto um, o pedido de agendamento, tal como o António Santos aqui descreveu, foi feito pelo Bloco de Esquerda, nos termos em que o Bloco de Esquerda o faz, a

Mesa limitou-se a entender que o ponto era legítimo, legal, e que o devia introduzir na Ordem do Dia, o Bloco de Esquerda manifestou, na altura, numa Conferência de Líderes, pela voz do António Santos, que não iria apresentar nenhuma Moção, naquele momento, até utilizando a expressão muito própria, que agora não me lembro, já foi como aquele de resolver isto, já não me lembro qual foi a expressão que o António utilizou, porque não há gravações das Comissões, e portanto, toda a gente sabia que, o que o Bloco de Esquerda pretendia, era fazer uma apreciação pública, na Assembleia, da situação da CRIL, e não requereu, digamos, a apresentação de qualquer documento, independentemente de agora, da vontade do Bloco de Esquerda, isso já é outra questão, mas eu estou a fazer a descrição factual, que não apresentou qualquer documento, e como os Senhores Deputados sabem, nos termos da Lei que nos rege, sempre que o Presidente assina a Ordem do Dia, é obrigado a remeter com dois dias úteis de antecedência a todos os Senhores Deputados, todos os documentos que sejam, posteriormente, sujeitos a votação nessa mesma Assembleia, sob pena de haver qualquer um dos Senhores Deputados, que aqui impugne qualquer uma dessas deliberações que não cumpra a Lei, e portanto, eu estou vinculado a cumprir a Lei, e é isto que estou a esclarecer, quanto à circunstância de interpretação, e aqui já é uma interpretação, e eu penso que o António Carixas não faz com qualquer intuito menos próprio, faz uma interpretação, no meu entender, errada, da Lei, que isto vai ser discutido na outra reunião, e não na Sessão, ora a Ordem do Dia não é para reuniões, colegas, é para Sessões, Sessões Ordinárias e Sessões Extraordinárias, a Lei, o que permite, é que cada Sessão Ordinária tenha mais do que uma reunião, tenha 4, 5, 6 reuniões, cada Sessão, se for Extraordinária x reuniões, se for Ordinária 'y' reuniões, a Ordem do Dia, não é feita antes de cada reunião, é feita antes de cada Sessão, e antes de cada Sessão, com dois dias úteis de cada uma destas Sessões, Ordinárias ou Extraordinárias, estas sessões obviamente, podem ter 1, 2 ou 3 reuniões, e antes da primeira reunião que é marcada, eu tenho de enviar a Ordem do Dia aos Senhores Deputados, e os documentos suportam cada um dos temas a debater, eu neste momento, farei a interpretação rigorosa da Lei, que é aquela que sempre tenho feito, fiz aqui na outra semana as instâncias do Tremoço, e hoje continuarei a fazê-la, agora, os Partidos no momento próprio, se quiserem apresentar Moções ou não, a Assembleia deliberará ou não, mas não me compete a mim, agora ensinar aos Partidos Políticos como é que fazem ou não fazem esta matéria, quanto à circunstância do António Carixas, também para clarificar, dizer que houve uma tentativa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

entrega deste documento da CDU na Comissão, efectivamente o Carlos Almeida, as pessoas têm nome, eu também tenho nome, eu estava a presidir essa Comissão, juntamente com a Elisabete, o Carlos Almeida tentou entregar-me este documento, eu disse-lhe que os documentos eram entregues oficialmente, não era a mim, no fim dessa reunião com as Associações das Comissões que foram ouvidas nessas reuniões, eu disse-lhe que teria de fazer o envio do documento para a Assembleia a partir das 9 da manhã, o que não dá dois dias úteis, como deve de compreender, às 9 da manhã do dia 19, ele fez à 1 e 56 minutos por via electrónica, portanto não foi dois dias úteis, se é que ainda sei alguma matemática, não foi dois dias úteis de antecedência, e portanto, também não pode andar o Presidente, meia hora antes da Assembleia sempre que um grupo parlamentar se lembra de enviar um documento, a mandá-lo distribuir pelos Senhores Deputados, a Lei não diz isso, é contra a Lei, e portanto isto não é possível, portanto, Senhores Deputados, esta é a interpretação que se faz, que é a Lei, não há mais nenhuma a fazer, e esta é a verdade daquilo que aconteceu.”

Senhor Deputado António Carixas: “Não vou pôr em causa a verdade, Senhor Presidente, mas só queria tirar do nosso ponto de vista, algumas conclusões, não é só a Lei que está em causa, no nosso ponto de vista, nós portanto vamos inclui-la no Período Antes da Ordem do Dia, essa Moção, mas só queria dizer o seguinte à Assembleia e ao Senhor Presidente, poderemos falar nisto na Comissão Permanente, mas de qualquer maneira, ou nós vamos levantar essa questão na Comissão Permanente, de qualquer forma a nossa conclusão é a seguinte, o artigo do Regimento não está conforme o Artigo da Lei, esta é a nossa opinião, Senhor Presidente, com certeza que sim, mas temos de adequar o Regimento à Lei, para não criar interpretações diversas, segunda questão, não vai haver nenhum documento sobre a CRIL, não vai, e depois a terceira conclusão e última, no nosso ponto de vista, o funcionamento das Comissões têm que melhorar, para nós é importante dizer isto, Senhor Presidente.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a Ordem do Dia, sendo aprovada por unanimidade. (Documento anexo à presente acta).

Senhor Deputado António Serrano: “Apenas para assinalar que aprovámos a Ordem do dia, e cujo ponto 5 é “Apreciação da situação actual da CRIL”, e não apreciação de qualquer tipo de documento ou recomendação, é só dar chamar à atenção do que acabámos de aprovar.”

III- CORRESPONDÊNCIA

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no nº. 2 do Artigo 30º. do Regimento.

IV – PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente da Assembleia** iniciou o período com explicação Regimental e inscreveram-se os Senhores: José Fernandes, João Adão, Fátima Cadina, José Clemente, Carlos Perry, Vítor Brilhante.

Senhor José Fernandes: “Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia, também é um gosto vir aqui, falar a esta Assembleia, nesta época natalícia, nesta quadra de amor e vontade, e em que a Assembleia municipal aprecia orçamentos e actividade para 2007, vou fazer um pedido, eu, para mim, habitualmente não faço pedidos, peço para aqueles que merecem, e para aqueles que mais precisam, a Associação Humanitária dos Voluntários dos Bombeiros da Amadora, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, eu não estou de posse dos montantes designados no Orçamento, no Plano de Actividades para 2007, por aquilo que me transmitiram, as comparticipações para os Bombeiros, há anos que se mantêm nos mesmos valores, o facto é que, os custos aumentam, a inflação existe, os aumentos dos combustíveis tiveram um peso muito significativo durante o corrente ano, e não se espera que vá abrandar para o próximo ano, as despesas com o pessoal são certas, significa isto em termos reais, atendendo aos valores da inflação, as comparticipações da Câmara para com os seus Bombeiros, têm decrescido ano após ano, os Bombeiros voluntários da amadora, querem continuar a desenvolver o seu trabalho, nas populações da Amadora, nunca se pouparam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

esforços, quer seja nas doenças, quer seja nos acidentes, nas intempéries, para que as pessoas e bens, sejam devidamente protegidas, precisamos do carinho e do apoio de todos os Órgãos Municipais, do nosso Município, Câmara Municipal, e também as Freguesias, e tendo em conta a dimensão dos orçamentos das Freguesias, cabe realçar a atitude da Junta de Freguesia da Mina, que todos os anos nos tem auxiliado, e vem sempre actualizando os montantes que nos são atribuídos, isto tendo em conta as dificuldades das Juntas de Freguesia, e os fracos orçamentos, é sempre de salientar, também outras Freguesias nos têm ajudado, Senhores Presidentes de Junta, em nome dos Bombeiros Voluntários da Amadora, a todos, e muito especialmente ao Presidente Joaquim Rocha, mas também aos restantes, o meu muito e muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, nesta quadra de boa vontade, o meu apelo, o apelo para a vossa sensibilidade para os problemas que hoje resolvi trazer a esta Assembleia, para que possamos continuar a bem servir todas as missões que são cometidas aos nossos Bombeiros, a todos um bem hajam, e também um Feliz Natal a todos, e também às vossas famílias, disse Senhor Presidente, muito obrigado.”

Senhor João Adão: “Muito boa noite Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, à Câmara Municipal na Pessoa do Senhor Presidente também, boa noite aos Deputados Municipais que aqui se encontram presentes, sou um elemento da Associação Cívica de Alfofnelos, irei expor só algumas ideias, com a situação do ponto que vai ser tratado mais tarde sobre a CRIL, a CRIL e a radial da Pontinha, é que Alfofnelos fica com a CRIL de um lado e a radial do outro, fica com 200.000 viaturas a passar diariamente, diariamente, repito, é sobejamente conhecido que, a não existência de mapa de ruído neste Concelho, e estando eventualmente numa gaveta, algures, não permite que tenha tido em linha de conta o mapa do ruído do Concelho, até que a CRIL e o IC16, sejam executados, e então aí, ou vai sair eventualmente, se calhar, da gaveta, de qualquer maneira há uma outra questão, é que Alfofnelos além do mais fica num vale, e portanto, é como se fosse uma cova, é como se fosse um poço da morte, o monóxido de carbono vai matar a população de Alfofnelos, 15 a 17.000 pessoas, isto pesará na consciência das pessoas que tomam as suas decisões, mas mais, é que nem vai matar nem só os comunistas, nem só a quem está, contra, digamos, este desenvolvimento do projecto da CRIL, vai matar a população toda, do PS, do PSD, do CDS, todos eles morreram

exactamente na mesma, a risota é interessante, mostra claramente também a forma como as pessoas estão receptivas a esta situação, de qualquer maneira, o impacto visual de duas auto-estradas a passarem ali, o impacto negativo do ruído, desenvolvido pelas 200.000 viaturas a passar, a poluição do ar que vão provocar, cria uma situação que não permite de maneira nenhuma, nem à população de Alfofnelos, nem à Associação Cívica de Moradores de Alfofnelos, aprovar, apoiar minimamente sequer esta situação, nem sequer com alteração, os túneis têm que ser verdadeiros nas duas vertentes, na vertente que tem a encosta da Azinhaga dos Besouros, ou nessa zona, ou na encosta de Alfofnelos, na encosta de Alfofnelos, que poderá ir por baixo da Falagueira, pode ir em túnel como quiser, mas têm que retirar a morte lenta a Alfofnelos, esta é uma situação que eu penso, e peço a todos, que eu julgo que estão todos de boa fé, que olhem para esta situação, e em relação a Alfofnelos, é o que se me oferece dizer de momento, com a garantia de que nós continuaremos a acompanhar.”

Senhora Fátima Cadima: “Muito boa noite a todos, Comissão de Moradores da Damaia, Governo e Câmara Municipal da Amadora, anunciam com poupa e circunstância e estrada da morte para a CRIL, quando existe uma melhor solução, esta nova proposta projectual, é um atentado à democracia, viola grosseiramente a declaração de impacto ambiental, os Senhores dizem que este é o melhor projecto possível, falta dizer para quem, na realidade, este é o projecto possível para o consórcio de projecto Falagueira/Venda-Nova, porque satisfaz a exigência relativamente à existência de desce nós, nomeadamente o nó, rotunda da Damaia completo, o nó das Pedralvas, o nó de Alfofnelos e a rotunda de Benfica, para ligar às avenidas estruturantes da futura urbanização, evitando tocar nos terrenos da Quinta do Estado, entre outros, este projecto, com um traçado em serpentina, é o pior possível para a área metropolitana de Lisboa, e para os cidadãos, porque, potência o acidente rodoviário, com a inevitável perda de vidas humanas, uma autêntica estrada da morte, não vai resolver os problemas rodoviários, devido à existência de números de entradas e saídas, tipo 2ª Circular, tem um impacto extremamente negativo, na qualidade de vida de milhares de moradores existente, é intolerável que se apresente um projecto tão mau, quando existe alternativa que resolveria todos os problemas, e tudo isto, por imposições dos interesses ligados ao projecto imobiliário da Falagueira/Venda-Nova, também este projecto, é um verdadeiro atentado aos municípios da Amadora, questiono-vos, e gostaria da vossa resposta, será que a Amadora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

precisa de mais fogos, quando existem milhares de fogos devolutos, será que estes poucos terrenos que restam, não deveriam ser utilizados para benefício da população existentes, será correcto em termos ambientais transformar a lagoa da Falagueira num espaço de betão, será que já pensaram no risco de cheias para as zonas baixas envolventes, Damaia, Venda Nova e Alfofnelos, se destruírem uma zona de captação das chuvas, será que avaliaram os impactos negativos para a população existente ao trazerem para esta área mais de 30.000 residentes e respectivos automóveis, será que o betão e os interesses privados são mais importantes que o interesse da população, será que os Senhores desta Assembleia estão bem informados, ou deliberadamente propõem-se a prestar um mau Serviço Público, muito obrigada e um Bom Natal para todos.”

Senhor Paulo Ferreira: “Ora boa noite a todos, na sequência que reputo de lamentáveis que se passaram aqui no dia 14, na semana passada, vinha apenas fazer esta afirmação, as respostas prestadas na última Sessão do dia 14 de Dezembro, são perfeitamente elucidativas da postura com que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora defende o interesse público, palavras para quê, perante uma questão tão importante como a CRIL, opta por não dar uma resposta efectiva a questões concretas por nós colocadas, permitindo-se ofender publicamente os cidadãos que o interpelam, as acções ficam com quem as pratica, enquanto cidadãos eleitores e contribuintes líquidos desta Autarquia, e consequentemente de todos os eleitos que aqui estão, limitamos exigir serviço por parte daqueles que foram eleitos, ao que lhes confere mais obrigações do que eventuais direitos, muito obrigado, Bom Natal a todos.”

Senhora Isabel Jorge: “Boa noite, venho colocar quatro pontos, no meu ver, são para mim mais importantes que muitos outros pontos, que aí os Senhores se divertem aqui durante as vossas Sessões a jogarem pingue-pongue, para mim, como munícipe desta localidade, agradeço a correcção, venho perguntar a alguém de direito que me responda ao seguinte, eu gostaria de saber, quais são os deveres, as obrigações, ou falando melhor, o que é que fazem, o que é que estão a fazer os Polícias Camarários na Amadora, segundo, quem, devo chamar, quando o meu carro, quando preciso de estacionar o meu carro de deficiente, do meu marido, no meu local, e se encontra, se eu sair 20 vezes de casa, 20 vezes eu encontro ocupado com a

Polícia Camarária a dar o ok aos senhores para lá estacionarem, com um grande sorriso, mas quando eu lhes pergunto a quem devo chamar, eles dizem, o problema não é meu, isso é com a PSP, nós só cá estamos por causa dos vendedores ambulantes, por isso é que eu pergunto, para que é que eles servem e o que é que eles lá estão a fazer, outra coisa é, do lado direito precisamente da Av. Gago Coutinho, há 6 lugares todos eles com estacionamento específicos, 2 para deficientes, um deles é o do meu marido, dois para carga e descarga, e outros para outras coisas que lá estão, ora acontece que os lugares de carga e descarga têm um horário para durante a semana, e um horário para durante a semana, durante a semana estão sempre ocupados, por carros pertencentes por carros que têm um comércio ali, para quê, porque assim não pagam os tiques, sim, porque os senhores que andam a passar os tiques, a ver os carrinhos que não têm o tique, chegam ali àqueles 2 lugares, passam em frente e vão-se entreter a multar os outros, eu pergunto porquê, porque eles têm uma loja aberta, então arranjam lugares e paguem, porque eu tenho o direito ao meu lugar, e não estou, para quando chegar, esteja uma camioneta a fazer carga e descarga com o consentimento da Polícia Camarária, e que me digam que eu tenho que estacionar noutro sítio, inclusivamente posso estacionar em cima do passeio, eu qualquer dia levo o carro para casa, talvez dê jeito, o quarto ponto, é precisamente que me informem a quem devo mesmo recorrer, eu não sei se devo mesmo chamar a PSP, se devo chamar a Polícia Camarária, se devo chamar algum reboque particular para rebocar, ou se devo passar a utilizar aquilo que me dá vontade, que é chegar lá, danificar o pneu, porque realmente é triste vir a Polícia, ao fim de duas e três horas de eu estar ali à espera que alguém chegue, tendo eu telefonado, e que me digam, à, pois sabe, agora o reboque está em tal sítio, tudo certo, eu aceito, só não aceito é quando chega o reboque, o senhor que estava estacionado é proprietário de uma loja de telemóveis, aqui na, isto foi a última vez que aconteceu esta semana, aqui no Babilónia, não pagou reboque, e nem sequer lhe foi passado o auto da multa, eu assim também gostava de ser conhecida dos Senhores da Polícia, é que eu sou conhecida pela pessoa que mais vezes liga e dá trabalho à Polícia, porque realmente, se eles ganhassem pelas vezes que eu chamo, eu posso dizer que num mês, eu chamei vinte vezes a Polícia, é obra, eu acho que já mereço uma medalhinha da pessoa que mais trabalho dá à Polícia, é só isso, boa noite, um Bom Natal.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor José Clemente: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, agradeço se caso eu demore mais um pouco, o Presidente da Assembleia me dê mais um minuto, a CRIL é uma obra fundamental para o desenvolvimento e mobilidade para o Concelho da Amadora, isso ninguém tem dúvidas, mas tal como está o projecto, trará um impacto imensamente negativos para as populações abrangentes, perante as alterações ambiental das alterações do projecto, sou forçado a concluir que se mantêm impactos negativos em relação à Damaia, nomeadamente, previsões de níveis de ruído, continuam a ultrapassar as Normas Nacionais Europeias, além do tráfego automóvel ultrapassar os limites justificados no Decreto-lei 146/2006, de 31 de Julho, mantém a não apresentação dos lençóis de água dos lençóis freáticos, e não apresenta também o estudo de controlo e escoamento da barragem criada ao fundo da Rua de Goa, se repararem no projecto ao prove do três, figura oito ponto 2 ponto 4 do referido relatório, porque o regulamento do túnel se levar cerca de dois metros acima do regulamento natural, tornando essa barreira inadmissível, a não apresentação sobre o impacto das vibrações dos edifícios, sobretudo durante as obras de execução, mantém aumento às barreiras arquitectónicas nas ligações pedestres entre as ligações Damaia e Santa Cruz de Benfica, e acesso às portas de Benfica, e Estrada da Damaia na zona do nó da Damaia, mantém o efeito de clivagem social entre as comunidades vizinha dos dois lados da CRIL, pelo restabelecimento de vias de circulação automóvel agravadas pela janela de respiração da CRIL, autêntico fosso de separação cultural e social, mantém a ausência de estudo de impacto e ou de poluição atmosférica no percurso entre a linha de Sintra e a rotunda da Damaia, a nível do ordenamento do território, foram esquecidos o ambiente e as populações, e o aspecto de planeamento plástico é gritante e ultrajante para as populações residentes, logo, a recuperação e revitalização urbanas, continuam aquém do espectável por insuficiente desajustadas e injustas, o nó da Damaia é um conflito ambiental e de sinistralidade e por isso deve ser eliminado, as populações sentem asseguradas nas expectativas de um enquadramento urbano e paisagístico, que regressem ao nível de qualidade e respeito pelas mesmas, agravado pelo facto de aumento de faixas de rodagem, dentro do túnel, de duas vezes três para três vezes quatro, as situações de emparedamento anteriormente apontadas, não foram de todo banidas, antes de deslocalizadas algumas, rotunda da Damaia, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

insuficientemente eliminadas Canedo da Damaia e Rua de Goa, ao analisar a posição feita ao projecto pelo Instituto do Ambiente e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional em Vale do Tejo, é de notar que apontam negatividade, falta de estudo e condicionamento de tal grandeza, nefastas para as populações envolventes, que mais não será que repudiar o projecto, este projecto, é um atentado à directiva 2001/42 CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de lamentar que na tomada de posição que a Câmara Municipal da Amadora fez e que se encontra no Instituto do Ambiente, não aponte um único ponto negativo, este projecto, é um presente envenenado que o Governo nos quer impor, não o aceitamos, um Bom Natal para todos.”

Senhor Carlos Perry: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Câmara Municipal da Amadora, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimo público, minhas senhoras e meus senhores, hoje traz-me aqui um assunto, talvez interessante, é a comparação do Sistema Solar e a CRIL, e passo a ler, (Documento em anexo à presente Acta), muito obrigado pela tolerância, um Bom Natal para todos.”

Senhora Neide: “Boa noite para todos, Senhor Presidente, vim aqui para pôr um problema, em duas vertentes, é assim, o Senhor sabe que eu sou de Carenque, e portanto é de Carenque que eu venho falar, em Carenque, como em muitas partes do País, há casos de extrema pobreza, eu venho falar de Carenque porque é um meio muito pequeno, e efectivamente eu conheço desde que nasci, nós temos lá casos de extrema pobreza, pessoas a passarem fome, e acontece que não temos nenhuma instituição que nos possa socorrer, pura e simplesmente não temos nenhuma instituição, a situação tem-nos magoado, porque não temos facilidade de entrar em contacto com as Assistentes Sociais, porque é muito difícil, não se percebe porquê, mas efectivamente a pessoa tenta todos os meios, mas não consegue entrar em contacto com as Assistentes Sociais, parece que são um estilo de pessoas que estão acima de todos os outros, e por aí ficamos sempre paradas, andamos, andamos, andamos, quem tem boa vontade como eu, e não chegamos a parte nenhuma, posto isto, e como conhecemos os casos que são muito deprimentes, na última Assembleia de Freguesia, portanto na Freguesia da

Mina, com o Senhor Rocha, foi posto este problema, o Senhor Rocha, também vai conhecendo, Presidente Rocha também vai conhecendo também as situações, e ele pôs-nos a condição, pronto, o que estava mais acessível, são duas IPSS, na Junta de Freguesia da Mina, que é o Saber Fazer, e a AMORAMA, e que, são IPSS, e portanto, talvez nos pudesse ajudar nesta situação, claro que não era nada seguro, mas foi o que realmente ele vislumbrou no caso, na Assembleia estava o Presidente da AMORAMA, que é o Senhor Reis, que é vogal na Assembleia da Mina, e que juntamente com o Presidente Rocha, falaram no caso, e tentaram de imediato ajudar a resolver as situações, tocou-lhes, e efectivamente, tentaram, vamos ver como é que conseguimos resolver, portanto, o Senhor Reis com toda a sua boa vontade, porque creio que a AMORAMA neste momento é uma IPSS, e é subsidiada pela Segurança Social, talvez consiga ir a Carenque e resolver o problema, este foi o diálogo que se criou ali na Assembleia que foi extremamente útil, mas posto isto, há outro problema, que é, nós em Carenque só temos um lugar publico, que é a Associação de Reformados de Carenque, que o Senhor conhece tão bem como eu, é realmente um lugar público, mas é um lugar que não tem condição para que a AMORAMA ou qualquer outra instituição, neste caso seria a AMORAMA, lá possa ir servir um almoço àquelas pessoas que necessitam, portanto o que é que eu peço no dois em um, é assim, um caso é realmente casos de fome, portanto, não posso ignorar, são casos que nós temos, são mesmo casos de fome, é tudo uma circunstância, são pessoas de idade, na generalidade, pessoas de idade, depois a questão do local, onde a AMORAMA poderia, neste caso a AMORAMA, que foi a AMORAMA que se disponibilizou, podia ir dar uma ajuda, é assim, o Presidente conhece a Associação de Reformados, tão bem quanto eu, e efectivamente nós não temos probabilidade naquele local de tentar resolver com a AMORAMA, neste caso, se realmente fosse possível, a situação, portanto, o que é que eu venho pedir, venho pedir que o Senhor, a Vereadora Carla também mais ou menos tem conhecimento, porque o Presidente dos reformados, creio que já também tem posto o caso à Vereadora Carla, é assim, aquele espaço, realmente foi feito com muito boa vontade, mas já superou as nossas possibilidades, portanto, é pequeno, não temos como fazer, o que eu peço nisto tudo, é que o Senhor Presidente e a Vereadora Carla vão lá, e tentem saber o que é que nós podemos fazer naquela Associação de Reformados, para baixo, para cima, para o lado, para qualquer lado, para qualquer lado que possamos servir as pessoas que ali precisam, oh Senhor Presidente, desculpe, pronto, muito obrigada.”

Senhor Vítor Brilhante: “Boa noite a todos e a todas, o que me trás aqui ao Plenário falar é o seguinte, a questão da CRIL, a necessidade da discussão pública, que passos é que tem sido dados para a discussão pública sobre o projecto CRIL, projecto CRIL, segundo últimas informações aprovado pela Câmara Municipal da Amadora, de Lisboa, de Loures e falha-me assim uma coisa qualquer, mas isso é o menos, um projecto desta importância que vai implicar com a vida das pessoas que vivem em torno da zona onde vai passar a CRIL, merece uma discussão pública, profunda, documentada, onde as pessoas, onde os moradores possam expressar a sua opinião, possam dizer do concordo ou não concordo, numa última Assembleia Geral, eu sou morador da Venda nova há 22 anos, eleito pelo Bloco de Esquerda para a Assembleia da Freguesia da Venda Nova, na última Assembleia Municipal aqui, foi dito que há uma falta de coordenação de ligação entre os elementos eleitos pela Venda Nova e pelo Bloco de Esquerda aqui na Assembleia Municipal, clarificar o seguinte, se a questão da CRIL é uma questão deveras importância para a qualidade de vida dos moradores da Amadora, que vão ser atravessados, que vão ter como vizinhança a CRIL, há que ter bastante atenção à maneira como é convocada e como é mobilizada à população para discutir, eu estava convencido pessoalmente, que a Junta de Freguesia da Venda Nova, não tinha convocado reunião nenhuma para discutir este problema, estive há um bocado com o Senhor Presidente Quadrado Rego, ele mostrou-me realmente o Edital, que foi convocado uma discussão para 2004 se não me engano, corresponde, agora o problema é o seguinte, quando nós queremos discutir problemas de fundo que vão colidir com a qualidade de vida da pessoas, não é o Edital, não é o dever cumprido, não é o Edital posto à porta da Junta de Freguesia como dever cumprido, porque a população da Venda-Nova, o que sentiu, foi quando a Associação de Moradores, a Associação que já esteve aqui a falar, resolveu convocar a população às portas dos prédios onde tinha a convocação, numa série de sítios tinham convocação, esta é uma maneira de discutir, esta é uma maneira de convocar, é uma maneira das pessoas perceberem que se está a passar um problema e que lhe diz respeito, e que vai influenciar directamente a sua qualidade de vida, a Assembleia de Freguesia da Venda Nova, nunca definiu posição, a Junta de Freguesia da Venda-Nova, em documento oficial assinado pela Junta de Freguesia da Venda Nova, não tem uma posição, no entanto, diz-se o seguinte, a população da Venda-Nova tem o seu problema resolvido, porque vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

atravessado em túnel, quero lembrar, e o Senhor Presidente, e toda a gente aqui que se identifica com o problema, que o túnel vem da Damaia, morre nos torreões das Portas de Benfica, é verdade que a CRIL não vai atravessar o território da Venda Nova, mas o som, o ruído de fundo de 103.000 de carros a passar de dia e de noite, não conhece fronteiras, não vê a fronteira Lisboa/Venda-Nova, passa junto à população residencial da Venda Nova Velha, entre as Pedralvas e a Venda-Nova, e o ruído não conhece fronteiras, e Senhor Presidente, e restantes pessoas aqui presentes, só dizer o seguinte, depois dos estudos que foram feitos sobre o ruído que vai ser libertado da saída em túnel a seguir ao terreno da Venda-Nova, com as faixas abertas, a céu aberto, eu tenho a certeza de uma coisa apesar de já ter sido aprovado, se algum dos senhores, morasse onde eu moro, alguns dos Senhores morassem naquela zona, nenhum dos senhores aprovava de certeza aquela coisa, acabo já, eu como morador daquela zona, tenho por direito de exigir que aquilo não seja feito, eu como representante de um Partido que foi eleito segundo um programa, tem por dever lutar para que aquilo não seja feito, se algum dos Senhores morasse lá, nenhum dos Senhores aprovava aquele projecto, é só.”

Senhor Presidente da Câmara: “Obrigado Senhor Presidente, eu, sobre as questões da CRIL, e já ouvi e já conheço as posições que foram manifestadas aqui, tivemos oportunidade de já falar sobre elas, e de maneira que não vou, naturalmente pronunciar, sobre aquilo que naturalmente está no direito de cada um, daquilo que pensa, daquilo que é a sua maneira de analisar o problema, e naturalmente não vou fazer nenhum juízo de opinião sobre o que cada um disse, evidentemente que cada um tem o dever e a obrigação de analisar à sua maneira, e dentro do seu ponto de vista, exprime as suas posições, o que é perfeitamente normal, de salutar e democrático, sobre a questão que o José Fernandes colocou, dizer ao José Fernandes o seguinte, sobre a Associação dos Bombeiros Voluntários da Amadora, eu digo isso com, devo dizer com alguma tristeza, porque se calhar andámos distraídos muito tempo, muitos, no passado, em que não tivemos esta frontalidade, esta maneira de ver e esta reivindicação em relação ao Bombeiros voluntários durante anos, aliás lembro-me da proposta daquilo que tem a ver com as transferências no âmbito daquilo tudo que é um, enfim, um acordo de colaboração entre a Câmara e os Bombeiros Voluntários da Amadora, foram substancialmente aumentadas, como sabe, no meu tempo, um aumento substancial, porque

entendi, que era necessário dar meios para que a Associação pudesse ter um corpo permanente, nomeadamente, permitisse assegurar o funcionamento durante a noite, através de um corpo profissional pago, e foi nesse sentido que as verbas foram aumentadas, não é a mim que me compete gerir a forma de utilização dos dinheiros da Associação, há uma coisa que eu tenho dito sempre, temos que separar, entre aquilo que é o papel de uma Associação no âmbito que preste ao serviço público, no âmbito da segurança, protecção, e aquilo que é as componentes que uma Associação tem nas outras áreas como qualquer outra Associação, e os dinheiros que têm sido disponibilizados, têm sido sempre disponibilizados para o Corpo Operacional, e para o Corpo de Bombeiros, é evidente que compete das direcções fazerem gestão, eu sei que é difícil, separar os dinheiros, também sabemos disso, sabemos que estas questões não são fáceis, mas de facto tem sido esta a forma, e também quero dizer que, independentemente de tudo, nós nunca recusámos nenhum tipo de apoio extraordinário aos Bombeiros Voluntários, desde a compra de viaturas, sempre que foi disponibilizado pelo Governo Central a sua parte, nós tivemos e respondemos, mesmo quando foi a questão dos fardamentos, capacetes, etc., a Câmara suportou todos os custos, e não quis suportar parte dos custos, por isso estamos disponíveis, independentemente, naturalmente dos orçamentos, independentemente daquilo que tem a ver com a inflação, que é para todos, para a Câmara também é inflação, para a Câmara também há aumento com as despesas com o pessoal, para a Câmara também existe o aumento dos combustíveis, também existe tudo, nós também temos que fazer uma gestão apertada, e isso estamos a fazer, e aquilo que eu digo, é, a Câmara mantém o princípio que sempre manteve, de apoiar, quando, os Bombeiros, no âmbito também das competências que têm outras entidades, nomeadamente a o Poder Central, tem essa competência e obrigação, disponibilizar os meios necessários, quer seja para viaturas quer seja para equipamento, a Câmara, seguramente responderá com a sua parte, e não ficará, não é por causa da Câmara que os equipamentos não são comprados, aliás nunca foi por causa da Câmara, às vezes é por causa do Poder Central, que não põe as verbas necessárias, bom, era esta nota, e com a frontalidade como já me conhece, eu penso que estamos, enfim, D. Isabel Jorge, eu digo que tenho muita dificuldade em perceber aquilo que se passa, ou seja, que tanto a PSP como a Polícia Municipal, enfim, se recusem a fazer aquilo que é as suas obrigações, a Polícia de Segurança Pública tem as suas obrigações claras, definidas, bom, e às vezes é tão autuante e outras vezes, enfim, não é tão autuante, e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

maneira que eu acho que deve naturalmente exigir à PSP, e digo mais, em relação àquilo que tem a ver com os lugares ocupados, numa placa de estacionamento reservado a deficientes, perfeitamente identificada, eu permito-me dizer-lhe que gostaria que da próxima vez que disse-se à Polícia Municipal, o fizesse, se eles não fizerem, tomasse nota, tem um direito que também lhe assiste, de qual é o membro da Polícia Municipal que não actuou, porque eles se não têm condições, chamam a Polícia de Segurança Pública, é isso que têm que fazer, e no entanto que me comunique, é isso que eu espero, que possa fazer, sobre a questão de estacionamentos de cargas e descargas é evidente que existem espaços de cargas e descargas, não é para as pessoas, independentemente de serem lojistas ou não serem lojistas e porem lá o carro, é para esse efeito mesmo, porque os lojistas daquele espaço têm os mesmos direitos que têm os outros cidadãos, os mesmos, por isso não têm mais nem menos, têm os mesmos, e por isso têm lugares próprios para estacionamento não tarifado, e têm lugares próprios para estacionamento tarifado, bom, e por isso eles sabem as regras do jogo, agora o que não é, e digo-lhe que isto também já me aconteceu em vários sítios, nomeadamente na Santos Matos, em que os lojistas permanentemente reivindicavam que devia de haver estacionamento marcado, e depois o que se verificava lá, é que os lojistas é que tinham lá todos os dias os carros de manhã à noite, o que quer dizer que os próprios clientes não podiam estacionar o carro, bom, e por isso pusemos os parquímetros mas continuam a haver os mesmos problemas, sobre a questão do reboque demora, e penso que não foi nenhum reboque da Câmara Municipal, um reboque chamado pela Polícia de Segurança Pública, é da própria Polícia, não, a Câmara tem reboques para actuar em relação àquilo que são áreas da sua própria intervenção, a Polícia de Segurança Pública tem os seus reboques próprios, e digo-lhe claramente, devo-lhe perguntar se esteve lá a Polícia de Segurança Pública ou a Polícia Municipal, porque do ponto de vista de actuação de alguém que é chamado o reboque colocado, seja quem, for, leva a multa e paga o reboque, seja quem for, e essa é a norma que tem sido aplicada em relação a todos, bom, e por isso, espero naturalmente, apesar de não ter nada a ver com a PSP, mas é evidente, estes casos também, como devem calcular também me incomodam, o que eu peço é, questões de ocupações do espaço destinado, neste caso ao seu esposo, por causa da questão da deficiência que tem, que chame a Polícia, se estiver a Polícia Municipal apesar de estar a fazer ali outra função também, peço-lhe a si que tome nota e comunique, e eu actuarei, porque há coisas que também não pode aceitar, evidentemente de

eles terem competência ou não terem, têm sempre a possibilidade, naturalmente de chamar a PSP, e de, pelo menos também de avisar as pessoas, de certeza se eles chamarem à atenção, também as pessoas não batem lá o carro, tenho a certeza disso, acho eu, porque eles também não actuam e também multam, como sabe, do ponto de vista daquilo que têm algumas competências, D. Neide Costa, vamos lá a ver, nós sabemos que existem, naturalmente em vários pontos do Concelho pessoas que passam fome, que passam mal, mas geralmente pessoas idosas, e por isso mesmo, temos procurado, com o conjunto de algumas IPSS, algumas Associações, é fazer aquilo que chamamos o apoio domiciliário, é nesse sentido, bom, é obvio, Carenque não tendo nenhuma IPSS, não tendo nenhuma, não tem nenhuma que faça essa função lá, o que não quer dizer, que não haja outras fora da área de Carenque que não o possam fazer e que o devam fazer, bom, depois em relação àquilo que são problemas detectados, há sempre a questão detectada através de duas formas, primeiro a própria Assistente da Junta de Freguesia, de que é uma Assistente Social, que ela própria também faz parte e está incluída na rede social, e naturalmente esses contactos, não só com as Assistentes da Câmara, mas com a Assistente da Segurança Social, puder ajudar esses organismos, a mesma coisa em relação à Câmara, pelos vistos não consegue entrar em contacto com as Assistentes, com as Assistentes do Serviço da Acção Social da Câmara, mas o que eu lhe peço, e você também sabe isso, tem sempre a possibilidade, apesar de não ser a função e a competência do gabinete da Senhora Vereadora, quando não o conseguir, fazer chegar através desse gabinete, sobre a questão do espaço, da Casa dos Reformados, da Associação dos Reformados, bom, quem está recordado, o que era aquele espaço anteriormente, quem está recordado, era um barraco velho, enfim, é evidente que quando se faz uma obra, faz-se uma obra, mas não se consegue dar resposta àquilo que são os sonhos, há no entanto lá uma possibilidade, como tivemos a ver, ainda há pouco tempo, um dos espaços que está lá, permite fazer alguma adaptação e criar adaptações para, mas também lhe quero dizer uma coisa que é assim, hoje em dia temos também uma colectividade em Carenque, porque não também através da própria colectividade, através dos Serviços da Câmara, através da Segurança Social, criarmos mecanismos, para que por exemplo, essa gente ou uma instituição qualquer que tem os acordos com a Segurança Social, possa por exemplo, utilizar o espaço ou parte do espaço, que a própria colectividade tem, tendo em conta que até tem uma boa cozinha para fazer esse tipo de refeições, como sabe, nova agora, bom, eu acho, que havendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma colectividade, é uma Instituição, que tem todas as condições, porque que não fazemos uma parceria entre as diferentes instituições, no sentido desse espaço ser disponibilizado, nomeadamente em relação ao apoio e à existência dos mais velhos, porque havendo uma instituição que tem, também me parece que há outras questões mais prioritárias do que estarmos a fazer duplicação de custos, quando se pode as instalações das associações, das colectividades no serviço naturalmente do bem comum, porque as pessoas, naturalmente que lá estão, são pessoas de Carenque, eu sei que esta direcção que lá está ainda por cima, tem essa abertura e essa disponibilidade, é uma questão de facto de se poder consertar isso, porque há todas as condições, sei que a equipa tem essa abertura e essa disponibilidade, porque ao fim ao cabo também está preocupado com a população, eu acho que também temos que aproveitar o espaço, aquilo que são as valências de uns as energias de outros, para podermos actuar em conjunto, no sentido de combatermos aquilo que são um conjunto de problemas que temos em Carenque, em que nomeadamente as pessoas mais idosas são aquelas que naturalmente têm mais problemas como todos sabemos, muito obrigado Senhor Presidente.”

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** iniciou o Período de Antes da Ordem do Dia.

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros Deputados, colegas, caros munícipes, Senhor Presidente, eu, antes de propriamente iniciar a minha intervenção, ia pedir-lhe que, para boa condução dos trabalhos, que a Mesa pode-se ler o texto da Moção que foi enviado, até porque eu julgo que ele é do conhecimento dos Senhores Deputados, mas não é do conhecimento dos munícipes que estão a assistir a esta Sessão, e portanto julgo que seria útil que o texto da Moção pudesse ser lido.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Penso que esse pedido é legítimo, como é prática desta Assembleia, ler todas as Moções, pensei que iria ler o Carlos, mas eu lerei a Moção, como é evidente, tive o cuidado de a distribuir aos Senhores Deputados, porque chegou à 1h56, como

disse, dia 19, e portanto, dava aqui ao Senhor Primeiro Secretário para a ler, porque eu hoje estou com a voz um bocado apagada.” (Documento em anexo).

“Muito obrigado, também, como o Carlos dizia, entretanto, deu entrada aqui na Mesa mais uma Moção, que também será apresentada, também antes da tua intervenção, é melhor lê-la, também fica-se já a saber, embora depois eu vá pedir aqui aos serviços para a fotocopiarem, para a distribuírem aos Senhores Deputados, Senhor Primeiro Secretário, tenha a bondade.” (Documento em anexo).

“Muito obrigado Senhor Primeiro Secretário, dou então a palavra ao Carlos Almeida.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, portanto, como julgo que resulta do texto da Moção que a CDU apresenta, e que foi recentemente lida, para nós é inequívoco e indiscutível a importância da CRIL, e a importância da conclusão da CRIL, há muito o consideramos, há muito nos batemos por ela, há muito que consideramos que esta é uma obra fundamental para a circulação na área metropolitana de Lisboa, e para a melhoria da qualidade de vida da população, de todo o modo, nós consideramos que a importância da conclusão da CRIL deriva do facto de ser uma CRIL que resolva de facto os problemas da mobilidade, e que não crie outros problemas de mobilidade, uma CRIL que não crie novos e adicionais problemas com implicações directas e mensuráveis sobre a qualidade de vida e a saúde ambiental da população da Amadora, uma CRIL, que por resultar de um processo claro, de debate, de discussão, de auscultação, de busca de convergência numa solução que a todos agrade, que a todos satisfaça, seja por isso mesmo, uma obra de consenso, uma obra onde todos se reconheçam, e não um factor de conflito e mais um elemento adicional para posteriores dificuldades até no processo de sequência da obra, e por outro lado, uma CRIL pela reunião destes factores, seja uma obra que marque um diferença, naquilo a que vulgarmente se designa como um modelo de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, que por estas razões, por ser participado, por ter em conta os impactos ambientais, por resultar de um esforço de aproximação e da auscultação das populações, seja de facto uma obra que marque a diferença em termos do modelo de desenvolvimento, nós entendemos que a Assembleia Municipal tem uma responsabilidade fundamental nesta matéria, e em várias ocasiões, alguns Grupos Municipais nesta Assembleia, neste Mandato, suscitaram o debate desta questão, a CDU fê-lo em algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ocasiões, e o Bloco de Esquerda fê-lo também desta forma através de um agendamento de um ponto na Ordem de Trabalhos, outro entendimento foi o da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente entendeu negociar e assinar um traçado, entendeu que não competia ou não cabia à Assembleia Municipal ser ouvida nesta matéria, não tomou a iniciativa de provocar a discussão do assunto na Assembleia Municipal, dir-me-á que não era obrigado a fazê-lo, evidente, talvez que não se fosse, mas por uma razão exactamente de transparência e exigência democrática, requeria-se e exigia-se que o tivesse feito, e há pouco, a sua resposta às várias intervenções dos munícipes também não é uma ajuda para o debate, não importa que todos conheçamos as opiniões uns dos outros, o debate democrático às vezes é repetitivo, mas é necessário que o seja, porque é necessário que os argumentos sejam sempre e sempre cada vez espremidos, confrontados e apurados, exactamente no confronto de opiniões, nós queremos que este período de audições, com diferentes protagonistas neste processo, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as Comissões de Utentes, que foi de extrema utilidade e de extrema importância, ele revelou, sobretudo, do nosso ponto de vista, o fundamento das dúvidas que existem sobre este processo e sobre este projecto em concreto, a legitimidade e a genuinidade do trabalho das Comissões, e a profundidade da análise, designadamente que as Comissões de Moradores têm desenvolvido em torno deste assunto, e queremos que do debate sugiram reforçadas, as dúvidas, as preocupações sobre o que está em causa, e sobre os impactos que vão resultar para a população da Amadora com este trajecto, e portanto a proposta de resolução que aqui vimos trazer, pretende fazer com que a Assembleia Municipal assuma as suas responsabilidades, não se esconda numa zona cinzenta de não opinião, e que chegue aqui e que diga com clareza qual é a sua opinião, que assuma com clareza as suas responsabilidades frente à população da Amadora, a CDU disse-o claramente no trabalho da Comissão, que estaríamos disponíveis para participar com os outros Grupos Municipais, no apuramento de uma tomada de posição da Assembleia Municipal sobre esta matéria, no trabalho em Comissão, os Grupos Municipais do PS, do PSD e do PP, consideraram que não era necessário que a Assembleia Municipal tomasse qualquer posição sobre esta matéria, no trabalho na Comissão, qualquer destes Grupos Municipais, referiu aliás, que nem era necessário que fosse constituída qualquer Comissão Eventual para o acompanhamento desta matéria, que esse trabalho devia ser feito no âmbito da Comissão de Urbanismo, e portanto,

achamos, no mínimo estranho, que agora os Grupos Municipais o PS, do PSD e do PP, coligados, como sempre, venham agora apresentar uma proposta de resolução conjunta, propondo, aliás, aquilo que ontem tinham proposto ao contrário, ou que tinham expressamente dito que não viriam propor, e portanto aquilo que nós propomos para resumo na nossa Moção, é tão só, que as dúvidas que foram colocadas e suscitadas no âmbito deste debate, possam ser aprofundadas, que se estude com rigor a proposta c, a tal proposta que alguns Senhores Deputados dizem, estranhamente, que nunca viram, que desconhecem, que foi a primeira vez no debate com as Comissões, que a viram desenhada ou esboçada num desenho, o que vimos propor, é que a Câmara Municipal publique e assuma a responsabilidade da publicação de uma carta de ruído, e que não faça, não assuma, não opte pelo caminho pouco ético, de aprovar o trajecto da CRIL, e só depois aprovar a carta do ruído, é que a carta do ruído é um documento normativo, e é ela, exactamente como condição de saúde ambiental, que deve ordenar os projectos urbanísticos, de intervenção urbanística e não o contrário, não devem ser os projectos de ordenação urbanística que devem ditar os limites da carta do ruído, deve ser ao contrário, sempre o entendemos assim, e consideramos que a Câmara Municipal está a adoptar uma posição pouco ética, pouco responsável, pouco clara, colocando-se à parte, e não assumindo esta responsabilidade, e queremos por outro lado, também dizer, que entendemos que se deve apurar até às últimas consequências, as hipóteses da construção no actual traçado, se verificar que o outro, tecnicamente não é possível, embora o trabalho na Comissão o tenha revelado que é possível, que não há nada que tecnicamente não seja possível, que opta-se por este traçado, que este traçado seja todo em túnel, e não naquela solução que agora se chama túnel, mas que em boa verdade não seja túnel, que joga e que utiliza alguns desníveis, e algumas curvas de nível, mas que em boa verdade, não se trata de um túnel, e que, de posse de todos estes elementos, e só depois da posse de todos estes elementos, nós possamos todos assumir a responsabilidade de verdadeiramente tomar uma decisão, que meça todas as dificuldades, todos os problemas, e que responsabilmente possamos dizer que esta é a única solução possível, porque aquilo que está em causa, o debate que foi travado permite uma conclusão, há Forças Políticas interessadas em que este traçado vá para diante, custe o que custar, doa a quem doer, e nós pensamos que o custo que custar e o doa a quem doer, justifica que haja um ulterior aprofundado, inesgotável trabalho de apuramento de uma opinião, e de uma decisão na qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

todos se possam reconhecer, essa é uma exigência de sucesso desta obra, esta é uma exigência de democracia, nós estamos a falar da qualidade de vida, estamos a falar de aspectos que são essenciais para o quadro de vida das populações, e sobre esta matéria não pode haver, doa a quem doer, e custe o que custar.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores elementos do público, era um pedido de esclarecimento à intervenção que foi feita anteriormente, eu concordo em absoluto, que para a Amadora, para uma Cidade como a Amadora, é fundamental ter uma carta de ruído, acho que é fundamental, e acho que é um documento que a seu tempo a Câmara deverá efectuar nos termos em que entenda fazê-lo, com o apoio de quem entenda fazê-lo, o pedido de esclarecimento que eu aqui queria deixar, é algo que me intriga, a Amadora é actualmente uma cidade que tem entre 175.000 habitantes e 200.000 habitantes, os últimos censos, se não me engano, dariam cerca de 175.000, eu penso que com os clandestinos que existiram, nomeadamente por via da emigração, terá muito mais, se nós levarmos à concretização do PDM que está inscrito neste momento, nós vamos ter com certeza uma duplicação da população da Amadora num espaço de poucos anos, eu gostava de perguntar ao Senhor Deputado Municipal da CDU, se quando aprovou a actual PDM, se lembrou que, multiplicar por dois a população da Amadora significaria multiplicar por dois o actual ruído, e se nessa altura se lembrou da carta de ruído e de anexá-la ao então PDM, porque aí era importante.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente e Senhor Vereador, isso para o tema da discussão é irrelevante, Senhor Deputado, isso para o tema da discussão é irrelevante, Senhor Deputado, quer dizer, não acrescenta coisa nenhuma ao argumento central, Senhor Deputado, o argumento central é o seguinte, há um instrumento ordenador da poluição sonora do Município, chama-se carta de ruído, uma espécie de PDM de ruído, Senhor Deputado, e o que está em causa, é saber se a Câmara Municipal entende se esta carta de ruído deve ser desenhada segundo critérios de saúde ambiental, segundo os critérios e segundo as normas comunitárias sobre a matéria, ou se deve ser ditada em função dos projectos e das obras que entretanto já foram construídos, é esta a questão, é no fundo é de

saber, se a problemática do impacto ambiental serve para determinar e ordenar a intervenção no território, ou se pelo contrário, o impacto ambiental, só serve para justificar as opções que se fizeram inicialmente sobre a intervenção no território.”

Senhor Deputado António Santos: “Senhor Presidente, eu creio que o Bloco de Esquerda, neste ponto tem seis minutos, não é, então eu agradecia que quando faltasse dois minutos e meio, me avisasse, porque um camarada meu quer fazer uma intervenção, e portanto que me avisasse, o Partido Socialista da Amadora, nunca quis discutir a CRIL, nem nesta Assembleia, nem com os moradores, nem com as Associações Cívicas dos Moradores, nunca quis, é uma chatice, a democracia é uma chatice, às vezes temos que discutir, é a segunda vez que vocês fazem parte daquela direita, para quem é do Luís Guarita, ...”

Senhor Presidente da Assembleia: “Oh António, está interrompido o tempo, oh colegas, é assim, todos nós temos assistência, podemos fazer o debate que quisermos, ou podemos fazer um debate em que, mantendo a questão regimental dos apartes serem permitidos, ou entramos numa de diálogo e isso é impossível, digamos é insustentável, conduzir bem isto, oh António, eu não estou a falar do António, estou a falar do Luís, estou a apelar ao Luís Guarita, e ele sabe, e com toda a consideração e estima que tenho por ele, para por favor não entrarem em diálogo, obviamente que os apartes são os apartes mas agradecia que não entrassem em diálogo senão é insustentável, António, tenha a bondade.”

Senhor Deputado António Santos: “É a segunda vez que o Bloco de Esquerda ... (mudança de cassette) ... aproveim que não querem discutir, e a questão de fundo que está aqui é a seguinte, havia um ponto agendado, não, é que a questão é o seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia, por uma questão regimental, não garantiu a presença da Moção, e a presença da possibilidade da votação da Moção durante o período agendado, e o João Serrano veio aqui de propósito, dizer, atenção, o que está previsto é a discussão, não é a tomada de nenhuma posição, era antidemocrático discutir amanhã discutir qualquer posição sobre a questão da CRIL, hoje, aparece profundamente democrático, no Período de Antes da Ordem do Dia, um dia antes e de surpresa, votar a Moção que o Partido Socialista apresenta, nunca quiseram discutir, não estão interessados em discutir, aquilo que os Senhores querem, é pôr o braço no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ar, e legitimar a posição que a Câmara tomou junto do Governo e junto das outras Câmaras, de um trajecto, que há profunda objecção por parte das Comissões Cívicas dos Moradores, profunda reflexão suscitada em todos os Membros da Assembleia Municipal, os Senhores não querem discutir, os Senhores querem uma medalha, os Senhores querem um pin para pôr ao peito, a Assembleia Municipal da Amadora apoia o Senhor Presidente da Câmara, apoia a Câmara da Amadora, apoia o actual projecto da CRIL, não querem discutir, aquilo que querem é uma medalha, querem é resolver a questão, mas atenção, eu não vou prescindir amanhã de apresentar a recomendação que pretendo colocar à votação nesta Assembleia Municipal, sobre a matéria da CRIL, para que esta Assembleia possa assumir, e possa de uma forma responsável, assumir responsabilidades, não vou prescindir disso, mas também os digo, independentemente da posição que estas Moções tiverem, e nós votaremos a favor da Moção apresentada pela CDU, porque ela está apresentada e nós não temos nenhuma objecção de fundo, independentemente da posição que aqui estiver, amanhã nós estamos nos tribunais, e vamos estar na rua junto dos moradores de Alfovelos, da Damaia, de Santa Cruz de Benfica e da Venda-Nova, na defesa dos seus direitos e das suas reivindicações, obrigado.”

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que é fácil ser do Bloco de Esquerda, pode-se dizer todos os disparates do mundo, e nunca se tem de tomar decisões, e é isto que no fundo acabámos de ouvir, aliás, há uma questão de fundo que divide a CDU e o Bloco de Esquerda do PS, do PSD e do CDS, é que a CDU e o Bloco de Esquerda nunca tem de tomar decisões, aliás, quando as decisões são difíceis estrategicamente e politicamente, vêm como é que para o barco, aliás nas últimas Sessões vêm como é que é a assistência, e em função da assistência actuam perante tal, nós temos uma visão diferente, aliás como o PSD e como a CDU, nós tomamos decisões, assumimos as nossas responsabilidades, e sabemos o que está em causa, porque nós estivemos 37 anos a discutir a CRIL, 37 anos, a CDU já esteve na Câmara, já definiu traçados atrás de traçados, já discutimos coisas atrás de coisas, e finalmente nós teremos perante nós um projecto, que pela primeira vez nos últimos 13 anos, têm o acordos das Câmaras Municipais de Lisboa, de Odivelas e de Lisboa, e isto é um facto político importante, porque finalmente houve uma congregação perante um projecto, dizem-me o seguinte, é preciso consenso, só quem vive

num país, ou quem tem uma visão da vida, a decisões que têm que sempre adiar a que pede o consenso absoluto, nunca haverá consenso relativamente à CRIL, nunca haverá, e por isso é preciso fazer opções e arriscar, e o Partido Socialista arrisca e assume as suas responsabilidades, ouvindo todas as entidades, tivemos aqui várias assembleias nos últimos 6 anos a discutir esta matéria, viabilizámos todas as discussões, viabilizámos uma Comissão para discutir esta matéria, ouvindo todas as associações, fizemos uma proposta para criar uma comissão eventual para discutir todas as matérias, sempre abertos, os Senhores Presidentes de Junta envolvidos, do Partido Socialista sempre falaram com as Associações, e por isso o diálogo e a discussão sempre houve, e as acusações que são discutidas, é obviamente de quem não está interessado...”

Senhor Presidente da Assembleia: “Bom, oh colegas, a gente precisa de agitar a malta, mas não é assim, peço imensa desculpa, deixem-me falar que eu estou no uso da palavra, oh Senhor Deputado, eu não sou nenhum ditador para impor silêncio às pessoas, não mando nos Senhores Vereadores, agora, tenho o meu juízo, e posso expressar a minha opinião, e a minha opinião é esta, primeiro lugar, eu quero me dirigir aos Senhores que estão aqui legitimamente em representação das associações que legitimamente estão constituídas, os Senhores podem assistir ao debate, não foram eleitos para esta Assembleia Municipal, a democracia é assim, e não foram eleitos, portanto estes Senhores que estão aqui, estes Senhores foram eleitos, e foram eleitos para apreciar este problema, cada um tem a sua opinião, e V. Exas. podem divergir da opinião que aqui for expressa por cada um dos Grupos Parlamentares, e tanto é que uns divergem uns dos outros, e todos divergimos uns dos outros, foram ouvidos no momento próprio, nas Comissões próprias, eu sei, porque não fazendo parte da Comissão, na qualidade de Presidente estive numa dessas reuniões, e portanto V. Exas., não levam a mal, têm o direito a estar aqui, mas têm direito a respeitar e a ouvir silenciosamente, é o que diz a Lei do funcionamento dos Órgãos Municipais, nomeadamente a Lei de funcionamento das Assembleias Municipais, e é o que diz o nosso Regimento, portanto, V. Exas., vão estar aqui, atentamente, é o vosso direito a estar, mas é o vosso dever estarem em silêncio mesmo que não gostem do que ouvem, minha Senhora, a Senhora não se pode pronunciar, a Senhora já veio aqui no período destinado à intervenção do público nesta Assembleia, dizer o que a Senhora entendeu dizer, também não viu nenhum Deputado a reclamar contra si, e se eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tivesse ouvido, eu próprio teria admoestado entre aspas, esse Deputado, e portanto, minha Senhora não leve a mal, a Senhora não se pode pronunciar, portanto nem que o calor do debate seja mais quente ou menos quente, V. Exas. têm de estar aqui a ouvirem e não se podem pronunciar, e agradecia que assim o fizessem, sob pena de isto não poder correr bem, Senhor Deputado João Serrano, peço-lhe imensa desculpa, oh Senhor Deputado, eu, o Presidente da Assembleia não tem de se dirigir ao Executivo, V. Exa. sabe que eu sou o Presidente desta Assembleia, há oito ou nove anos, dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara, e o Senhor Presidente dirige-se a mim, e nos termos da Lei eu não me posso dirigir aos Senhores Vereadores, peço desculpa se me dirigi aqui a algum, não posso, também peço desculpa pelos erros que cometo, Senhor Deputado João Serrano, tenha a bondade.”

Senhor Deputado João Serrano: “Por isso estava a dizer que o Partido Socialista teve, em todos os momentos nos últimos seis anos a disponibilidade sempre para ouvir as Associações de Moradores, ouvir as entidades, ouvir as opiniões, no entanto nós consideramos que o que está em causa é algo de importante, nós estamos a falar de um troço de 3,7 km, cuja conclusão é fundamental para descongestionar o trânsito na zona ocidental da Área Metropolitana de Lisboa, estamos a falar de uma via, que permite reduzir o congestionamento que existe ainda no acesso à área de Lisboa, estamos a falar em vias essenciais, para congestionar a cidade da Amadora, e estamos numa via essencial para todo um transbordo em termos de vias entre Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas, é uma via essencial, e é uma oportunidade que não achamos que temos legitimidade para adiar anos após anos, porque sabemos que isso é prejudicial para as populações da área metropolitana, muito foi feito nos últimos meses, com o trabalho, com a intervenção da Câmara, da Câmara da Amadora, de outras Câmaras que envolvessem este processo, a questão do túnel, há um bocadinho foi referenciado na Moção, a possibilidade de haver um túnel, 65% de troço é algo de substancial, reivindicado e é de saudar, a questão da salvaguarda do Aqueduto das Águas Livres, um património histórico, que várias vezes nós aqui falámos que foi salvaguardado, a possibilidade de haver um corredor verde, pedonal, que vai no fundo dar um novo ambiente e uma nova qualidade às entidades, é obviamente uma boa solução, obviamente que há questões a discutir, há questões de pormenor a analisar, mas isso há abertura para tal, agora a questão aqui de fundo, que é preciso aqui dizer, é o seguinte, há momentos para discutir, há

momentos para analisar, mas acho que 40 a 36 anos para decidir, é muito tempo, não poderemos adiar uma decisão, e por isso nós assumimos hoje, como sempre as nossas responsabilidades, naquilo que é as nossas convicções, a nossa legitimidade democrática, quer dizer que este troço é um troço que satisfaz, que não poderemos demorar mais tempo, e como tal damos o nosso acordo relativamente ao mesmo, é algo que aqui fazemos, como sempre, com coerência, com abertura, mas acima de tudo com convicção, penso que as populações que vivem na Área Metropolitana de Lisboa e as futuras gerações, e todas as pessoas que diariamente percorrem esta Área Metropolitana, não podem ver adiado por mais e mais anos uma solução, só porque essa solução tem um ponto x no troço de 3,7km, que não satisfaz uma situação y, uma população y, etc., é isto no fundo que está em causa, e daí que a Moção que hoje subscrevemos e nos associamos aos Grupos Municipais do PSD e do PP, que é algo que obviamente aqui gostaríamos de saudar, porque isto denota um princípio de responsabilidade política que estes partidos aqui assumem, e de frontalidade e não de oportunismos ou oportunidades políticas, em função das convicções ou das estratégias de cada Força Política, muito obrigado. Senhor Presidente, é só para informar se os pedidos de esclarecimento foi para reduzir o tempo do PS, eu não irei responder aos mesmos, dado que existem dois camaradas meus que vão intervir sobre a matéria, com a legitimidade, com a abertura e com a frontalidade, queria dizer que não irei responder aos pedidos de esclarecimentos que fizerem, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Santos: “É um pedido de esclarecimento, muito embora a intervenção buçal do João Serrano, sobre as considerações que fez sobre o Bloco de Esquerda e a CDU, o pedido de esclarecimento que eu queria saber, face à manifestação, és buçal és, buçal e malcriado.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Peço desculpa, eu não percebi o buçal, não percebi, mas é uma palavra que não pode utilizar, como deve de compreender, não, peço desculpa, não está na prática parlamentar aqui dizer que um colega faz intervenções buçais, mas é uma opinião errada, peço-lhe desculpa, diga isso de outra maneira, mas não utilize essa palavra, fica mal, António, não é linguagem parlamentar, peço desculpa, isso é debate político, é análise política, não disseram que a CDU era buçal, que o Bloco de Esquerda é buçal, peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

desculpa, isso não linguagem, não estamos habituados nesta casa, nem é linguagem parlamentar, peço-lhe imensa desculpa, tenha a bondade, oh Senhor Deputado, desculpe lá, o Senhor Deputado é um homem de letras e sabe perfeitamente o que quer dizer buçal, sabe perfeitamente, não somos meninos do coro.”

Senhor Deputado António Santos: “Portanto, buçal é proibido, falar de, portanto o pedido de esclarecimento ao Partido Socialista é no último ano, para não ir para mais longe, que iniciativas é que o partido socialista tomou em qualquer Órgão Autárquico da Câmara Municipal da Amadora, Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, no sentido de ouvir e de consultar as Associações Cívicas de Moradores, em particular nos últimos dois meses, em que o projecto final já está apresentado, que iniciativas é que tomou no sentido de promover a discussão pública do projecto.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, foi feita uma acusação de oportunismo à CDU, e eu quero refutar essa acusação Senhor Presidente, eu entendo que, eu julgo que fui claro na minha intervenção, quando referi que por diversas vezes, a CDU tomou iniciativas nesta Assembleia para a discussão do problema da CRIL, porque achamos que a CRIL é um assunto estratégico e fundamental para a Amadora, e por tanto nos faz, que no caso que a sala esteja vazia, cheia, meio cheia, meio vazia, não é isso que importa, porque em última análise, Senhores Deputados, nós temos a consciência do compromisso que assumimos com a população, no dia em que as populações depositaram esse voto, e sabemos honrar esse compromisso, e no Programa Eleitoral, que para nós é uma carta de honra, escrevemos que nos iríamos bater por um traçado da CRIL que correspondesse aos anseios às necessidades e aos direitos das populações, e é isso que faremos, que é isso que faremos, ponto um, ponto dois, Senhores Deputados, a presença de munícipes nesta Assembleia é o sinal de saúde democrática, que deve ser saudado, que deve ser elogiado, que deve ser incrementado, que deve ser aplaudido, que deve ser incentivado, e que não pode nem deve ser esgrimido desta Bancada, para efeitos de debate político, Senhores Deputados, quem nos dera a nós, que todas as matérias, todas as reuniões, todas as Assembleias tivessem a sala cheia, e que tivessem muito mais pessoas lá fora para assistir ao trabalho da Assembleia Municipal Senhores Deputados, eu ainda não terminei, Senhor

Presidente, oportunismo político, é o das Forças Políticas que em Sede de Comissão afirmaram claramente que não iriam tomar nenhuma tomada de posição sobre o assunto, que consideravam desnecessário qualquer debate ulterior sobre a matéria, que entendiam que não era necessária nenhuma Comissão Eventual para que a Assembleia Municipal pudesse cumprir as suas obrigações legais, e acompanhar este dossier, e depois de conhecida a iniciativa das CDU, os Senhor Deputados do PS, do PSD e do PP tenham vindo com um texto preparado, que não foi escrito agora no intervalo, ou antes da Sessão começar, foi preparado na sequência da iniciativa da CDU, isso sim, é oportunismo político.”

Senhor Deputado Quadrado Rego: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, excelentíssimo público, compete-me também usar aqui da palavra, porque como Presidente de uma Junta de Freguesia que se vê envolvida pelo traçado da CRIL e pelo aquilo que foi apresentado ultimamente, que é o conceito do projecto que naturalmente irá para a frente, para que seja construída a CRIL, quero ser sintético sobre esta matéria, mas irei tentar o mais possível ser objectivo naquilo que eu defendo, e nos pontos de vista que eu defendido, não só aqui, hoje, como já defendi noutras alturas, inclusivamente na própria Junta de Freguesia a que eu presido, eu acho que depois dos problemas que aqui houve, em anos anteriores com aquilo que vinha sendo apresentado, com as quais nunca estive de acordo, não estive de acordo com aquele pseudo estudo do impacto ambiental se fez na altura, não estava de acordo com aquele projecto que estava apresentado, que levava a que a construção da CRIL passa-se em viaduto junto das Portas de Benfica, concretamente no Bairro da Venda-Nova, portanto, em várias matérias nunca estive de acordo, tomei posições públicas, tenho aqui recortes dos jornais onde me renunciiei, para alguém que não saiba fica a saber, tive reuniões com os moradores da Venda-Nova, em algumas delas, o Senhor Vereador Gabriel Oliveira esteve lá a mostrar os projectos da altura, e penso que isto, para quem não ande distraído, teve conhecimento daquilo que se passou na altura, e tem conhecimento daquilo que o Presidente da Junta de Freguesia da Venda-Nova, ele próprio tem vindo a defender, e que a posição que agora aqui venho tomar, é uma posição, é o meu ponto de vista, e penso que é coerente de acordo com aquilo que defendia anteriormente, e que agora foi apresentado, não podia tomar uma posição que não fosse esta, sob pena de ser incoerente defendendo uma coisa, e agora vindo aqui ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

noutros locais defender uma coisa diferente, julgo que, sobre aquilo que eu tenho achado ao longo desta discussão, e isto já está mais que repisado, aos anos que isto anda a ser debatido, eu até permitia-me dizer aqui que não é há 37 anos, já houve projectos, já houve discussões sobre a CRIL há muito mais anos, mas isso agora para o caso não importa, o que importa é que de facto, que aquilo que foi apresentado ultimamente, devo dizer que sob o meu ponto de vista, e problemas que eles possam não gostar, mas cada um tem de exprimir aqui a sua opinião e as suas convicções, portanto a minha convicção que este traçado e este projecto, depois de ser acreditado a ser construído em túnel, é aquele que certamente vem ao encontro dos moradores da Venda-Nova, que eu represento na Junta de Freguesia, naturalmente, como Presidente de Junta, não representa apenas os eleitores que votaram nele, passa a representar toda a comunidade da Freguesia, e por isso dizer que este projecto satisfaz-me, e acho que deve ser este projecto, aliás já está aprovado, e que deve de ir para a frente, tenho toda a convicção, e acredito que será este projecto que irá responder àquilo, que de facto, os moradores defendiam, que era a melhor qualidade de vida para a Venda-Nova, e que não viesse prejudicar os moradores da forma que iria, se fosse construída a CRIL no viaduto, dizer ainda que pode haver e acredito, e até admito que possa haver numa obra desta dimensão, possa vir a haver algumas questões pontuais, naturalmente em obras até mais pequenas que estas, nós temos conhecimento, eu pelo menos tenho conhecimento nalguns casos isso tem acontecido, aparecerem questões pontuais que são resolvidas em obra, esses problemas eu já disse a alguém, sob o meu ponto de vista, é de admitir, e isso pode acontecer, e acontece em qualquer lado, por isso essas questões pontuais, acredito que elas venham a ser resolvidas em obra, e que as coisas venham a ser melhoradas, com certeza que isto não é um projecto que está fechado, acredito que não seja, e por isso espero que todas essas questões pontuais venham a ser resolvidas em obra, eu já ouvi dizer, e respeito todas as opiniões sobre, quer aqui quer noutros locais, que eu tenho ouvido, respeito a ideia das outras pessoas que têm falado sobre isto, e ouvi falar já várias vezes nos milhares de carros que vão passar diariamente pela CRIL, 140.000, 150.000, bom, eu também considero que são muitos carros, mas pergunto, neste momento aonde é que andam esses carros, por onde é que passam esses carros, estamos a pretender construir uma CRIL, para que o trânsito automóvel seja canalizado para aquela via, visto que agora, eles com certeza que existem na mesma, percorrem a Cidade da Amadora, entram e saem da Cidade da Amadora, vão para Lisboa e

andam dispersos por todas as ruas, será que canalizar este trânsito para uma via única, porque admitindo que noutras vias será muito mais reduzido, vem servir pior as populações, eu acho que não, senão não faria sentido a construção da CRIL, senão deixávamos continuar o trânsito tal como ele já anda agora e já tem andado há estes anos todos, por isso continuo aqui a defender, aqui e em qualquer lugar, que este projecto que foi apresentado, sob o meu ponto de vista, é o melhor, e por isso estou convicto que é aquele que vai servir melhor os interesses dos moradores da Venda-Nova, e não basta construir a CRIL, isto como sabemos está projectado, se a CRIL for construída no traçado que está apresentada no projecto, haverá seguidamente o alindamento de toda aquela zona com a construção do corredor verde, porque depois as populações não ficam apenas com a CRIL em subterrâneo, vão ficar onde existiam dezenas ou centenas de casas abarracadas, vai ficar construído um corredor verde, e naturalmente isso é benéfico para as populações, não podemos estar só aqui a discutir a CRIL, e a olhar para os problemas da CRIL mais pontuais, menos pontuais, é que a CRIL tem mais segmento, naturalmente da população vai achar bem que seja construída, já se falou, eu pela primeira vez, confesso, porque eu gosto de ter uma linguagem de verdade, pela primeira vez vi, vou-me apresentado na Comissão de Urbanismo na segunda-feira, um outro traçado, eu nunca o tinha visto, não posso dizer que o tinha visto porque nunca tinha visto, não conhecia, mas quero-vos dizer com toda a franqueza, nunca, salvo indicações técnicas em contrário, eu apoiarei a alteração do projecto que está traçado, nunca apoiarei a alteração daquele projecto, para ir para um local, que a meu entender, é o meu ponto de vista, e tenho o direito de o expressar, não servirá a população da Venda-Nova, antes, irá servir sim, para algum aproveitamento político em relação àquilo que eu já ouvi, e hoje também aqui já ouvi, que defende outros interesses obscuros, muito obrigado.”

Senhor Deputado Belmiro Batalha Lopes: “Ora bem, boa noite, a minha intervenção, pronto, boa noite Senhor Presidente da Câmara, que não está neste momento, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Senhores Secretários, o Presidente da Câmara Municipal da Amadora e os Executivos Camarários, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, a minha intervenção vai a contra corrente das intervenções até aqui feitas, a intervenção também que acho de suma importância para o Concelho da Amadora, o nosso Município, eu vou falar precisamente da nova Lei da Nacionalidade, sendo eu pertencente de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

comunidade expressiva no nosso Concelho, a Comunidade Emigrante de várias proveniências, na passada sexta-feira, 15 de Dezembro, entrou em vigor a nova Lei da Nacionalidade, é amigável o aspecto inovador do novo diploma legal, no que concerne a atribuição e a aquisição da nacionalidade portuguesa aos emigrantes que vivem em Portugal, e os seus descendentes, na verdade vem reforçar o critério, chamado o critério Jus soli quanto muito para que, os que cá vivem e nascem, desde cedo usufruam da cidadania plena, ou seja, sejam considerados cidadãos de corpo inteiro, consubstanciando assim, um instrumento de combate de exclusão social, e a plena integração na sociedade portuguesa e no nosso Município, tendo em conta a expressividade da comunidade aqui no nosso Município, aliás, o aspecto mais saliente, inovador, é o reconhecimento do direito à naturalização como um direito subjectivo, uma vez que o estrangeiro tendo reunido os requisitos exigidos pela Lei da Actual da Emigração, ou seja, no caso de uma criança que tenha nascido em Portugal, e os pais estão em Portugal há cinco anos, poderão naturalizar-se portugueses, isso é um avanço significativo da nova Lei da Nacionalidade, ou em alternativa, uma criança que tenha, a data de nascimento da criança, os pais estejam cá há cinco anos, também é português de origem, ou seja, é considerado de nacionalidade portuguesa por atribuição, são questões muito importantes em termos da integração da comunidade emigrante, também aqui no nosso Concelho, todavia, com esse reforço do critério, digamos, do direito ao solo, do critério territorial, não se fez a justiça devida, principalmente aos chamados os jovens da segunda geração, ou seja, os jovens que nasceram após 81, 1981, esses jovens, a nova Lei não veio, digamos, é um escape a outro na nova Lei, que contemple esses jovens mais, em termos de atribuição da nacionalidade portuguesa, para esses jovens, contraditoriamente, a concepção, não considerar um direito subjectivo, mas a disponibilidade total na competência do Ministro da Pasta para atribuir, o que vem dificultar a dita integração e o combate à exclusão social, por isso este sistema vem contra corrente, mas eu acho que é de suma importância como já referi, para o nosso Concelho, é nesse sentido que chamaria à atenção aqui do nosso Presidente da Câmara e de todos os Senhores Deputados, todos os senhores munícipes cá presentes, que realmente, façamos da Amadora uma Cidade, um Concelho pujante, um Concelho de tolerância, e de integração paradigma da sem solvência entre todas as origens que confluíram e confluirão para esse Concelho, aproveito e desejo, em meu nome e em nome da comunidade para desejar a todos os presentes, aos Senhores Deputados Municipais,

ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Executivos Camarários, em nome da comunidade emigrante, reforço, um Santo Natal, um próspero Ano Novo, que 2007 tenhamos uma Amadora mais coesa, criteriosamente, socialmente, prefaciando o Senhor Presidente da Câmara aquando da campanha eleitoral, afinal o melhor da Amadora, são sempre as pessoas, viva a Amadora.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, senhores membros do público, antes de ir àquilo que aqui me traz, eu gostava de fazer um ponto prévio, porque há coisas que eu acho que não devem ficar sem resposta, e há afirmações que não devem ser produzidas, se há Partido que eu confesso, do qual não recebo lições de democracia é do Bloco de Esquerda, porque quando a democracia estava a ser discutida, debatida e implementada neste País, o PSD, o CDS e o PS estavam do lado da democracia que temos hoje, os Partidos que deram azo ao Bloco de Esquerda não estavam, portanto eu não recebo lições de democracia do Bloco de Esquerda, eu queria aqui deixar várias notas em relação à CRIL, a primeira nota, é que nós achamos que não há projectos ideais, efectivamente este não é o projecto ideal, e este não é o projecto que serve os interesses de todos aqueles que são afectados directamente pela CRIL, agora nós achamos, e numa linguagem muito prosaica que o óptimo é sempre inimigo do bom, e que portanto preferimos um projecto limitado, mas que seja construído, e que resolva de uma vez por todas o problema da CRIL, a um projecto que não seja construído e que esteja permanentemente adiado, e como já muitos disseram aqui, e com verdade, este é um projecto permanentemente adiado por vicissitudes várias, nós admitimos inclusivamente, e o PSD teve responsabilidades nessa matéria, que o projecto que estava em discussão anteriormente era um pior projecto para a Amadora, admitimos que o projecto que está hoje em dia em discussão, e que é previsto que seja construído, é o melhor projecto para a Amadora, não é o projecto ideal, nós achámos, inclusivamente que na discussão que foi feita na Comissão em que foram ouvidas as Comissões de Moradores, foram colocadas questões pertinentes, achamos que há questões, que foram, lá nessa Comissão, levantadas que podem vir a ser introduzidas na própria obra, nós quando aqui propusemos, e propusemos isso ao Partido Socialista e quando aqui ficou consignado na Moção que foi lida pela Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propusemos que fosse criada uma comissão eventual, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

propusemos que essa Comissão Eventual pode-se auscultar durante o processo de construção e desenho da obra final, e durante o processo de construção da obra no terreno, as Comissões de Moradores, e estamos em crer que existem alterações que podem vir a ser introduzidas no projecto, porque se repararmos, até às Portas de Benfica o projecto é todo é todo ele um túnel, mas é um túnel que tem as condicionantes que foram levantadas pelas Associações de Moradores, nós sabemos de isso, é um túnel que não é inteiramente fechado, eu como não sou técnico, e como somos muito poucos técnicos aqui, não sei porque motivo é que o projecto é construído assim, porque motivo é que ele não é totalmente fechado, mas creio que isso são aspectos que podem ainda a vir a ser discutidos, agora, achamos que este projecto é o melhor possível neste momento mas achamos que no futuro, e quando a obra começar a crescer poderá a vir a ser melhorado, e é com isso que nós queremos que as Comissões continuem a dar o seu contributo, agora não façamos é disto tábua rasa para continuar a dizer, não à CRIL, continuar a impedir que a CRIL se construa, vamos construir a CRIL, mas vamos tentar construir esta CRIL, a CRIL que está neste momento no papel, com as alterações e melhorias que sejam possíveis ainda efectuar em obra, e de acordo com aquilo que a Câmara da Amadora puder eventualmente também puder vir a fazer, e quero também salientar que considero, efectivamente, uma vitória da Câmara Municipal da Amadora, e temos que dar o seu a seu dono, o projecto que é apresentado, não pelas Estradas de Portugal, não por nenhuma outras das Câmaras que circundam este projecto, que é o de arranjo à superfície que está previsto naquilo que foi apresentado à Assembleia Municipal da Amadora, é obvio que o óptimo é amigo do bom, este não é o projecto ideal, é o projecto possível, esperemos que daqui a cinco anos, quando a CRIL estiver concluída, toda a CRIL agrade a todas as pessoas, e seja um projecto que resolva definitivamente os graves problemas de trânsito que a Amadora padece neste momento.”

Senhor Deputado António Santos: “O protesto é em relação às lições de democracia, enquanto os militantes que alguns Partidos que constituem hoje o Bloco de Esquerda, e também o Partido Comunista e a CDU lutavam pela democracia antes de 25 de Abril, alguns dos actuais dirigentes do PSD e do CDS, estavam na Assembleia Municipal da Assembleia Nacional Popular do Marcelo Caetano e do Salazar.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, o pedido de esclarecimento é simples e rápido, Senhor Deputado, é o seguinte, nós todos sabemos, aliás isso foi notório no trabalho em Comissão, e até designadamente na reunião em que esteve o Senhor Presidente da Câmara, que a construção desta obra, seja ela qual for o traçado, será uma obra de uma enorme complexidade, complexidade técnica na sua própria execução, e complexidade da gestão nas frentes de obra, tendo em conta os constrangimentos que isto vai provocar à circulação, e eu queria perguntar ao Senhor Deputado, como é que é possível discutir alterações em obra, numa obra desta complexidade, como é que é possível defender que aspectos essenciais que estão colocámos e que alguns deles foram colocámos pelas Comissões, possam ser tratados em obra, como é que é possível defender isto, defendendo isto, das duas uma, ou estamos a criar mais complicação, mais complexidade a uma obra que é da própria extremamente complexa na gestão das suas várias frentes e nas implicações que isso tem na circulação rodoviária em toda a Área Metropolitana e designadamente na Amadora, porque nós vamos ficar cercados por frentes de obra, das duas uma, ou está-se a acrescentar mais complexidade, ou está-se, na verdade a chutar para a frente e aconteça o que acontecer, nós cá veremos, de uma forma, permitam-me a expressão, um pouco leviana.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Deputado, o que está em causa aqui, é um projecto base que foi levado a uma consulta pública numa primeira fase que não era este projecto, que depois foi alterado para o projecto que temos, o que está aqui em causa não é o projecto final de execução, o projecto final de execução tem ser ainda constituído, nós ouvimos por diversas vezes, e foram pessoas das Comissões, creio eu, creio que foi o Arquitecto Carlos Perry que mencionou isto, que não havia ainda sequer um conhecimento total e cabal, por parte do Estado Português via Estradas de Portugal, da situação geológica por onde vai passar a CRIL, portanto, o projecto final de execução vai ter que ser ainda construído, agora as linhas mestres e as linhas gerais desse projecto de execução são estas, são as que estão à vista de toda a gente, o que nós achamos, é que para salvaguarda dos interesses da Amadora, para salvaguarda dos interesses da Assembleia Municipal que representa os cidadãos da Amadora, para salvaguarda dos interesses das próprias Comissões que defendem os interesses das zonas em que habitam, era importante que se constituísse uma Comissão Eventual que pudesse acompanhar toda...”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, peço imensa desculpa, eu não entrei nessa discussão, nem quis interromper ainda agora o Carlos Almeida, porque o Carlos estava lá na outra ponta da Mesa, e o Luís Guarita tem de dizer isto em abono da verdade, propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento, não foi confidencial, foi publicamente, toda a gente ouviu, até o António Santos ouviu, toda a gente ouviu, oh Carlos desculpa, Carlos Almeida, peço imensa desculpa, olhe as minhas notas, página 3, Luís Guarita, Comissão de Acompanhamento AMA, Câm., e depois evoluiu para uma Comissão Eventual, portanto, é só para repor a verdade, peço-lhe desculpa, quer que eu reponha a verdade ou não quer que eu reponha a verdade, eu disse-lhe que estava na ponta da Mesa pode não ter ouvido, mas ele disse isso, ele propôs isso, estou a tentar não ser parcial, estou a tentar ser verdadeiro com todas as posições, que todos posaram lá, Luís tenha a bondade.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Então o que nós achamos é que seria importante que se constituísse essa Comissão, e que essa Comissão pudesse auscultar em momentos determinados, aquilo que é a opinião das Comissões, até porque há aqui uma matéria que é a realidade dos factos, a competência na matéria que aqui está em causa não pertence à Câmara Municipal da Amadora, e muito menos a esta Assembleia Municipal, é uma competência do Estado Português através do Governo de Portugal, nós achamos inclusivamente, que esta Câmara, apesar de tudo, apesar dos condicionantes que haviam, e havia um projecto que era pior que este, era mais gravoso que este, nós admitimo-lo, nós próprios, PSD local, disse por diversas vezes nesta Assembleia Municipal, que aquele não era um projecto ideal, nós achamos que este é um projecto melhor, mas achamos que ainda é possível introduzir pequenos melhoramentos a esse projecto, e que para isso é importante ouvir a opinião das Comissões, é importante que as Comissões não se desliguem do processo, mas agora é fundamental é que a obra se construa, mas que se construa nas melhores condições possíveis.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Não Senhor Presidente, não me engano não Senhor Presidente que eu por acaso tenho a memória precisa do que se passou, eu recordo-me rigorosamente que o Senhor Deputado Luís Guarita, na intervenção que fez, propôs



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

exactamente isto que acabou de dizer, ou seja, que o trabalho fosse acompanhado por uma Comissão, na sequência desta intervenção o Senhor Deputado João Evangelista, afirmou que entendia que não era necessário constituir uma Comissão Específica, Eventual sobre este assunto, e que esse acompanhamento podia ser feito pela Comissão de Urbanismo, e o Senhor Presidente na sequência desta intervenção do Senhor Deputado João Evangelista disse que exactamente era isso que o Senhor Deputado Luís Guarita queria dizer, e o Senhor Deputado Luís Guarita confirmou esta interpretação, portanto nós estamos a falar de duas coisas diferentes, uma coisa é uma Comissão Eventual, ou seja, uma Comissão Específica para acompanhar uma matéria, outra coisa, é que a Comissão que já existe do Urbanismo, acompanhe esta matéria, são duas coisas diferentes, Senhor Deputado.”

Senhor Presidente da Assembleia. “Bom, o que interessa é que o Senhor Deputado Luís Guarita, na verdade propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento, e o Senhor Deputado Evangelista instou, e disse-lhe, você sabe o que é uma Comissão de Acompanhamento, a profundidade e a extensão de uma Comissão de Acompanhamento, terá a Assembleia meios para constituir uma verdadeira Comissão de Acompanhamento, como as grandes obras públicas, e tal, como existem em grandes obras públicas, nem sei se ele citou alguma em concreto, nem quero mentir porque não tenho na memória, e na sequência disso, o Senhor Deputado Luís Guarita disse, eu falei numa Comissão de Acompanhamento, mas obviamente que esta matéria pode ser acompanhada pela Comissão de Urbanismo, e pode, desculpe lá, não sei qual é a diferença entre uma Comissão Eventual e uma Comissão da Assembleia, é desvalorizar a Assembleia, ou então uma Comissão de Acompanhamento, com grandes professores que há catedráticos que vão fazer essa Comissão, está prestado o esclarecimento.”

Senhor Deputado Ismael Pimentel: “Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, caríssimo público, não se reconhece a nenhuma Força Política aqui representada, nem aqui nem em outra parte do País, maior legitimidade nem exclusividade para a defesa dos interesses das populações, eu tenho aliás sérias dúvidas que algumas das Forças de ágil os faça, o que se passa em concreto em relação a este trabalho que tem sido desenvolvido por

esta Comissão em relação à CRIL, é que nós sabemos que esta é uma obra estrutural, e eu já perguntei ontem em Comissão e ninguém me conseguiu responder, mas perguntaria hoje novamente, se se lembram de alguma obra estrutural que não tenha tido alguma contestação, não há garantidamente nenhuma obra estrutural que não tenha tido pólos de desacordo e pólos de contestação, nós no CDS-PP somos perfeitamente sensíveis, e achamos perfeitamente legítimas e justas algumas das reivindicações e algumas das reclamações feitas pelos moradores das Freguesias envolvidas à CRIL, tanto que assim é, que devemos lembrar que com a coragem que nos caracteriza na Assembleia Municipal da Amadora, estivemos permanentemente contra, e assumimo-lo publicamente em relação ao projecto que foi defendido pelo Governo do PSD, CDS-PP, convém salientar isto porque eu acho que na política tem que haver rigor e tem que haver verdade, às vezes sabe bem a algumas Forças Políticas fazer demagogia, mas sempre cansa os cidadãos como se vêm pelos índices de abstenção, de resto nesta Comissão Política foi levantada a seguinte questão pelo CDS-PP, é ou não é eficaz o trabalho desta Comissão, qual é o resultado prático e a eficácia desta Comissão, ou estamos aqui para sermos mais informados e para pudermos em Sede de Assembleia Municipal ter maior informação e termos uma posição tomada, ninguém, nenhuma Força Política contestou esta questão, era de facto um trabalho de maior informação, e de maior rigor de informação, assim sendo, foi aquilo que esta Comissão fez, uma Comissão de Trabalho, que recebeu o Senhor Presidente de Câmara, recebeu os Senhores Presidentes de Junta envolvidos, e que recebeu as Associações de Moradores e proprietários das Freguesias envolvidas, em relação a esta questão da Comissão de Acompanhamento, eu volto a frisar, a repetir e a sublinhar, que foi uma proposta de um membro daquela Comissão Luís Guarita, que mereceu aliás o meu apoio, e não ficou fechada a forma como essa Comissão iria ser constituída, isto é que é a verdade, e foi para travar a hipótese que se punha, vi uma vez mais se usar de demagogia de algumas Forças Políticas, de dizerem que haveria uma recomendação da Assembleia Municipal para recomendar à Câmara, que por seu lado a Câmara daria às Estradas de Portugal, e recomendaria ao Governo que interrompesse as obras até que esta questão pudesse ser mais bem discutida e mais aprofundada, ainda mais discutida, e ainda mais aprofundada, eu confesso-vos que não acho que este seja o traçado ideal, confesso-vos que acho que poderia ser melhor, mas sinceramente, acho que é muito melhor do que aquele Governo que o meu Partido fez parte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tinha, e portanto se melhorámos, valeu a pena, não sei, nem vou responder a isto se me questionarem, porque eu não sou técnico, ouço os técnicos dizerem que é possível melhorar este traçado tanto em projecto, como em obra, em projecto tive a prova efectiva, esta Comissão começou a trabalhar há duas semanas, e durante essas duas semanas os projectos evoluíram e modificaram-se, portanto, sinal evidente, prova evidente de que em projecto é possível melhorar e alterar, em obra, dizem-me os técnicos que sim, eu confesso que não sei se é possível ou não, e nesta matéria, eu acho que nós temos que de vez em quando deixarmos de ser um pouco egoístas, é evidente que quando somos afectados nos sentimos mal, devemos e podemos reagir, mas uma obra que vai ter o uso de 3.500 milhões de pessoas, eu penso que é, e merece um sacrifício de alguns dos portugueses, e pergunto, se mudassem o traçado que existe hoje para outro traçado qualquer, provavelmente alguns dos contestatários de hoje deixariam de contestar, e outros passariam a contestar no futuro, e assim nunca mais faríamos a obra, e é preciso levar em linha de conta também, que o facto de não existir CRIL prejudica em ...(mudança de cassete) ...aquela que é a situação do trânsito, não só do Concelho da Amadora como de outros Concelhos, e eu pergunto se isso não contribui para a poluição atmosférica, as filas constantes nos ICs que nós conhecemos, dentro das cidades, se não produz nos cidadãos que têm hoje os problemas que têm de trânsito por não haver CRIL, e não haver IC16, no seu stress, na sua farta produtividade no trabalho, da forma cansada como chegam aos seus locais de emprego, e da forma cansada principalmente como regressam ao seu lar, para estar junto das suas famílias, eu apelo, sinceramente a alguma condescendência e uma diminuição do egoísmo de cada um de nós, para que possamos, de facto fazer uma obra que é estrutural e que beneficiará, por acaso chamam-lhe Circular Regional, eu chamo-lhe uma Circular Nacional, porque isto é uma obra claramente Nacional, é tudo, muito obrigado.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Deputado Ismael, o meu pedido de esclarecimento é simples, Senhor Deputado Ismael Pimentel, é ou não verdade, que no final da reunião da Comissão, PS, PSD e PP consideravam que estava concluído o trabalho de Comissão, é ou não verdade, que a CDU foi a única Força que se disponibilizou, para conjuntamente com os outros Partidos produzir uma tomada de posição conjunta, que pudesse ser levada a Plenário da Assembleia, é ou não é verdade, que PS, PSD

e PP entenderam que não haviam condições ou entendimento ou necessidade de produzir esse documento, é ou não verdade que a CDU foi a única Força desde o início disse que não era possível que esta Comissão terminasse o seu trabalho sem produzir um texto, uma tomada de posição, é ou não verdade, que depois disto, o Bloco de Esquerda foi a única Força que nesta sequência do debate alterou a sua posição inicial, que era não apresentar nenhum documento para a apresentação do documento, e que o trabalho de Comissão encerrou sem que o PS, PSD ou PP tivesse manifestado qualquer intenção de produzir uma tomada de posição sobre este assunto, é ou não verdade?”

Senhor Deputado António Santos: “O meu ponto de esclarecimento é de outra natureza, e isto porque o CDS-PP tem manifestado em muitas matérias e muitas questões relacionadas com a Amadora, uma preocupação grande com o ambiente, nós estamos de acordo que o projecto da CRIL é um projecto determinante, no sentido da estruturação, das vias de acessibilidade da Amadora e dos Concelhos limítrofes, existe uma declaração de impacto ambiental feita e aprovada com base num projecto que não é aquele que existe, os Senhores consideram que uma obra desta natureza, com este impacto, com um trajecto completamente renovado, possa ser iniciado, possa começar o concurso público para as obras, as obras possam começar sem que haja uma declaração de impacto ambiental que seja ajustada a um novo projecto, ...(erro de cassete)

Senhor Deputado António Tremoço: “Eu tenho estado com muita atenção, de facto, a este debate, e parece que todas as Forças Políticas congratularam em relação ao projecto actual, em relação ao projecto anterior, mas parece-me que isto caiu do céu, isto deu-se exactamente, por um lado, porque nós, Assembleia Municipal, na altura discutimos o problema e não estivemos de acordo, recordam-se, por outro lado a Câmara, mas por outro lado fundamental, foi as populações de que ninguém falou, é que se a população não tivesse movimentado, era o projecto anterior que tinha sido feito, vou já pedir o esclarecimento rápido, nós ouvimos aqui o esclarecimento do Presidente da Junta de Freguesia da Venda-Nova, é em relação à situação, é isso exactamente, ouvimos a intervenção, e ouvimos a intervenção que estava de acordo, porque de facto, desta vez aquilo ia ser feito em túnel, a pergunta só que eu quero fazer a todas as Forças Políticas, porquê, mesmo tendo em conta esta situação actual e este

trajecto, porque é que não se faz em túnel, se toda a gente reconhece que em túnel, de facto ia criar uma situação diferente em relação às populações, porquê esta situação?"

Senhor Deputado Ismael Pimentel: "Senhor Presidente, para cada pedido de esclarecimento, eu tenho três minutos para responder, não é, portanto tenho nove, tenho cinco para cada um, pensei que podia intervir durante nove minutos, oh Senhor Membro da Assembleia da CDU, eu acredito que algumas Forças Políticas sejam estáticas, não evoluam, eu acho que a sua é, não evolui, o CDS-PP por acaso não, se tem reparado tem evoluído, e na minha óptica bem, e portanto eu queria dizer-lhe que efectivamente, mais uma exclusividade que ninguém conhece à CDU, a exclusividade da democracia nesta Assembleia Municipal, só pertencer à CDU, e só a CDU puder apresentar uma Moção em relação a esta matéria, porquê que as Forças Políticas, depois de saberem que a CDU ia apresentar a Moção que ia apresentar, e o Bloco de Esquerda também iria apresentar uma Moção eventualmente, porquê que o PS, o PSD e o CDS-PP não podiam evoluir nessa matéria, e avançar também com a apresentação de uma Moção, não sei em que é que isto defere a democracia, sinceramente, mais, os Senhores estavam muito preocupados que as Forças Políticas não dissessem aqui aquilo que diziam na Comissão, com vêm bem em dizer abertamente, até escrevem, e até querem que seja votado, e se calhar até é a Moção que ganha, e portanto a Assembleia Municipal fica com esta Moção aprovada, na minha óptica, a melhor das que são apresentadas até esta altura, e portanto nesta matéria, convém lembrar que o trabalho da Comissão não acabou, até porque há uma discussão que nós tínhamos que ter na Assembleia Municipal, e bem, o que acabou e o Senhor Deputado tem razão, foi a discussão ontem, aquela específica, a pontual de ontem, não se fechou a questão, nem sequer se fechou a questão de saber qual era a Comissão de Acompanhamento da obra, que efectivamente o Senhor Deputado Evangelista levantou a questão, no sentido de se saber e sendo e se de questionarmos todos se era possível, e se a Assembleia Municipal teria condições de fazer aquela a que se chama a verdadeira Comissão de Acompanhamento de uma obra, que é uma obra pública de grande envergadura, e ficou no ar, deveria haver uma Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal da Amadora, e que se definiria posteriormente como é que ela funcionaria, parece-me que nesta matéria nada há a contestar, nem percebo porquê que isto tem dado tanta discussão, confesso, ainda não consegui perceber qual é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

problema do Senhor Deputado em relação a esta matéria, não consegui, se calhar limitação minha, compreenderá que pode acontecer, mas não percebo, sinceramente não sei se mais alguém perceberá, eu não percebo, bom, e portanto em relação a isto, a questão parece-me esclarecida, em relação à questão do impacto ambiental, é evidente que nós sabemos que há impacto ambiental, agora a questão que se põe como dizia há pouco o Senhor Presidente da Junta da Venda-Nova, é onde é que andam as viaturas todas que vão passar depois na CRIL, onde é que passam hoje, onde é que estão, enfim, vai aumentar o número de viaturas, de passagem destes 3,7Km de traçado, sinceramente, não sei, confesso que gostava de saber, mas parece-me que na essência, e em relação àquela como vos disse há pouco na minha anterior intervenção, aquela questão que é a realidade actual dos Concelhos limítrofes da Amadora e da própria Amadora, hoje em relação ao trânsito existente e da forma como ele é gerido sob o ponto de vista rodoviário, não terá, na minha óptica, e sou leigo na matéria, confesso, um maior prejuízo no futuro do que já tem hoje, e portanto acho que há coisas que vão melhorar e vamos beneficiar, sinceramente, mais gente do que aquela que é a população da Amadora, muito obrigado."

(erro de cassete)

Senhor Presidente da Câmara: "Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores munícipes, permita-me que comece aqui pela intervenção do Ismael Pimentel, a dizer que não concordo com a última afirmação, dizendo que a CDU não evoluiu, evoluiu bastante, tanto que evoluiu bastante que no PDM, fizeram o que fizeram, puseram o traçado que está actualmente na CRIL, é sobre a evolução, tanto que evoluíram, que, não querendo assumir nenhum político, as negociações, na altura, com a JAI, um Director Municipal tinha essa competência, e assumiu, inclusivamente e invalidou a construção em viaduto, por isso há uma evolução da CDU, ainda bem que evoluiu, naturalmente, foram precisos um conjunto de anos, muita discussão, eu próprio evolui, não tenho nenhum problema em dizê-lo, eu próprio evolui, e por isso evolui contando com o processo, comecei a discutir há 8 anos, e evoluiu, e quero-lhe dizer, quando o Senhor Deputado Carlos Almeida diz, o problema eleitoral da CDU, este último, definia como uma grande preocupação, defender uma CRIL que fosse do interesse e serviço das populações, bom, penso que era sempre o Programa Eleitoral da CDU, era esse, acho eu, e por isso, desde início, que o problema da CDU é esse, mesmo quando a

CDU tinha a Câmara Municipal, penso eu, e de maneira, Senhor Deputado dizer o seguinte, aquilo que fizemos, e digo isso, com o contributo de muita gente, o contributo de muitos técnicos, alguns que estão aqui na sala, que são técnicos, nomeadamente poderia dizer isto, o Arquitecto Perry, que ao longo deste tempo fomos discutindo, fomos ouvindo, fui-me aproximando na própria responsabilidade, noutras não, foi possível, no meu ponto de vista, chegar onde chegámos, não é dizer, é o projecto ideal, é aquele que se faria num território que não tivesse as condicionantes que tem, é evidente que não, que nós nunca parámos de nos debater por um túnel que não fosse completo, como o Senhor Deputado sabe, nunca parámos, se houve alguém que fez, bom, e por isso é assim, evoluiu bastante, não estou a dizer que não pudesse evoluir mais, nós continuamos a bater por um conjunto de questões que achávamos, no nosso ponto de vista, e com o parecer de alguns técnicos que nós temos, que era possível evoluir mais, agora, há uma diferença abismal entre aquilo que era o projecto inicial e aquilo que é o projecto que agora está em cima da Mesa, abismal, e foi graças ao contributo de todos, de todos, e sempre a Câmara se disponibilizou para discutir, e ouvir, e foi graças ao contributo de todos, e dos quais, não estou a dizer que as outras Câmaras pouco fizeram, fizeram o que puderam fazer e o que quiseram fazer, independentemente disso, nós andámos sempre para a frente, independentemente disso, mesmo agora, mesmo no dia em que houve aquela cerimónia em que não houve nenhuma assinatura, e é bom também, que não houve assinatura, não há aqui assinatura nenhuma, o Presidente da Câmara não assinou nada, não assinou nada, vamos lá ver se a gente se entende, eu não assinei porque ainda não vi o projecto, aquilo é de facto, enfim, um projecto de base, mas que não é projecto, o projecto vai ser feito no âmbito da concepção de construção que há-de ter um projecto, antes da obra se iniciar, como é óbvio, e também não vi ainda, aquilo foi a avaliação feita, nomeadamente pelo Instituto de Impacto Ambiental, em relação àquilo que foram as introduções introduzidas neste estudo prévio, que é assim que se chamamos, que vai avaliar ou não, corrigir aquilo que era os pontos negros todos do projecto, ou não, e por isso Senhor Deputado, dizer-lhe que nós acreditamos que não sendo, naturalmente, a solução ideal, estamos a trabalhar num terreno perfeitamente consolidado e terreno urbano, não estamos a construir uma CRIL num terreno descampado, como toda a gente sabe, e por isso um conjunto de exigências que quisemos que tivesse tratamento no âmbito daquilo que é a construção deste tipo de vias, em terreno urbano consolidado, e por isso também não vale a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

pena dizer, e vir com a história do rói e do roer, oh Senhores Deputados, como sabem, e o Vereador João Bernardino teve o Pelouro anterior, elaborámos uma carta de ruído, carta de ruído, que neste momento, com a legislação tem de ser toda corrigida, como toda a gente sabe, os Senhores Deputados acompanham isto, havia duas zonas, passa a haver três, segundo a legislação, é preciso adaptar isto tudo, vamos lá ver, qual é a Câmara que neste momento tem uma carta de ruído em relação à legislação actual, nenhuma, zero, nenhuma, que o Senhor Deputado sabe, nenhuma, zero, actual, e por isso não venhamos com esta questão, e não vale a pena vir também, como veio o Senhor Deputado dizer, com aquela questão, que parece que primeiro se fazem as urbanizações e as construções, e depois é que se faz não sei quê, Senhor Deputado, esta questão serve a quem serve, permita-me a expressão, a quem serve, e por isso, cada um, é bom que em relação àquilo que diz, que assuma aquilo que fez, e por isso dizer, Senhor Deputado, nós continuamos como sempre continuámos, desde que entrei nesta casa a bater-me para que a CRIL seja uma CRIL melhor para as pessoas, e continuarei a bater-me, independentemente deste acordo de princípio, e é um acordo de princípio que está, enfim, concertado mas não assinado, achamos que há introduções de algumas questões que podem, e devem ser melhoradas, e com tanto, que numas reuniões posteriores, posteriores àquela de apresentação no Ministério, que tivemos a possibilidade, inclusivamente, de introduzir já mais algumas, não é, e por isso acho que ainda vamos, e devemos continuar a não inviabilizando a obra, conseguir introduzir melhorias significativas em relação a este traçado, agora, Senhores Deputados, dizer o seguinte, a Câmara está sempre disponível, e estará disponível, e quero dizer que para a Câmara, fez isto com toda a satisfação, e aliás, Senhores Deputados, todos vós conhecem a minha opinião, muitas vezes lamento que as Comissões não façam o papel que têm de fazer no ponto de vista de ajudar a Câmara, e não de muitas vezes como funcionam as Comissões, também sabem essa minha opinião, dizer que para a Câmara, é bem-vinda a criação de uma Comissão de Acompanhamento sobre esta problemática, porque esta é uma obra, de facto, complexa, e que naturalmente merece a atenção de todos, e merece também que haja solidariedade entre todos, e por isso fico satisfeito, satisfeito que haja essa Comissão, que haja essa Comissão, eu acho que só têm vantagens para todos com esta Comissão exista, porque, naturalmente, haverá mais olhos a olhar para o projecto que for, haverá mais olhos a olhar para aquilo que for, inclusivamente a ideia que me disseram todos, e eu alertei-a para isso, a complexidade da

execução da obra, não é, e tudo isso têm que ser tomadas medidas e tomado um conjunto de precauções, e por isso, para a Câmara, dizer que fico confortado de ter uma Comissão de Acompanhamento, quer dizer, não considero que a Comissão de Acompanhamento é alguma coisa que vem retirar competência à Câmara, não, a Câmara sente-se confortada de ter uma Comissão de Acompanhamento, e a Câmara fica confortada, naturalmente, que a Comissão de Acompanhamento funcione dentro das competências que tem, e naturalmente na audição daquilo que deve de ser as audições que deve de fazer, por isso Senhores Deputados, dizer-lhes que, a questão, naturalmente, eu não acordei para a CRIL ontem, nem de anteontem, assim que chegámos aqui, a primeira preocupação que tivemos foi sempre a relação da CRIL, e dizer, naturalmente, este não é o projecto que acho que seria possível fazer, no ponto de vista, há questões que me bati mais para além, mas, tecnicamente, e no ponto de vista da parte que tem essa competência, acharam e não aceitaram, no entanto senti, quero dizer isto com toda a franqueza, senti da parte do Senhor Primeiro Ministro, quando veio anunciar o conjunto de obras, inclusivamente, a disponibilidade, a sensibilidade suficiente, para inclusivamente, dizer e criticar a forma como se fazem estas vias, e depois se deixa o resto como se deixa, o Senhor Primeiro Ministro chamou à atenção, e disse que o espaço fosse tratado, recuperado e integrado paisagisticamente, e foi nesse sentido que houve uma abertura da própria EP para acolher, não um projecto, mas aquilo que é na nossa perspectiva, o conceito em relação ao tratamento de todas as zonas envolventes, no sentido de melhorar, naturalmente a qualidade de vida da população, muito obrigado, Senhor presidente, só uma questão sobre o Belmiro que colocou, fora deste contexto, mas do meu ponto de vista, actual, como é obvio, a questão da nova Lei da Nacionalidade, não vou fazer intervenção política, isso compete ao PS, seguramente, mas dizer-lhe, enfim, é uma Lei melhor do que a que existia, naturalmente tem alguns problemas ainda por resolver, mas estou certo se saberão encontrar as formas tal igual como encontrou esta Lei.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente, eu não falei em urbanizações, falei em intervenções urbanísticas, são duas coisas diferentes, passo esse aspecto, o Senhor Presidente deu o acordo, deu o nome e deu a cara, desculpe, claro eu não discuto isso, reconheço esse mérito, mas deu a cara em nome deste projecto, e portanto, não interessa para o caso se está lá a sua assinatura, o Senhor Presidente deu a cara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

e portanto comprometeu-se com ela, evidentemente, portanto estamos claros quanto a isto, o Senhor Presidente referiu que isto é um estudo prévio, e que não conhecemos ainda todos os impactos ambientais, e o Senhor Presidente conhece com certeza, que o estudo do Instituto do Ambiente refere explicitamente que, não estão ponderadas, a protecção acústica dos receptores sensíveis, não está ponderado o nível da poluição do ar, a delimitação da área em que previsível que as normas da qualidade do ar sejam excedidas, não está ponderado a dimensão geológica das implicações deste processo, e nós sabemos como isto é decisivo, não está ponderada a integração paisagística, não está ponderada as questões relacionadas com a sócio-economia e com o ordenamento do território, não estão ponderadas as situações críticas ao nível da segurança, não estão ponderados até ao limite os impactos identificados e as soluções propostas nos comentários remetidos pelo público interessado, e a minha pergunta, que lhe faço a si, e faço a todas as Forças Políticas é se, não está ponderado tudo isto até ao limite, se assumem a responsabilidade de contra tudo e contra todos, avançar com um projecto que não ponderou até ao limite todas estas implicações.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, e dizer ao Senhor Deputado Carlos Almeida, que se houve alguém, entre outras pessoas, mas alguém que fez uma análise aprofundada do projecto em relação ao relatório do estudo impacto ambiental, foi a Câmara da Amadora, quero-lhe dizer isso, e fizemos o chegar, e entregamos na altura própria a quem de direito a contestação sobre essa matéria, e um conjunto de questões que nós interrogamos, todas, bom, e do ponto de vista de um conjunto delas, com esta alteração, umas estão respondidas, como é obvio, não tenho, não tive acesso ainda àquilo que foi a nova análise, que o Senhor Deputado pelos vistos conhece, em relação a este projecto actual, ao antigo ou a este, não, é que se estamos a falar em relação a este, ou estamos a falar em relação ao antigo, em relação ao antigo eu conheço, conheço e nós contestámos, em relação ao antigo sei, também em relação à melhoria que foi introduzida neste, um conjunto de factores e de pontos negros que foram corrigidos, não estou a dizer que foram corrigidos todos os pontos negros, como é evidente, claro, e o Instituto do Ambiente vai-se prenunciar, oh Senhor Deputado, por acaso quero dizer o seguinte, depois desse envio pelo Instituto de Estradas de Portugal, enfim, deste projecto, ou deste conceito, como queira chamar, depois disso, muita coisa foram feitas e corrigidas, o Senhor Deputado conhece, não pode dizer que

não conhece, eu próprio levei à Comissão aquilo que estava em cima da Mesa, e estão entregues as plantas aos Grupos Parlamentares, desculpe lá Senhor Deputado, depois daquilo que foi enviado, houve um conjunto de correcções que foram feitas, depois de termos a reunião com o Senhor Ministro, com os Senhores Presidentes de Câmara, houve reuniões posteriores, onde foram introduzidas um conjunto de correcções e de dados, inclusivamente esta questão do tratamento e de intervenção paisagística como sabem, que não estava, inclusivamente a questão na Azinhaga dos Besouros do prolongamento do túnel e acabar com a ligação entre a Luís Gomes com a Pontinha, nomeadamente a questão da ligação por túnel da Estrada Correia a Lisboa, por isso foram questões que foram feitas posteriormente, porque nós achámos, não estávamos convencidos que era possível melhorar ainda mais aquilo, e foi o que aconteceu, e continuo na minha, ainda é possível melhorar mais, e continuo na minha disponibilidade, como sabe, de continuar, mesmo na questão de elaboração do projecto, porque como sabe o concurso é considerado em construção, mas antes de começar a construir é preciso fazer um projecto, bom, teremos também oportunidade de procurar, naturalmente, fazer valer aquilo que são as posições que achamos que devem ser de melhoria em relação ao projecto que está presente, e por isso, Senhor Deputado só para lhe dizer o seguinte, foi preciso, e aqui pelo menos tem um mérito, há ainda outros méritos, que foi o contributo que deram, e para mim foi positivo o contributo que deram, o conjunto das Associações, mas também teve um mérito, foi o mérito da CDU, agora ouvi dizer que havia uma proposta c, coisa que a CDU nunca tinha pensado nem em b, nem em c, nem em d, nem em f, andou anos sem pensar em nada, inclusivamente, é verdade Senhor Deputado, é verdade, por isso puseram o traçado e o corredor no PDM, por isso validaram através de um Director Municipal a solução em túnel, em viaduto como sabem, por isso não vale a pena, faz-me lembrar a mesma história, quando foi a CREL da água, em que tinham aprovado, aceite que se fizesse à superfície e nunca defenderam a questão que se fizesse em túnel como nós depois obrigámos a EPAL, isso não vale a pena, Senhor Deputado, a gente sabe, mas ainda bem que a CDU evoluiu, eu não estou como o Ismael, o Ismael diz que a CDU não evoluiu, eu acho que evoluiu e bastante, muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou as Moções à votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhores Deputados, vou passar à votação, como sabem entraram na Mesa, já foram aqui lidas, duas Moções, uma Moção entregue pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, a CDU, (Moção A) outra Moção, outro texto intitulado Moção, assinado pelos Grupos Municipais do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, e do CDS-PP, (Moção B) como sabem nos termos do nosso Regimento não há votações em alternativa, e portanto vou pôr à votação em primeiro lugar, a primeira Moção que entrou, que é a Moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, CDU, que entrou dia 19.”

A Moção A foi rejeitada com 10 votos a favor, 31 votos contra e 0 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

A Moção B foi aprovada com 31 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

O **Senhor Presidente da Assembleia**, de seguida colocou a Ordem do Dia à discussão.

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Grandes Opções do Plano para o Ano 2007 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais) – (Proposta n.º 474/2006)*”.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Orçamento Ordinário para o Ano 2007 (Proposta n.º 475/2006)*”.

Senhor Presidente da Assembleia: “Por acordo em Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, os pontos 1 e 2 da Ordem do Dia serão discutidos em conjunto, embora a votação seja separada como é evidente, também em Conferência de Líderes, em Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais, para ser mais correcto, foi definida a seguinte metodologia, a intervenção inicial de cada Grupo Municipal com duração máxima de 10

minutos, a que seguirá o período de discussão, com a duração de 90 minutos, com a distribuição regimental, portanto qualquer grupo pode usar do tempo de 10 minutos, se não usar, perde esse tempo, não é, esgota-se e depois entra-se no regime dos 90 minutos, a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu para análise da proposta da Câmara, emitiu parecer, pedia ao senhor primeiro Secretário que tivesse a bondade de o ler (Documento anexo à presente Acta).”

Senhor Deputado António Carixas: “Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu não vou fazer nenhuma manobra de oportunismo, etc., não vou, não vou fazer isso, isto é para ficar já claro, porque alguns Deputados depois vão dizer que a CDU vai fazer um número, até porque o público, enfim, já está menos do que estava, peço desculpa Senhor Presidente, mas é preciso clarificar isto, é o seguinte, em primeiro lugar, lamentar, que a CDU, de facto não esteve nesta reunião, é verdade, não estivemos, não foi possível estar presente, os dois elementos, portanto lamentamos e aceitamos a crítica da Assembleia sobre a questão, têm o direito de criticar, mas isto não dá superioridade para aquilo que eu vou dizer, o que nós pretendemos dizer, é que estes pareceres na nossa opinião, não estão bem reformulados, no que diz respeito essencialmente a uma questão, não está aqui mencionado, quem é que não esteve presente, isto é, como está o texto, tanto este como o outro do Orçamento, dá ideia que a CDU esteve de acordo, esta é a questão fundamental, a outra, também tenho algumas dúvidas sobre a formulação, não sou especialista, nem tenho que ser especialista sobre estas matérias, mas no penúltimo parágrafo do parecer, diz que, a concluir por consenso que a proposta do Orçamento observa as regras do POCAL, nada obstando este particular à sua aprovação, que eu saiba esta Assembleia não tem que se pronunciar sobre esta questão do POCAL, tem de se pronunciar se está de acordo com estes documentos ou não, quero um esclarecimento.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Vou-lhe dizer, em primeiro lugar, eu penso que se pode anexar à Acta a lista de presenças dos Senhores Deputados que estiveram presentes nesta Comissão, e aí ficará a constar, está assinado por todos aqueles que estiveram presentes, e obviamente estarão os ausentes e estarão os presentes, já sabemos que os da CDU estiveram ausentes, e os Senhores Deputados que estiveram presentes assinaram, constará, ficará aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

em anexo aqui em Acta, fica anexo aqui ao parecer, quanto às regras, o que é que isso diz no parágrafo, diz-se é que as regras que estão definidas no POCAL para a elaboração estão cumpridas, as regras, e portanto é isso que a Comissão verificou, é um juízo de valor da Comissão, V. Exa. não esteve lá, portanto não pode criticar a Comissão por ter emitido esta, desculpe, é isso que a Comissão faz, a Comissão tem obrigação, se as regras do POCAL não estiverem cumpridas, de dizer na Comissão que há incumprimento das regras do POCAL, a Comissão entendeu que as regras do POCAL estão cumpridas, é um juízo de valor da Comissão que tem o direito a fazer.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Muito obrigada Senhor Presidente, não sei se os Senhores Deputados querem aguardar um ou dois minutos pelo Senhor Presidente, que eu penso que irá demorar, e penso que a discussão ficaria seguramente reforçada, se pudéssemos aguardar um bocadinho pelo Senhor Presidente de Câmara, se não se importassem, se concordarem, senão farei a apresentação dos documentos, conforme ontem foi feito na Comissão da Administração Geral e Finanças.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom, naturalmente, o que está hoje aqui em discussão, é as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o Ano de 2007, e aquilo que eu gostaria de dizer, aliás disse-o na Comissão, este Plano e este Orçamento, vêm naquilo que é a continuidade daquilo que foi o Plano e o Orçamento do ano passado, ou seja, tem três grandes objectivos estratégicos, que tínhamos definidos, desde a questão do reforço da Coesão Social e Territorial do Concelho, o reforço da qualidade do Município no contexto da região, modernizar o Quadro de Gestão Municipal, promovendo a qualidade de serviços prestados e a apresentação da Câmara aos cidadãos, e é neste sentido que este Orçamento vai, assim como vai aquilo que tem a ver com os investimentos a prever no ano 2008 e 2009, em relação à questão do reforço da coesão territorial do Concelho, dizer naturalmente, todos conhecemos os desequilíbrios sócio-urbanísticos existentes, também todos conhecemos aquilo que foi o papel e o trabalho feito no âmbito do desenvolvimento da primeira fase do PER, permitindo, naturalmente melhores condições de vida a milhares de pessoas, e também todos sabemos aquilo que foram as limitações que tivemos nesta matéria até agora em relação aquilo que foram as leis de travão

do Orçamento do Estado, com base naquilo que foi as perspectivas e que se acabou por traduzir na Lei das finanças Locais, em que esta questão do PER contractualizado anteriormente até 1995 não conta para aquilo que estás devidamente, e não carece de nenhum despacho conjunto de três Ministros como era antes, naturalmente permite-nos fazer uma programação nova em relação ao PER, e permite-nos apresentar, inclusivamente o NH, uma proposta diferente de programação até 2012, e nesse sentido, aquilo que vem no âmbito da previsão de despesa já para 2008 e 2009, tem a ver com o desenrolar de um conjunto de processos no âmbito do PER, que naturalmente não tem efeitos imediatos no ponto de vista construtivo este ano de 2007, mas terão efeitos nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011, depois em relação àquilo que tem a ver com o modelo de intervenção, também nesta matéria, nós assinámos com vários parceiros e com vários Ministérios, aquilo que se chama o Projecto de Operação e Requalificação de Reinserção Urbana de vários peritos do qual incluímos a Cova da Moura, e como todos sabem, é um projecto vasto, complexo, para os quais é necessário haver um conjunto de investimento das partes, e para os quais a Câmara nunca se pôs de parte e estará disponível a participar com aquilo que é a sua responsabilidade neste projecto, destacamos para o ano três grandes acções, estão também traduzidas no plano, e estão algumas traduzidas no ponto de vista daquilo que são verbas a definir, tendo em conta, para isso também é preciso que o Governo nos diga, do ponto de vista financeiro e qual é o pacote que transfere, desde logo, o desencadear de todos os processos tendentes à obtenção da posse dos terrenos da Cova da Moura, todos sabemos que os terrenos da Cova da Moura, a grande maioria são privados, apenas uma parcela é da Fazenda Pública, e contamos também que a parcela da Fazenda Pública venha à posse da Câmara, não pagando, como é evidente, será um contributo, pelo menos do Ministério das Finanças em relação a esta matéria, mas que o resto, se possa desencadear as negociações, tendo em vista a um acordo para que os terrenos possam passar para a posse da Câmara, já efectuei alguns contactos, já tive a oportunidade de reunir com os representantes dos proprietários, no sentido de dizer, a nossa disponibilidade, e também que a partir de Janeiro, naturalmente, já com a cobertura do Governo do ponto de vista de dizer quando é que temos as verbas, e que verbas é que temos para pudermos fazer um acordo, tentar chegar a um acordo sem ter necessidade de ir para uma expropriação, ao mesmo tempo outra acção que tem de ser feita no ano de 2007, tem a ver com aquilo que nós defendemos e apresentámos e foi aprovado, que é a elaboração por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

parte de uma entidade credível e responsável de tecnicamente competente que é o Laboratório de Engenharia Civil em relação ao estudo do edificado, é necessário ter um estudo do edificado sério, para que se possa depois fazer os quadros da elaboração do plano de pormenor que naturalmente iremos fazer por Concurso Público, e irão ter a apresentação e o acompanhamento de um conjunto de entidades, de maneira que há todo um conjunto de intervenção nesta área que tem a ver com aquilo que eu digo, por outro lado a questão da requalificação urbana, temos feito um conjunto de requalificação, os objectivos é continuar essa requalificação, desde logo de uma zona que apresentámos em tempos, enfim, aquilo que foi um pegar dum projecto de PROCON, URBCOM, que tinha sido no passado bem classificado, mas por faltas de dinheiros tinha sido posto de lado, voltámos a este princípio, há uma verba, e que não é uma verba significativa da parte do Estado, mas há uma obrigação da Câmara do ponto de vista que tem a ver com a requalificação de zona, nomeadamente a zona que envolve a Santos Matos, a Elias Garcia e Gago Coutinho, e por outro lado aquilo que tem a ver com a requalificação urbana da zona envolvente do Parque Aventura, também aí, naturalmente iremos fazer um conjunto de intervenções e nessa perspectiva, temos esse objectivo, por outro lado, a criação de condições de aprofundamento daquilo que são projectos de intervenção social e comunitária, nomeadamente nalguns bairros, Casal da Boba, Casal da Mira e Casal do Silva, em relação ao Casal da Boba temos, como todos sabem, uma parceria e um parceiro, entre outros, um parceiro fundamental, que é a Fundação Gulbenkian, e sobre essa matéria estamos, e vamos continuar a desenvolver este tipo de projecto, por outro lado, em relação ao Casal da Mira, existem já algumas parcerias neste momento, mesmo em relação a um privado que não é da Amadora, também estamos no sentido de cativar a que eles possam também aderir a este projecto, no sentido de pudermos intervir nestes projectos de intervenção social e comunitário, e ao mesmo tempo estamos a trabalhar no Casal do Silva, também sobre aí, e quero-vos dizer que aqui tivemos, enfim, independentemente dos projectos que estamos a desenvolver, tivemos pelo menos a possibilidade de desafiar uma empresa do nosso Concelho, conceituada, dizer que é a FARMA, no sentido de saber, se eles estando no Concelho, tendo eles também, como me manifestaram a mim e à Senhora Vereadora a disponibilidade para também apoiar questões de intervenção social, se eles estariam disponíveis também connosco a formatar um projecto de alguma ajuda para pudermos desenvolver um projecto com mais recursos e com mais

meios no Casal do Silva, sobre a questão do desenvolvimento e traçado da CRIL e o feixe da CRIL, esta é uma questão fundamental, e contrariamente ao que muitos dizem, também é importante que esta zona se possa consolidar, é importante que este projecto da CRIL se feche, é importante que também, contrariamente ao que alguns dizem, continuo na minha teoria, e naquilo que eu defendo, é que o nó da Damaia, não o tal nó aéreo, mas agora o nó normal permite naturalmente fixar e potencializar aquilo que é a zona empresarial da Amadora, que se situa como toda a gente sabe, na zona da Venda-Nova, maneira que são estes conjuntos de projectos que no nosso ponto de vista, que são importantes, assim como é importante continuar a aprofundar e desenvolver aquilo que tem a ver com o plano de Falagueira, Venda-Nova, Damaia, por isso a questão da nova centralidade, a centralidade da Amadora aposta naquilo que tem a ver com o espaço, do meu ponto de vista, potenciador de emprego e atracção de riqueza, e ao mesmo tempo de requalificação, e nesse sentido, e aproveitando aquilo que são as potencialidades que a Amadora tem do ponto de vista de localização estratégica na Área Metropolitana, aquilo que tem de melhor a nível da rede rodoviária, e aquilo que também tem, felizmente, cada vez mais a nível do sistema dos transportes, no sentido de permitir o desenvolvimento daquilo que é a nova centralidade da Amadora, dois novos projectos no âmbito deste contexto, o projecto do Edifício dos Passos do Concelho, nós temos incluído no Plano e Orçamento, aquilo que é um lançamento de um concurso, para a elaboração de um estudo prévio para os nossos Passos do Concelho, e estou certo que iremos ter um projecto adequado, naturalmente concurso público, ganhará aquele que apresentar a melhor solução, que nos irá permitir a seguir criar as condições para pudermos começar a desenvolver o projecto de execução e depois o lançamento do concurso para a construção dos novos Passos do Concelho naquilo que é a nova centralidade a ser feita na zona ... (mudança de cassete) ... políticas, é agora com base naquilo que é as questões que a CRIL vai trazer, mas é preciso que haja um projecto elaborado, e não de facto um conceito que nós temos, mas que é preciso executá-lo no sentido de colar estas questões, e por isso o concurso também para o tratamento paisagístico e urbanístico o corredor verde, CRIL e IC16, outra das questões tem a ver com o modernizar o quadro municipal, promovendo a qualidade de serviços prestados, e sobre essa matéria, temos de aproveitar aquilo que de alguma forma tivemos no âmbito daquilo que é as candidaturas que nos é dado conhecimento nomeadamente ao Programa de Cidades e Regiões ditas e Digitais no âmbito do POSI, e há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

um avanço, não só do ponto de vista daquilo que tem a ver com a melhoria do Serviços, mas também daquilo que tem a ver com o acesso à informação por parte do cidadão, esta é também uma forma de fazermos estratégica no meu ponto de vista, em relação a um conjunto de projectos, há um conjunto de projectos que assentam naquilo que tem a ver com os investimentos, desde logo, prosseguir aquilo que temos vindo a fazer no âmbito do ordenamento e qualificação urbanísticas de algumas áreas, duas áreas, três projectos, dois projectos que estamos a terminar, mas para os quais os concluir ainda que é o URBAN e o PROCAL, e sobre essa matéria, como eu digo, vamos continuar a fazer este investimento, aproveitando aquilo que ainda é estar disponível na candidatura, mas também sobre esta matéria temos um conjunto de projectos que estamos a fazer e esperaremos a oportunidade para continuar a requalificar esta zona, outra aposta, que é a continuidade daquilo que tem sido a política da Câmara ao longo destes 8 anos, e tem a ver com o investimento no Parque Escolar Municipal, apesar do investimento que fizemos, temos necessidade de continuar a investir no Parque Escolar, não só em relação a zonas degradadas, Parque Escolar degradado, basta ver as minas, para percebermos isso, e também em relação àquilo que são novas, zonas de crescimento, e aquilo que de alguma forma, todas as projecções, todos os estudos apontavam que estariam resolvidos, e que, por um lado, infelizmente, por outro lado felizmente, temos ainda salas de aulas de escolas modernas com capacidade que neste momento têm horário duplo, mas também é graças, naturalmente a muita gente que passou a utilizar essas nossas escolas que têm outras condições que antes não utilizavam, também outras pessoas, que não residindo no Concelho da Amadora colocam as suas crianças cá, e por isso nós vamos continuar a investir no âmbito desta área, outro lado temos e achamos que é uma necessidade, não só da Amadora, mas uma necessidade Metropolitana e Nacional, tem a ver com aquilo que é o nosso investimento na construção de salas de creche, e aqui estamos, além de todas as escolas que são, e que vão sendo construídas, todas têm sala de creche, também há espaços próprios que nós vamos fazer exclusivamente para salas de creche, porque há de facto aqui um atraso, e há uma dificuldade sentida pela população da Amadora, nomeadamente pelo mais jovens, que têm a ver com as creches, e nem a disponibilidade que existe do público, IPPS e dos privados de dar resposta, que todos sabemos que existe, e por isso nossa obrigação, continuar a fazer este tipo de investimento, por outro lado a questão da habitação, como eu disse, a questão da habitação, além daquilo

que são a programação que já apresentámos no INH, vamos naturalmente dedicar particular atenção, enquanto estes processos não são desencadeados e são lançados os concursos em relação aos programas que temos no âmbito do PER Famílias, no âmbito Apoio ao Realojamento e do Retorno, é necessário continuar a apostar, há um conjunto de gente que prefere este tipo de soluções, do ponto de vista de resolver os seus problemas, e eu acho que é obrigação da Câmara também nessa matéria disponibilizar os meios necessários para esse efeito, e por isso Senhores Deputados, estas são um conjunto de áreas que nós temos, são um conjunto de questões que os Senhores Deputados tiveram oportunidade de naturalmente de analisar ao longo do Orçamento e do Plano de Actividades, queria-vos dizer também duas ou três coisas sobre a questão do Orçamento, uma primeira é que existe uma redução na despesa, e naturalmente uma redução na receita, é associado, como é obvio, não pudemos ter um aumento da despesa tendo uma redução na receita, e aquilo que se verifica, é que no âmbito da despesa total existe uma redução de menos meio ponto percentuais em relação àquilo que era as de 2006, aquilo que é a receita também tem a correspondente redução, correspondentes reduções que resultam essencialmente de três factores, um primeiro factor tem a ver com, naturalmente, com o resto daquilo que são os fundos comunitários, estamos na parte final, tem a ver com aquilo que é o resto da execução 1, que era um eixo gerido pela Junta Metropolitana e pelos Municípios, resulta também daquilo que é, naturalmente a redução dos empréstimos a médio e a longo prazo para o ano 2007, existe uma redução de cerca de 3 milhões e meio de contos de empréstimos o que naturalmente faz também diminuir a receita, e por sua vez diminuir a despesa, sobre as questões de contenção, dizer o seguinte, é as questões do pessoal, têm um aumento de 1.5, ou seja, nós não conseguimos manter aquilo que é a despesa com o pessoal igual ao ano anterior, existe uma norma que nos obriga a manter essa questão, não se pode gastar com o pessoal mais do que se gastou no ano anterior, bom, mas 1.5, acho que há uma contenção, porque se aplicarmos a esta questão 3 ou 4 factores, primeiro o aumento do funcionário público, que está previsto no ponto 5, não vamos discutir se é justo se não é justo, é o que está previsto, o aumento, naturalmente daquilo que é associado em relação ao subsídio de alimentação, o aumento daquilo que é associado, este aumento, mesmo pouco tem consequências do ponto de vista daquilo que é os encargos para a entidade patronal, e também aquilo que é os aumentos, como toda a gente sabe, que foram modificados na ADSE, por parte, não só dos trabalhadores mas também por parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Município, bom, e também mais 3 ou 4 questões que são importantes, mas que nós definimos como uma política que é necessário dar respostas, uma primeira é em relação às promoções, vamos continuar com a política de promoções, e uma política de reclassificação, por isso vamos continuar também com a reclassificação, porque eu acho que também não podemos deixar os trabalhadores numa situação em que vamos parar com a reclassificação e com as promoções, temos que o fazer, porque também não é justo que isso aconteça, e por isso eu acho que mesmo e também a admissão de algumas pessoas no âmbito essencialmente de três sectores, um primeiro sector que tem estado sempre aberto, tem a ver com o sector das auxiliares de acção educativa, é assim que se chama agora, já não sei, como às vezes se muda de designação, e outro tem a ver, também com a admissão de motoristas e de cantoneiros, nomeadamente em substituição de muitos daqueles que se vão reformando, por isso são essas questões, que apesar de isto tudo, acho que um aumento de 1.5% nas despesas com o pessoal está perfeitamente controlado, e não somos seguramente, a Câmara da Amadora que contribui para o agravamento do Défice Nacional, temos a certeza disso, aliás, acabei de receber de antemão uma carta da Direcção Geral do Orçamento, dizendo que a Amadora contribuiu para a redução do Défice Nacional em não sei quantos milhares, mais de um milhão de euros, o que é para nós, considero que é importante, ainda por cima tendo a Amadora como toda a gente sabe, uma Câmara com uma situação financeira totalmente controlada e totalmente equilibrada, maneira que, Senhores Deputados, eram estas as notas que eu vos queria deixar, naturalmente deixando para o resto daquilo que será o debate, muito obrigado.”

Senhor Primeiro Secretário: “Muito obrigado Senhor Presidente pelos esclarecimentos, e conforme já foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia, vamos dar início a uma ronda de intervenções por cada Grupo Municipal que não pode exceder os dez minutos, peço imensa desculpa, tenho aqui uma lista, vamos começar então pelo CDS-PP.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, estimado público, todos os anos nós procuramos nos documentos provisionais da Câmara Municipal uma nova ideia de Cidade, todos os anos procuramos um novo paradigma

de gestão nestes documentos, e lamento dizer que todos os anos vimos frustrada aquela que é a nossa expectativa, e olhando para aquilo que são as Grandes Opções para o próximo ano, redizia há pouco o Senhor Presidente da Câmara, referindo-se à questão da habitação, e eu começava precisamente pela questão da habitação, nós ouvimos aqui durante três anos em que havia neste País um Governo de coligação PSD/CDS-PP, ouvimos aqui dizer repetidamente que o problema da habitação da Amadora não era resolvido, por causa da Lei travão em dividade das Autarquias, e por causa da insensibilidade social da Dr.ª. Manuela Ferreira Leite em compreender este problema, e nós, como bem sabe o Senhor Presidente da Câmara, concordámos que de facto era injusto que a situação em matéria de realojamento, deveria ter sido considerada e não foi, lamentavelmente temos um Governo do Partido Socialista há dois anos, e há dois anos que nada se resolve em matéria de habitação, e, Senhor Presidente da Câmara, é verdade que a nova Lei das Finanças Locais prevê algumas alterações que nos parecem facilitar o caminho daquilo que é a necessidade da Amadora, mas também é verdade que as regras que existem actualmente já permitiam, com a tal assinatura do três Ministros, que a situação fosse resolvida, e das duas, uma, Senhor Presidente da Câmara, ou o Senhor Presidente da Câmara não explicou, o que eu não acredito, aos Senhores Ministros que era necessário, que a Amadora tinha necessidades especiais em matéria de habitação, ou os Senhores Ministros do Partido Socialista não entenderam ou não quiseram entender aquilo que são as necessidades da Amadora em matéria de habitação, e a verdade é que se nós olharmos para aquilo que é o Orçamento da Câmara Municipal em matéria de habitação em 2002, e eu pego em 2002 porque foi o primeiro ano em que eu analisei um Orçamento desta Câmara, e que nós tínhamos 48.000.000 de euros dedicados à habitação, hoje temos 3.500.000, ou seja, um investimento 14 vezes inferiores àquilo que havia em 2002, continuamos portanto, e uma vez mais, e um ano mais, com um Governo do Partido socialista, já não há a Dra. Manuela Ferreira Leite a ser um dos piores alunos em matéria de resolução do problema da habitação, e também devo dizer, que em matéria de programas que nós achamos que devem ser valorizados, que é a meteria do programa retorno, auto-realojamento, e do PER famílias, que são instrumentos que devem ser valorizados e devem ser utilizados, temos previstos, pelo que li, 1.000.000 de euros, 1.000.000 são 200.000 contos, 200.000 contos em matéria de habitação para uma cidade com a dimensão da Amadora é, sensivelmente zero, Senhor Presidente da Câmara, noutras matérias reparamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também que há, olhando para as Grandes Opções do Plano, um desinvestimento continuado nas funções sociais, menos 2% de investimento das funções sociais, o que em termos reais significa uma redução ainda maior, como sabemos, porque não está aqui em conta a inflação, menos 20% nas funções económicas, menos 47% na protecção do ambiente, menos 51% no desporto e na cultura, menos 25% nos transportes e comunicações, os números são o que são, e são reveladores daquilo que acontece, olhando para o Orçamento, Senhor Presidente da Câmara, e uma vez mais, na sua crueldade revelam aquilo que é o Orçamento, por mais que se tente arranjar justificações e interpretações, e o que mais nos preocupa não é especificamente este Orçamento, é que este Orçamento se segue a um conjunto de outros Orçamentos que vêm na mesma linha, que vêm na mesma sequência e que vêm acentuando esta tendência, e a questão uma vez mais, todos os anos eu refiro isso, e uma vez mais vou ter que o referir, quando olhamos para a evolução das despesas de capital e das despesas correntes, uma vez mais o que é que assistimos, assistimos a um agravamento e um aumento das despesas correntes, e uma redução substancial das despesas de capital, em 2002, uma vez mais usando a referencia de 2002 nós tínhamos 60% do Orçamento consistia em despesas de capital e apenas 40% em despesas correntes, nós hoje temos dos 60% de despesas de capital, estamos reduzidos a 30% de despesas de capital, tendo as despesas correntes subido de 40% para 70% do peso do Orçamento da Câmara Municipal, o que significa que caminhamos a passos largos para que as despesas de capital, e portanto o investimento se torne aos poucos residual nesta Câmara Municipal, só em 2007 as despesas de capital decrescem face aquilo que foi o Orçamento do ano passado, 14%, e as despesas correntes crescem 7%, quanto às despesas de funcionamento, em 2002 representavam 28% do Orçamento da Câmara, hoje, em 2007, cinco anos passados representam 47% do Orçamento da Câmara, só em 2007 as despesas de 2007 decrescem 15%, e portanto quando nós falamos em termos de despesas de funcionamento que são 47% do Orçamento da Autarquia, aquilo que estamos a dizer, é que por cada 2 euros de dinheiro que entra nesta Câmara, 1 euro é gasto para alimentar a máquina, Senhor Presidente da Câmara, há um conjunto de outras situações que eu achava que mereciam algum tipo de esclarecimento, quando olhamos, por exemplo, para os subsídios atribuídos a empresas municipais e intermunicipais, reparamos que há um aumento de mais de 100% naquilo que é atribuído às empresas municipais e intermunicipais, e julgamos que isso careceria também de uma

explicação, em matéria de receita, e olhando uma vez mais àquilo que é o crescimento descontrolado das despesas de funcionamento, parece-nos que o esbanjamento é chocante face àquilo que é a evolução da receita, os impostos directos cobrados pela Autarquia em 2007 crescem 17%, passam de 20.000.000 de euros para 33.000.000 de euros, em termos de previsão, e eu estou a comparar obviamente por documentos comparáveis, ou seja de documentos provisionais de 2006 e 2007, o que significa, em resumo, que temos mais despesas de funcionamento, que temos menos investimento e que temos mais impostos, e isto é aquilo que já nos habituámos a velha receita no Partido Socialista na gestão pública, recusou há dias, quando essa matéria foi discutida, recusou há dias o Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara, aceitar a nossa proposta de redução da DERRAMA, porque dizia que essa era uma receita absolutamente necessária, percebemos hoje porquê que ela é necessária, os impostos directos cobrados pela Autarquia crescem 17%, e crescem para quê, para suportar as despesas de funcionamento, essa é a realidade, e foi por isso que não possível, nas suas palavras reduzir a DERRAMA, dizer também que em boa hora, consideramos nós, trouxe à Assembleia a discussão daquilo que é a tarifa familiar e da tarifa social da água, porque quando olhamos para aquilo que são os lucros dos serviços municipalizados de água e saneamento, e como calculam, nós não temos nada contra os lucros, mas também sabemos que o SMAS é um serviço municipalizado, e portanto achamos que é deveras interessante vermos que o lucro do SMAS, só a parte que cabe à Câmara Municipal da Amadora é de 11.000.000 de euros, o lucro previsto para 2007, o que significa que será de 22.000.000 de euros, porque imagino eu que a Câmara da Amadora estará a mesma repartição de receitas, de lucros do SMAS, o que significa que num ano o SMAS gera um lucro de 22.000.000 de euros, e portanto eu digo, é aquilo que vem nos documentos, e portanto eu diria que em boa hora que foi de facto discutida e avançada a possibilidade de criar uma tarifa familiar e uma tarifa social de água, e mais diria que se calhar, se assim é, e se os números são os que aqui estão, de facto maior será o contributo que o SMAS pode dar no sentido de melhorar as condições do serviço que é oferecido à população, Senhor Presidente da Câmara, para terminar esta primeira intervenção, dizer-lhe que obviamente nem tudo é mau, nestes documentos provisionais, mau seria se assim fosse, dizer-lhe que aplaudimos, como é obvio a continuação do investimento na educação, achamos que é algo de positivo, uma vertente positiva que se mantém e que já aplaudimos em exercícios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

anteriores, e que voltamos a aplaudir, dizer também que há, em matéria, e isso foi também já aqui referido pelo Senhor Presidente da Câmara, a questão dos concursos de ideias para a construção dos novos Passos do Concelho e do corredor verde da CRIL e da IC16, são duas ideias que é evidente que são lançadas para o futuro, mas que são duas ideias positivas, e eu queria-lhe aqui dizer, desde já que são dois, na nossa opinião, dois projectos que são estruturantes para a cidade da Amadora, o Edifício dos Passos do Concelho não pode ser um mero Edifício dos Passos do Concelho, o Edifício dos Passos do Concelho achamos que deve ser um marco, uma referência, e de facto deve assinalar uma nova etapa na vida desta Cidade, e portanto achamos que se deve começar desde já a pensar na sua execução, e portanto, aplaudimos também o lançamento do concurso de ideias, a mesma coisa em relação ao corredor verde, hoje já aqui também falado por diversas ocasiões, que é também uma matéria fundamental, há também meia dúzia de outros investimentos importantes, a biblioteca, o mercado da Brandoa, e mais alguns outros que achamos que são relevantes, mas que são, no nosso ponto de vista desgarrados e desprovidos de uma lógica que os possa de facto estruturar em função de uma estratégia para a Cidade, é Senhor Presidente da Câmara este o décimo Orçamento que o Partido Socialista apresenta nesta Câmara Municipal, e é lamentavelmente um Orçamento que não inverte a trajectória de condenação desta Cidade à condição de dormitório, parece-me que o Senhor Presidente da Câmara eventualmente terá alguma dificuldade em aceitar e em perceber que a Amadora não tem que ser um dormitório de Lisboa, a Amadora tem condições estruturais, tem uma localização privilegiada, está servida por algumas das maiores e das mais importantes vias de comunicação do País, e portanto achamos que tem de haver uma outra ambição para esta Cidade, e isso não é revelado nestes documentos provisionais, é um Orçamento que também não resolve os problemas estruturais da Cidade, desde logo a insegurança, desde logo o desemprego, a falta de habitação já aqui referida para os mais desfavorecidos, entendemos que há aqui uma falta de ambição, que há algum esgotamento do modelo apresentado pelo Partido Socialista, e deixaria aqui, aliás, alguns exemplos de algumas apostas que eu acho que são fundamentais para o futuro desta Cidade, e que não são uma vez mais levadas em conta nestes documentos, falo por exemplo na questão, que é aliás, segundo me recorde, foi aliás aflorada na Campanha Eleitoral, não só na última mas também na penúltima, o Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com o rebaixamento da via-férrea, que não é uma coisa qualquer, é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

facto algo que qualificará e que alterará a face da nossa Cidade e portanto deveria ser considerado como uma prioridade absoluta, e deferia ser defendida junto de todas as entidades competentes, no sentido que fosse um projecto a avançar rapidamente, vou terminar Senhor Presidente, a questão de um plano verde para a Cidade, que obviamente integrará os corredores verdes do IC16 e da CRIL, mas que não será só, não será só isso, terá com certeza que ser mais ambicioso, e sobre isso também nada vemos nada nestes documentos, a questão do emprego é uma questão fundamental, e portanto achamos que deve haver aqui uma aposta estratégica na criação de um cluster industrial de alta tecnologia, achamos que há condições para que isso seja feito, e portanto deviam deste já lançadas iniciativas nesse sentido, e também sobre isso nada é dito nestes documentos, finalmente Senhor Presidente da Câmara, e também já várias vezes o repeti, achamos que numa Cidade onde o Património Histórico e Arquitectónico é escasso, aquele que existe deveria ser preservado, deveria ser protegido, deveria de ser divulgado, e isso não acontece, uma vez mais nada é dito em relação àquilo que são algumas peças fundamentais do nosso Património, e eu refiro ao Aqueduto das Águas Livres, a Necrópole de Carenque, os Moinhos de Vento e uma séria de outro Património, que é de facto relevante e importante para esta Cidade, e que uma vez mais parece que nada interessa a este Executivo Camarário, em resumo, Senhor Presidente da Câmara dizer-lhe que obviamente ouviremos as suas respostas e as suas explicações que entender obviamente dar, mas que a nossa apreciação em relação aos documentos é globalmente negativa, e portanto aquilo que teremos necessariamente que fazer é a incoerência com aquilo que tem sido a nossa posição ao longo dos últimos anos, votar desfavoravelmente estes documentos provisionais, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Santos: “Mais uma vez boa noite, vou-me debruçar menos sobre a aritmética do Orçamento, e mais sobre a filosofia política do Plano de Actividades, já que o Orçamento invariavelmente desta ou de outra Câmara é um reflexo, e invariavelmente depende do Plano de Actividades, eu penso que a Câmara Municipal da Amadora tinha este ano oportunidade de apresentar um Plano de Actividades e um Orçamento para 2007 de excepção, que invertesse de facto, algo que tem estado adiado na Amadora, e de onde é que advêm essas condições excepcionais, em primeiro lugar, a situação excepcional da boa saúde financeira que a Câmara tem evidenciado ao longo dos anos, os documentos não mentem,

verdade seja dita, a Câmara da Amadora tem uma boa saúde financeira, mas a Câmara não é uma empresa, e a saúde financeira da Câmaras têm que ter ao serviço do seu desenvolvimento e da solução das dificuldades que têm em cada momento, a segunda condição de excepção, que podia permitir à Câmara apresentar para o ano que vem, um Orçamento e um Plano de Actividades de excepção, é o facto de no Governo estar um Partido, o mesmo Partido que está na Câmara Municipal, e reparem, não está no Governo há dois meses ou três como o ano passado, há um ano que o Partido Socialista está no Governo, e há um ano que tem condições, e deveria ser também papeis das Câmaras do Partido Socialista, discutirem com o Governo uma série de medidas de excepção que a Câmara da Amadora inevitavelmente necessita, e em particular sobre as duas questões fundamentais que a Câmara considera que são decisivas para o ano de 2007, em primeiro lugar, o reforço da coesão social, em segundo lugar, o reforço da competitividade, quando falamos de coesão social, falamos de educação, certamente, todos nós sabemos que o Bloco de Esquerda tem elogiado muitas das acções que o Partido Socialista tem mantido na Câmara Municipal da Amadora, consideramos que o Ministério de Educação do vosso Partido não tem ajudado muito, mas não retiramos o mérito do trabalho que tem sido feito na educação no Concelho da Amadora, falamos de saúde, e aí então nem falar, porque o vosso Ministério da Saúde é uma verdadeira catástrofe em relação, faz envergonhar algumas das coisas que alguns de vós do Partido Socialista aqui defenderam há menos de um ano sobre a situação da saúde no Concelho, mas falamos também de habitação, e falamos também de trabalho, a Câmara Municipal da Amadora é parceira de uma grande responsabilidade que o Estado tem em relação ao PER, o PER foi decidido há treze anos, e há famílias que estão há treze anos à espera de verem a sua situação de realojamento resolvida, sabemos agora, que antes de 2012 não vai estar concluídos, o PER vai estar concluído, a promessa que foi feita para muitas famílias em 93 vai ser concluído 19 anos depois, em 2012, e para além das questões que estão relativas à conclusão do PER, há as questões das situações em bairros degradados das famílias que não estão abrangidas pelo PER, isto é um problema que envolve, naturalmente, uma preocupação grave para todo o Concelho, o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo da Câmara têm defendido, e eu nisso estou completamente de acordo, que a gravidade da solução do problema da habitação na Amadora é de tal ordem, que não há solução no Quadro Municipal, tem de haver solução no Quadro Intermunicipal, mas curiosamente, a Assembleia

Metropolitana de Lisboa, e a sua Comissão de Coesão Social, convocou todos os Vereadores e todos os representantes de todas as Câmaras da área de metropolitana de Lisboa, para na semana passada colocar e juntar a área metropolitana todas as questões fundamentais que tinham a ver com a Coesão Social com a resolução dos problemas fundamentais que afectava a população da Amadora, a Senhora Vereadora não ser pode representar pessoalmente, mas esteve o seu Assessor, e acho muito bem que estivesse, curiosamente, a questão fundamental, que garante a Coesão Social, que é o fim dos bairros degradados, o fim da resolução do problema da habitação na Amadora não é apresentado, não é focado, não é apresentado à Comissão de Coesão Social da área metropolitana de Lisboa como uma questão fundamental, como é que é possível defender uma Comissão Intermunicipal, que a solução seja uma solução Intermunicipal para resolver o problema de habitação e não se colocar, e nós sabemos as limitações e a falta de definição de Quadro Político da própria Assembleia Metropolitana de Lisboa, mas como é que é possível a Comissão de Coesão Social da área metropolitana de Lisboa convocar a Senhora Vereadora, a Senhora Vereadora fez-se representar, e não haver uma mensagem, não haver uma palavra a dizer, ainda nos falta quase 50% da conclusão do PER, nós com o PER não resolvemos todas as situações dos bairros degradados da Amadora, acho incrível que tal não seja colocado, e isso não é por acaso, isso é porque a vossa preocupação não vai directamente para aí, e passamos para a questão do emprego, e a questão do emprego levanta duas questões, a questão da coesão e a questão da competitividade, a competitividade, com certeza, solução para a competitividade, nova centralidade para a Amadora e a conclusão da CRIL, e aí, atracção de empresas, criação de emprego, mas há uma coisa que eu não queria deixar de falar, e agora estou à vontade, portanto estamos a discutir situações concretas de empresas, para falar um bocadinho outra vez, nas situações que se tem vivido nas questões no emprego na Amadora, eu não duvido da bondade nem das Bancada PSD, CDS quando estavam no Governo, nem agora da Bancada do Partido Socialista, nem do Senhor Presidente, num caso ou noutro, sobre a preocupação que têm mantido face à situação da Sorefame, mas creio que quer o PSD, CDS no anterior Governo e os membros do PSD, CDS da Amadora na altura em que estavam no Governo, fizeram tudo aquilo que era possível para ajudar a grave situação na Amadora, como considero que agora o Partido Socialista da Amadora e o Senhor Presidente da Câmara não fez tudo para resolver o problema da Sorefame, o Senhor Presidente diz que não gosta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

levantar bandeiras, bandeiras pretas não é consigo, manifestações e tal, eu não acredito Senhor Presidente, não acredito sinceramente, que o Senhor Presidente não tenha a capacidade de sensibilizar o Governo do seu Partido para a resolução rápida da questão da Sorefame, e se estamos a falar, quando falamos da criação de emprego e de competitividade e novas empresas e novos empregos, não tem sentido abordar a questão, não tem sentido falar de novas empresas, novos empregos, sem que se faça tudo, aquilo que seja necessário para garantir os empregos garantidos na Sorefame, os empregos existentes na Pereira da Costa, etc., etc., esperemos não termos de vir falar da Sotanco em breve, por último, a questão da competitividade, da questão da nova centralidade da Amadora e a questão da conclusão da CRIL, evidentemente que ninguém nesta Assembleia desconhece, ou deixa de reconhecer a importância da conclusão da CRIL e inclusivamente a abertura que tem para discutir a nova centralidade da Amadora e os projectos que para aí estão apontados, no entanto, e lamentavelmente, aquilo que nós verificamos, é que para o projecto da conclusão da CRIL, e para o projecto da nova centralidade da Amadora, as decisões que são tomadas têm sempre em função a protecção das novas realidades em detrimento da defesa dos tecidos urbanos já consolidados e das populações aí residentes, não é assim que se constrói Coesão Social, não é assim que se cria competitividade no Concelho da Amadora, há depois a questão da democracia, nós defendemos durante vários anos, e continuamos a defender do ponto de vista do projecto, a questão da participação e da existência do Orçamento que representasse a participação da cidadania das comissões, das associações culturais, cívicas, de toda a vida real que existe no Concelho, isso é um conceito que o Senhor Presidente tem em teoria, sempre se demonstrou muito disponível, mas de ano para ano desce a participação, desce a capacidade de o Senhor Presidente ouvir quem quer que seja, não é preciso falar, atenção, há coisas que eu não quero transformar em factos políticos, e creio que não foi de propósito, mas nós não fomos convocados para a reunião Obra e Estatuto da Oposição, e foi um azar, sinceramente acho que foi um azar, o Senhor Presidente tinha uma reunião na mesma altura, não nos pode ouvir, até porque eu sei perfeitamente que o Senhor Presidente não tem nenhum problema em sentar-se à mesa comigo e discutir o assunto, quanto muito pode não gostar de ouvir aquilo que eu digo às vezes aqui, agora, em privado, lá em cima no 8º andar não foi de certeza de propósito que não me quis ouvir, mas esse é um pormenor, o que é grave, e que demonstra a falta do Partido Socialista no sentido de criar mais participação, mais cidadania



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nas decisões da Câmara Municipal, é aquilo que se verificou neste último ano deste Mandato das eleições que decorreram o ano passado, de tudo aquilo que tem fugido àquilo que é o calendário da Câmara, àquilo que são os agendamentos que a Câmara faz, foram propostos para serem discutidos nesta Câmara pelos Partidos da Oposição, quer a questão do Ozono apresentada pelo CDS, quer a questão da Sorefame que é uma questão fundamental de emprego apresentada pela CDU, quer a questão da CRIL que toda a gente acha extraordinário, tão extraordinário que resolveram antecipar para o Período de Antes da Ordem do Dia a discussão, ao contrário daquilo que acharam a semana passada sobre a Sorefame que preferiram discutir no fim, todas essas questões que são importantes, todas as questões que são determinantes no que diz respeito à Coesão Social e no que diz respeito à criação de Competitividade, são colocadas nesta Assembleia pelos Partidos da Oposição, mas devo-lhes dizer que não é sobre a questão da democracia que nós nos aproximamos mais, do ponto de vista da democracia formal, é uma questão de bom senso, e não é por aí, aquilo que nos diferencia mais, é de facto a questão do socialismo, olhando para este Orçamento, olhando para este Plano de Actividades e olhando para o socialismo, não vemos nada que os ligue, não vimos nenhum ponto de contacto, por isso, votaremos contra.”

Senhor Deputado Luís Sampaio: “Boa noite a todos os presentes, o Partido Social Democrata da análise que fez dos documentos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, gostaria em primeiro lugar de salientar três pontos positivos relativos aos documentos, em primeiro lugar, como dissemos ontem na Comissão, os documentos estão tecnicamente bem elaborados, e será seguramente mérito dos funcionários da Câmara Municipal da Amadora, que com grande profissionalismo zelaram para que os documentos cumpram escrupulosamente as regras do POCAL e isso deve ser salientado e portanto queremos deixar aqui essa nota, em segundo lugar gostaríamos também de salientar a preocupação do Executivo do Partido Socialista, liderado pelo Partido Socialista que teve a preocupação nos documentos de apresentar um Orçamento que é financeiramente sustentável, e que portanto não compromete, pelo menos do ponto de vista financeiro a gestão municipal em anos futuros, portanto isso é de salutar, e gostaríamos que esse mérito também ficasse aqui anotado, um terceiro aspecto que nos parece também muito importante também no Orçamento, é que à semelhança do que tem acontecido noutros anos, a actual gestão

camarária tem-se preocupado com a questão da educação, e tem de facto investido significativamente na questão da educação, e como sabemos a questão da educação é um dos pontos mais importantes no desenvolvimento do nosso País, e portanto isso é também um ponto de honra de mérito que deve ser de facto salientado, a César o que é de César, entendemos que a nossa oposição deve ser responsável, e portanto não nos inibimos de salientar os méritos que estes documentos têm, mas com toda a franqueza, Senhor Presidente, também tenho que lhe dizer que isso é muito pouco, não chega, e como dizia há pouco o Deputado do CDS-PP, o João Paulo Castanheira, nós procuramos encontrar todos os anos, de facto, nestes documentos um novo paradigma para a Cidade, uma orientação, um rumo, um plano estruturado de desenvolvimento estruturado para a Cidade e não conseguimos de facto encontrar, a verdade, Senhor Presidente, é que a actual gestão municipal de facto, não tem uma política estruturada de desenvolvimento da cidade da Amadora, faz aquilo a que eu chamaria de uma política de intervenção a retalho, portanto, procura resolver problemas pontuais que acontecem na cidade, cria umas ilhas mágicas, uns parques, e portanto resolve um problema aqui e outro aqui, mas não tem de facto uma visão de desenvolvimento da Cidade, e a prova disso, Senhor Presidente, é que o tecido empresarial do Concelho, é de facto pouco desenvolvido, a Cidade não consegue captar novos jovens, está cada vez mais envelhecida, e é de facto uma Cidade dormitória, aliás, como o Senhor Presidente sabe, a Cidade da Amadora é conotada a nível Nacional como sendo uma cidade com graves problemas sociais, e de facto só vem para ela quem não tem recursos para ir para outro lado, é pena que o Senhor Presidente não siga o exemplo de outras cidades, eu dou-lhe um exemplo, Senhor Presidente, eu não gostava de entrar num diálogo, penso que isso não é muito ético, eu também respeitei a sua intervenção, e portanto gostava que respeitassem a minha, tenho direito à minha opinião, fui eleito e portanto tentarei defender aquilo que os eleitores que me elegeram, dou-lhe um exemplo, uma vez que o pediu, é pena que o Senhor Presidente não siga por exemplo, o exemplo de Oeiras, que é uma Cidade limítrofe de Lisboa e que conseguiu atrair pólos empresariais para a cidade, conseguiu requalificar bastante a Cidade, e de facto a Amadora está longe, de facto de Oeiras, e ao menos, se nós víssemos alguma vontade nestes documentos, de facto, de se incentivar a colocação de empresas, a colocação de pólos empresariais, a renovação da cidade, a atracção dos jovens para a cidade, se ao menos víssemos essa boa vontade, mas não o vemos, Senhor Presidente, de facto, o que

nós vemos, Senhor Presidente, é que as despesas correntes, as despesas de funcionamento subiram este ano 6,7%, 4,5 milhões de euros, as despesas de capital, Senhor Presidente, diminuíram 14%, para acomodar um aumento das despesas correntes muito superior à inflação, 6,7%, para acomodar isso, para acomodar, como o Senhor Presidente disse a redução da receita, porque de facto o País vive uma situação económica um pouco difícil, portanto para acomodar um aumento desmesurado da despesa corrente, o Senhor Presidente apresenta como despesa corrente uma solução uma diminuição no investimento da cidade, no investimento do futuro dos Amadorencs em 14%, só num ano, portanto, isto sem considerar a inflação, e portanto, temos de facto um Orçamento que prevê um aumento das despesas na gestão corrente muito significativo, e um detrimento do investimento no futuro também muito significativo, portanto temos uma gestão municipal cada vez mais preocupada com os problemas operacionais de funcionamento, cada vez mais preocupada com a sua ineficiência, e a suportar cada vez mais essa ineficiência, e a não ter uma política de desenvolvimento sustentado da Cidade, e o que é que o Executivo Camarário faz, para suportar toda esta ineficiência operacional, aumenta a carga fiscal, e portanto, o Orçamento também é um ponto muito negativo, Senhor Presidente, para além da carga fiscal que os portugueses já pagam, os Amadorencs, estes para o ano que vem terão que enfrentar um aumento da carga fiscal que é efectivo e que é significativo, por último, e porque não me quero prolongar, o resultado de toda esta desmesura, Senhor Presidente, é de facto uma estagnação ou um decréscimo no investimento em áreas fundamentais para o concelho, como seja a protecção do ambiente, a cultura, a protecção civil, a polícia municipal, o associativismo, os transportes e as comunicações, a habitação, como já foi referida, é obvio, e eu tenho que fazer justiça a esse respeito, que os constrangimentos financeiros que o Governo tem imposto neste âmbito, no âmbito da habitação, que limitam obviamente um investimento da Câmara na área da habitação, mas o que é facto é que o Senhor não está preocupado com estes sistemas, não está preocupado com a habitação social, não está preocupado com o realojamento, o Senhor está preocupado com a ineficiência interna da Câmara, ou pelo menos da gestão socialista porque aumenta as despesas de funcionamento em quase 7%, e portanto, em vez de procurar melhorar o funcionamento, aumentam-se as despesas de funcionamento em 7%, também a requalificação dos espaços urbanos e os equipamentos sociais ficou mais uma vez adiada, e portanto, este é em suma, Senhor Presidente, um Orçamento e as Grandes Opções do Plano,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

são documentos que são o reflexo de uma gestão municipal que não tem rumo definido, Senhor Presidente, é uma Gestão Municipal que está aliada dos problemas estruturais do Concelho, resolve problemas pontuais no Concelho, e de facto, está preocupada com a gestão do dia-a-dia, se não estivesse preocupada com a gestão do dia-a-dia não diminuía em 14% em termos nominais a Despesa de Investimento, portanto, perante este cenário, só podemos concluir uma coisa, este Orçamento, estas Opções, este Plano de Actividades não serve ao Concelho da Amadora, e portanto só podemos votar contra, como é obvio.”

Senhor Deputado António Carixas: “Obrigado Senhor Presidente, uma primeira palavra para as condições de análise e a posição destes documentos, melhorou nos prazos de entrega para os Membros da Assembleia Municipal, lamentamos que para os Vereadores da CDU na Câmara Municipal, não tenha tal facto acontecido, há um ano, o tempo de posição foi muito curto, ainda nos lembramos deste facto que foi desvalorizado pela maioria política desta Assembleia, chegou a haver até graçola sobre a questão essencial para nós, da possibilidade de realizar os documentos, sim, porque ainda acreditamos, ilusão talvez, que os Deputados Municipais devem ter os mesmos direitos, a qualidade da democracia é essencial para todos, não basta votar e ser eleito, adiante, vamos às questões relacionadas com os documentos, relativamente às Grandes Opções do Plano, a nossa posição irá sempre partir da comparação de 2006 e o que é proposto para 2007, relativamente aos pagamentos de actividades realizados no ano anterior, verificamos que há um aumento, prevê-se agora pagar perto de 78.000.000 de euros quando antes, no ano anterior, 61.000.000 de euros, primeiros reparo, as verbas cativas limitam, no nosso ponto de vista, cada vez mais as acções do Executivo Municipal, limitam a sua acção, relativamente às verbas não definidas, verificamos um aumento considerável, e ao segundo reparo, quanto às orientações políticas do documento, se na área das funções gerais, a verba prevista é semelhante, já na área das funções sociais com actividades que são proclamadas como prioritárias, verifica-se uma diminuição, no capítulo da habitação, inclusive, e serviços colectivos, constata-se uma diminuição em particular, mais acentuada no sub capítulo da protecção do meio ambiente, um terceiro reparo ao documento, também no objectivo de funções económicas se verifica uma diminuição das verbas, é o quarto reparo ao documento, passando rapidamente para os documentos relativos ao Plano de Actividades Municipal, verificamos que os pagamentos referentes a 2006 condicionam as

acções para 2007, aliás, desde 2004 esta orientação tem marcado a vida desta Autarquia, os compromissos financeiros assumidos, de anos anteriores, têm vindo a crescer, marcando negativamente, do nosso ponto de vista, claro, a Actividade Municipal, é o quinto reparo, tudo o que dissemos até agora vai ser rebatido, negado, com certeza, num ponto, com certeza estaremos de acordo, as propostas agora apresentadas pela maioria política do Executivo Municipal, são no essencial semelhantes às apresentadas nos anos anteriores, e é aqui que nós divergimos no fundamental, na estratégia para resolver os inúmeros problemas que a Cidade e o Município hoje apresenta, como dizem os Vereadores da CDU, falta uma visão e uma prática, uma estratégia consertada e integrada nos problemas do Município, a não discussão da Revisão do Plano Director Municipal contribui para este facto, o que nos faz discordar das linhas orientadoras das Opções do Plano, é a visão parcelar das áreas de actuação municipal, por outro lado a Amadora em termos das suas posições de peso político na área metropolitana de Lisboa, tem perdido projecção e influência política, falamos intervenção da Administração Central na área do Município, muito abaixo das suas necessidades, exemplos desta fraqueza, o PER, o PIDAC, na área da saúde, na estrutura empresarial, do emprego, mais um ponto importante de discordância entre a CDU e a maioria política, a participação dos instrumentos fundamentais da gestão municipal, ou seja, a sua elaboração obedeceu uma óptica de continuidade, bem sabemos que a prática da maioria política não assenta na realização de reuniões, com a população, com as associações representativas, incluindo nestas os Concelhos Municipais, mas infelizmente a auscultação, quando os documentos já estão elaborados, não estamos a falar da fase de discussão, dizíamos da fase de auscultação, até aos Deputados Municipais apenas podem discutir estes documentos numa única Comissão, discordamos, estes documentos deveriam ser discutidos em várias Comissões, por todos os Deputados, e voltando à visão sectorial, das áreas de intervenção municipal, ela torna-se mais clara, desconexa quando vemos que há Juntas de Freguesia que aprovam as suas opções e orçamento sem terem conhecimento dos documentos municipais, relativamente ao Orçamento, verificamos nas receitas correntes, também comparativamente, o aumento dos impostos directos, aliás, já foi aqui referenciado isso, um aumento das verbas de taxas, multas, um aumento da venda de bens e serviços correntes, esperamos que estes aumentos não sub carreguem os que menos podem pagar, no que diz respeito às despesas, algumas pequenas notas, comparando sempre 2006 e 2007, verificamos um aumento das despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

com a aquisição de bens e serviços, este é um ponto que também nos distingue, uma maior intervenção e regulação municipal ou contratualização e concessão de algumas áreas básicas, este é um dilema que muitas vezes debatemos, relativamente ao financiamento do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Acções Municipais verifica-se, sempre comparando 2006 e 2007, que as receitas orçamentadas são inferiores, verifica-se que os encargos com o funcionamento aumentaram, ou aumentam previsivelmente, constata-se que o financiamento assegurado é menor, verifica-se que o financiamento a assegurar aumenta consideravelmente, acabo com uma nota positiva, não é uma questão de simpatia, não é de certeza, nesta área, a política seguida de transferência para as Juntas de Freguesia tem tido a nossa concordância, ao contrário das acções e verbas que mencionámos anteriormente, contudo, não percebemos, ou haverá razões que desconhecemos, a razão pela qual as Juntas de Freguesia da Venteira, da Falagueira e da Venda-Nova, serem as únicas em que diminuem uma verba referente aos espaços verdes, também não entendemos a razão pela qual a Junta de Freguesia da Venteira, ser a única que não tem transferência de limpeza pública, aliás, já aconteceu no ano anterior, uma nota final de apreço para os trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora, e em especial para os do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, tiveram ...(mudança de cassete) ...e as milhares de cópias que tiveram de realizar, muito obrigado.”

Senhor Deputado João Serrano: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, o Orçamento da Câmara Municipal para 2007 chega hoje aqui à Assembleia, afirmando-se antes de mais como um Orçamento realista e sério, este é efectivamente um Orçamento realista, dado que fundamenta-se na realidade económica e financeira do País e do Município, e esse é o primeiro factor que é decisivo para a sua credibilidade, mas também é um Orçamento sério, é sério porque se baseia numa avaliação rigorosa a situação das nossas finanças municipais, das verbas a transferir para a Autarquia, e dos novos encargos que temos que enfrentar pela frente, mas também o orçamento apresentado num momento particular, estamos, como sabem, a comemorar o 30º aniversário da construção da República, em que se celebra também os princípios estruturantes da nossa lei fundamental, a consagração da autonomia local, e opção por um poder autárquico democraticamente legitimado, rompendo com décadas de centralismo,

quiseram os constituintes de 1976 assinar um compromisso com aquilo que de mais democrático que existe, o poder político deve de estar onde está o povo, o poder só tem sentido se servir a comunidade e se tiver uma relação o mais próximo possível com os seus signatários, só um poder de proximidade será capaz de conhecer as preocupações, os anseios e as aspirações dos cidadãos, por isso mesmo, posso afirmar com toda a convicção que o Poder Local é um dos mais genuínas concretizações da ideia de democracia, e o pilar essencial dos Regimes Democráticos, ao fim destes 30 anos o balanço é positivo, quando comparamos Portugal que existia há 30 anos e o Portugal que hoje somos, obviamente que o saldo é claramente positivo, por isso muito contribuiu o esforço envolvido pelos autarcas deste País, o país põe hoje as infra estruturas físicas e pelo menos indispensáveis ao seu desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das suas populações, domínios em que as autarquias desenvolveram um papel de grande relevo, é também por isso, é tempo de virar a página da história da democracia autárquica, nesta nova etapa, não são menores os desafios e as responsabilidades que se colocam os titulares dos Órgãos Autárquicos, a etapa que agora se inicia será feita de obras menos visíveis, de realizações por venturas menos espectaculares, mas nem por isso menos importantes para o bem-estar das populações, nos nossos dias, os autarcas têm de prestar atenção acrescida por um lado à capacidade produtiva e à competitividade dos Concelhos e das Freguesias que dirigem, e por outro lado, ao desenvolvimento e coesão social das populações, no que se refere à capacidade produtiva e à competitividade nos Municípios no contexto da região, nomeadamente da área metropolitana de Lisboa em que se inserem, exige 40, uma parcela maior do seu esforço para a captação e fomento de investimentos e iniciativas empresariais, mais investimentos, criação de empresas, e produções de maior valor acrescentado, significa naturalmente mais riqueza para as autarquias, mais oportunidades de emprego para os seus habitantes, majuramento económico e social, se não existir por partes dos autarcas empenhamento na atracção de investidores e na fixação de empresas competitivas, os recursos humanos mais qualificados emitam, os produtos locais não são devidamente aproveitados, e os investimentos serão encaminhados para outros lugares dentro do Território Nacional ou mesmo para o estrangeiro, este Executivo Camarário está ciente disso, daí que uma das grandes apostas das Grandes Opções do Plano para 2007 seja a competitividade do Município no contexto da área metropolitana de Lisboa, e neste contexto, é de sublinhar, não só o anúncio feito pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Governo da viabilização da conclusão da CRIL, que se revés, como já vimos, de grande importância, não só para o Concelho como para toda a área metropolitana, com o desenvolvimento de estudo de urbanização para a área da Falagueira/Venda-Nova, com vista à criação de uma nova centralidade para a Amadora a estruturar em torno de um eixo da instalação de empresas, serviços, equipamentos públicos de nível municipal e supra municipal, como encontrar uma solução empresarial para os terrenos da ex-Bombardie, numa palavra, numa batalha do desenvolvimento económico do nosso Concelho, e pela competitividade das nossas empresas, é uma tarefa que o Poder Local não pode alhear-se, mas para que o progresso seja bem sucedido, é indispensável travar uma outra batalha, a do desenvolvimento social, e nesse sentido, considero que os autarcas têm especial vocação e capacidade para responder aos desafios do desenvolvimento social, a proximidade, o conhecimento e a agilidade para encontrar soluções neste domínio, são vantagens que nos asseguram mais e melhores respostas aos problemas sociais presentes e futuros, houve problemas da pobreza, da exclusão social, da toxicod dependência, do alcoolismo, da solidão, dos idosos, de deficiência, da falta de cuidados de saúde, do abandono escolar e da desqualificação dos activos, são problemas que não se podem prevenir e combater devidamente sem o desenvolvimento ativo das comunidades e das autarquias, a experiência revela-nos como, entre o poder Central e o Poder Local tem sido possível cooperar no sentido de lutar as comunidades sociais necessárias, quer no domínio da protecção e inclusão social, quer no domínio da educação básica, quer mesmo na rede de oferta de cuidados primários de saúde, o trabalho desenvolvido assegura-nos que é possível e desejável ir mais longe, daí a importância, entre outros, do processo de construção de equipamentos sociais e de integração em bairros de rendimento público, o processo previsto nas Grandes Opções do Plano de construção do modelo de intervenção social urbanístico na Cova da Moura, o plano de intervenção 2007/2011 para a Cova da Moura, o programa de intervenção social e comunitária em parceria com outros sectores sociais no Casal da Boba, Casal de Mira e Casal do Silva, nada melhor do que a Câmara Municipal para desenvolver este trabalho, só a Autarquia pode a nível local, mobilizar os cidadãos, valorizar o voluntariado e a ideia de responsabilidade social da organizações da sociedade civil, que há ambientes propícios, há cooperação entre agentes locais, coordenar esforços e competências, por forma que os objectivos sociais que todos ambicionamos possam ser eficazmente realizados, Senhoras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhores Deputados, a fase da construção das infra-estruturas vai estando pouco a pouco concluída, razão mais que suficiente para pensarmos numa nova geração de políticas locais dirigidas para outros tipos de necessidades, para a inclusão social, para a qualificação e bem estar das populações, é esta, os eixos fundamentais da política desta Câmara, é esta os eixos fundamentais do Partido Socialista para a Amadora, a qualidade da democracia e para o êxito da governação dependem em larga medida da relação existente entre os cidadãos e os agentes do poder político, qualquer que seja o nível em que este é exercido, neste contexto, a modernização do quadro da gestão municipal promovendo a qualidade dos serviços prestados e a proximidade da Câmara com os cidadãos é uma aposta a ter em conta e consagrada nos documentos que ora apresentamos, devemos apostar na modernização da administração local, torná-la mais eficiente, eficaz, inovadora e transparente, com isso, tornamos mais competitivos economicamente no contexto metropolitano e melhoramos a qualidade de vida das populações, reforçar a competitividade do Município no contexto da região, reforçar a coesão social e modernizar o quadro da gestão municipal, são os três vectores decisivos e estratégicos que a Câmara e o Partido Socialista tem para a Cidade da Amadora como hoje aqui está expresso nos documentos, estes são os desafios que temos pela frente, o único caminho que pudera levar o Concelho da Amadora a um território de desenvolvimento económico, à promoção de emprego e ao combate das desigualdades sociais, é nesse caminho que a Câmara Municipal que os documentos ora apresenta está na direcção certa e por certo merece a nossa concordância, muito obrigado.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, é evidente que depois das intervenções iniciais, enfim, uma pessoa não pode ficar insensível, naturalmente àquilo que foram aqui as declarações feitas para alguns dos elementos, em primeiro lugar, há aqui, enfim, eu penso que há aqui uma repetição daquilo que tem sido a falta talvez de estratégia, de visão, de projectos por parte de uma parte da oposição, todos os anos diz a mesma coisa, o CDS e o PSD dizem o mesmo todos os anos, sem tirar nem pôr, o mesmo de sempre, não têm projectos, não têm visão estratégica, não têm nada, bom, o que é certo é que ao longo de anos nunca vi nada bem apresentado do lado contrário, e V. Exas. com tanta visão, com tanta estratégia são responsáveis também pela construção da Câmara dos mandatos anteriores, quero-vos dizer que agradeço imenso aquilo que foi a definição da linha estratégica

orientadora que vocês tiveram, bom, estou a dizer, o PS não tem, mas os outros, não estava a falar da CDU, estava a falar dos mandatos anteriores dos quais eu estou cá, não estava a falar do ano passado ainda, lá chegaremos, seguramente, bom, e de maneira que eu acho que há aqui, e permitam-me, isto é uma questão que tenho evidente, a gente sabe que isto é um debate parlamentar, e acho que é importante que assim seja, cada um procura valorizar aquilo que mais lhe interessa, e desvalorizar aquilo que menos interessa, cada um procura pelos chavões que lhe interessa conforme as conveniências, e também acho muita piada dizer que durante três anos não foi feito nada na habitação, e a gente todos protestámos todos contra, todos estivemos contra o Governo, os malandros do Governo, permitam-me a expressão, por eu utilizar às vezes nesta Assembleia, portanto o Bloco entre o PSD e o CDS-PP, malandros, bom, não passou disto, lamentação, lamentamos, lamentamos, lamentamos, mas não conseguimos nada, eu sempre lamentei, e desta vez também tive oportunidade de pelo menos no âmbito daquilo que foi a Lei das Finanças Locais, e aquilo foram propostas apresentadas pelos Deputados de Lisboa, na Comissão da Assembleia da República a alteração de alguns pontos da Lei das Finanças Locais, dos quais essa questão do PER, como sabem, não fazia parte daquilo que foi a proposta do Governo, não fazia parte, e foi incluída por uma proposta dos Deputados de Lisboa, naturalmente, com quem, naturalmente trabalhei, como devem imaginar, e também foi aceite, agora nós não pudemos querer pôr, Senhores Deputados, é dizer, agora que já existe essa possibilidade, então porquê que não estão lá as verbas, Senhor Deputado, não vale a pena fazer demagogia barata, o que é que interessa pôr lá a verba, para quê, já fizemos os projectos, já lançámos os concursos, já demos ordem, temos de pagar, vamos ser sinceros sobre isto, também não vale a pena, estas coisas são assim, e por isso quando se diz, em determinados momentos gastou-se mais, pois gastou, porque as obras estavam a ser prejudicadas, estavam-se a ser facturadas, estavam-se a pagar, é diferente, e é bom que ainda tenhamos esta noção, e depois há aqui uma questão que eu acho graça, aliás que atravessa um pouco todos os Partidos que falaram aqui, que é a questão de dizer, não há investimento, só há gastos, despesas, não há investimento, bom, nós temos um conceito de despesa e de investimento, é que para mim o que se gasta na educação, é investimento, para os Senhores é despesa, não, vamos aos factos, é despesa, é despesa para V. Exas. aquilo que a Câmara tem em Orçamento em relação à acção social escolar, 2.000.417.829 euros, isto é despesa para vocês, para mim é investimento, são conceitos diferentes, não, é que você só vê



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

o investimento, vocês vêm o investimento das obras que se faz, não vêm o investimento que é esta questão importante da acção social escolar, por exemplo, vocês só entendem que isto não é um investimento, é despesa, conceitos que temos de despesa e de investimentos, Senhores Deputados, e por isso quando falam todos na questão da educação, eu acho muita piada, que tudo o que se gasta, neste caso, não se gasta, que se investe, que vocês acham que se gasta na educação, enfim, é despesa e não é investimento, a acção social escolar não é investimento, são 2.000.000.361, o apoio às escolas básicas, 443.000 euros não é investimento, os projectos sócio-educativos, 202.000 euros não é investimento, a escola em tempo inteiro, 1.000.000.641 não é investimento para V. Exas., bom, e o enriquecimento curricular também não é investimento para V. Exas., ou seja, vocês têm um conceito de investimento e despesa diferente do meu, eu quero dizer que tudo o que se gastar na educação, para mim é investimento e não é despesa, e teremos uma divergência profunda sobre esta matéria, e por isso quando se começa a dizer, bom aumentou a despesa, esquecem-se que a nossa despesa, parte da nossa despesa é esta, e esta nossa despesa nós consideramos investimento, são questões, a tal questão de visão de estratégica e de futuro que V. Exas. dizem que os outros não têm, e que pelos vistos, vocês é que nunca tiveram, nem vão ter nem estão preparados para ter, bom, sobre outras questões, e também vamos a outras matérias que eu acho que vale a pena, porque estão sempre a falar na questão da despesa, Senhores Deputados, todos defendem as questões ambientais, todos defendem, toda a gente fala, o ambiente é importante preservar o ambiente, enfim, todos, bom, mas V. Exas. acham que se preserva o ambiente, enfim, não gastando dinheiro, é que nós cumprimos os nossos compromissos, nós não somos como algumas Câmaras que V. Exas. tanto se revêem que não pagam os compromissos que têm, não é, nós não somos desses, nós pagamos em relação à questão que tem a ver com o tratamento da Simtejo, Sanesco, e drenagens do Concelho, e sobre esta matéria, estamos a falar em qualquer coisa como 6.000.000.723 euros, é evidente que para vocês isso considera-se despesa, é obvio que é despesa, mas é despesa que temos que fazer, consideram na parte da higiene urbana, da recolha, destino final da recolha, recolha e disposição de resíduos também, que nós pagamos, nós não ficamos a dever nem escondemos as facturas debaixo da gaveta, e estamos a tratar do ambiente, e nós temos 3.000.143.000 euros, nós temos, em relação àquilo que tem a ver com as operações no âmbito do PER, nomeadamente um conjunto de intervenções, também um conjunto de outras intervenções, agora vou-vos dizer

outra questão que tem a ver com os projectos do IQUEL, IQUEL oportunidade etc., isto também é considerado, naturalmente despesa, para nós também não é despesa, e estamos a falar em 1.000.426.000 euros, nós não consideramos quer a intervenção social e comunitária, a Servidade a Pessoa Deficiente, o Viver da Terceira Idade, o Requer é Vida, a Rede Social, mesmo o apoio às creches Requer dá Vida, à Quinta de S. Miguel, à Geração Lopes Pestana, nós não consideramos que isto é despesa, consideramos que isto é investimento, e estamos a falar de 1.000.387.000, ou seja, o conceito, que também vocês consideram despesa, aquilo que inclusivamente dizendo que tratamos tão mal as questões da cultura, e quando nós temos, do ponto de vista da despesa, porque é evidente, se querem os equipamentos a funcionar, tem de haver despesa, 1.000.022.000 euros, vocês consideram também que aqui, bom, Senhores Deputados, por isso os conceitos que temos, são conceitos de despesa diferente do que aqueles que é os conceitos que V. Exas. têm, e por isso Senhores Deputados dizer que a política a retalho, bom, nós não fazemos política a retalho, quer V. Exas. concordem ou não concordem, segundo a vossa opinião nós fazemos política a retalho há três mandatos, não é essa a opinião do eleitorado, não é isso que o eleitorado tem traduzido, a tradução que tem visto, é que nós temos uma estratégia para a Cidade, coisa que muitos não tiveram durante muito tempo, e sobre a questão de Oeiras, que V. Exa. se revê, e não faço nenhum comentário, várias vezes ouvi dizer que Oeiras teve condições e teve oportunidades que aproveitou, aproveitou e bem, nós tivemos outras preocupações e outras oportunidades que aproveitámos, sabe o que é que foi, não sabe Senhor Deputado, não vale a pena dizer o que é que o Senhor Deputado é bem conhecedor daquilo que foram as oportunidades aproveitadas pela Amadora, muito obrigado.”

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Boa noite à Mesa, ao Executivo, aos colegas Deputados, ao público presente, o meu camarada de Bancada já fez, enfim, uma primeira intervenção, e eu vou-me cingir a um assunto em concreto, que tem que ver com o seguinte, ter consciência dos problemas e das tendências globais ao nível internacional e planetário, não deve constituir um factor inibidor da acção ao nível local, mas sim um estímulo à actuação das autoridades e outros agentes locais, que estando mais próximos das populações, podem motivar a alteração do conceito de desenvolvimento dos objectivos de ordenamento do território e da gestão urbana, dos comportamentos dos agentes económicos, e dos estilos

de vida individuais, agindo localmente, obtêm-se efeitos positivos directos na qualidade de vida das populações que habitam e trabalham na Cidade, contribuindo também para a melhoria das condições globais, este é um texto introdutório para a matéria da Agenda 21, que é um plano de acção das Nações Unidas, para o desenvolvimento sustentável no séc. XXI, aprovado na Conferencia no Rio de Janeiro de 1992, e cujo capítulo 28 refere, e apela às autoridades locais de cada país, para que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, e sobre a forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades, de seu nome Agenda 21 Local, este apelo surge no seguimento do reconhecimento de que muitas das questões tratadas neste documento, têm os seus problemas e soluções enraizadas nas actividades locais, e que a participação e cooperação das autoridades municipais, desempenhará um papel crucial na obtenção destes objectivos, esta Agenda 21 Local, é um processo participativo multi-sectorial que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo, dirigido às prioridades locais, para o desenvolvimento sustentável do Concelho, nas vertentes sociais ambientais e económicas, como parte desse processo as autoridades locais devem trabalhar em conjunto com os seus municípios, organizações comunitárias, organizações não governamentais, empresas, sindicatos, e outros factores locais por forma a desenvolver e implementar planos de acção para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, o processo de implementação da Agenda 21 Local compreende alguns passos fundamentais, entre eles identificar as estruturas do Município, as estratégias e recursos a desenvolver nas Agendas com a ajuda da Autarquia, estabelecer um entendimento geral da comunidade e desenvolver abordagens de envolvimento no processo da Agenda 21 Local, definir metas, objectivos e indicadores, preparar um documento das acções para que cada meta seja atingida, que inclui um prazo, um orçamento, e responsáveis pela execução, há outros passos, obviamente fundamentais para a execução da Agenda 21, não vou continuar nem maçá-los, relativamente, e escolhi um ponto que notei que ficou caracterizado como o parente pobre no Orçamento, que é a cultura, ao ver o programa eleitoral, nós vimos aqui que a Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos, esteve o ano passado, está este ano, e pronto, está-se a fazer, estou só a referir alguns casos que ainda não estão concluídos, a requalificação o Palácio dos Condes da Lousã, portanto, gostaria que me disse-se nesta matéria o que é que está a ser feito, o Cinema D. João V, porque na realidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

se nós formos a ver, a população deste Concelho quando se quer deslocar a um cinema, não o pode fazer aqui no Concelho, não é, tem que ir para fora, se quiser ir assistir a um espectáculo do que quer que seja tem que ir para fora, porque aqui a oferta cultural é diminuta, portanto, escolhi a cultura, podia escolher outra coisa, de qualquer forma, nós vamos votar contra porque de facto, não estão reflectidas, e já agora o porquê de não implementar a Agenda 21 Local, obrigada.”

Senhor Deputado Carlos Jerónimo: “Senhor Presidente e Senhores Deputados, cumprimos hoje com a apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, um ritual cíclico de profundo debate, sobre a forma do governo da Cidade e a oposição olham, percebem e projectam a Cidade e o Concelho pelo qual todos somos politicamente responsáveis, o Grupo Municipal do PS, entende dever dizer desde já, que se revê por inteiro no que respeita ao modelo de desenvolvimento preconizado para o Município, e claramente plasmado no instrumento de gestão ora em análise, nomeadamente ao que se refere ao seguramente mais relevante dos três grandes eixos estratégicos em que o documento se estrutura, o reforço da coesão social e territorial do Concelho, e fazê-lo, não é mais do que reafirmar o essencial das nossas políticas e das nossas preocupações, desde que há nove anos assumimos a condução dos destinos da Cidade e do Concelho, estamos aliás, profundamente convencidos de que este é o mais decisivo de todos os desafios com que nos confrontamos, é por isso que esta GOPS de 2007, no que o objectivo do reforço de coesão social e territorial diz respeito, consubstancia uma estratégia muito clara, ou seja, a de procurar contrariar todos os processos de segregação sócio-urbanística enquanto factor indutor de reproduz, perpetuação dos ciclos de exclusão social, através da implementação de um conjunto de instrumentos projectos de combate à exclusão das políticas públicas nas áreas da educação, da habitação, da intervenção social e da formação qualificação de competências, na educação, onde temos desenvolvido um trabalho notável, a grande aposta pela crucial importância de que se reveste tem sido, e vai continuar a ser no pré-escolar, prova disso mesmo, é a abertura, entretanto já concretizada de mais sete salas de aula, três na Freguesia de S. Brás, em À-da-Beja, e quatro na Brandoa, na habitação, aqui entendida em contexto PER, muito embora continuemos a considerar que a dimensão do fenómeno da habitação degradada no nosso concelho extravasa claramente este plano, foi já possível erradicar um

alargado conjunto de núcleos de bairros degradados, o que por si só se consubstanciou na destruição de 2.456 barracas e de construções similares, tendo entretanto sido resolvidos no âmbito do PER e através de um conjunto de outros instrumentos operativos de apoio, como o PER Famílias, o PAAR 4.522 processos relativos a situações de profunda precariedade habitacional, o que corresponde a uma taxa de execução de 68.46 para um investimento global, realojamento e equipamento de apoio que ronda já os 60.000.000 de euros, percebemos que a oposição prefira ver os 31.54, mas nós, se não se importam preferimos ver os 68.46 embora seja naturalmente legítimo que assim procedam, o esforço titânico que neste âmbito temos desenvolvido, vai continuar durante o próximo ano, muito centrado na aplicação de três dos mais meritórios instrumentos de apoio complementar ao PER, o PAAR, o PER Famílias e o Retorno, isto em virtude de, como se sabe, o recente desbloqueamento da interdição de acesso ao financiamento bancário para este fim, previsto na Nova Lei das Finanças Locais, e que não conta para o endividamento, não puder produzir ainda efeitos práticos no decorrer do próximo ano, e não é verdade, Senhor Deputado João Paulo Castanheira, que seja necessária a assinatura de três Ministros, e dizer também que depois de quatro anos de travão, já não é mau, uma outra área a qual é necessário urgente dar um grande impulso, é a da reabilitação do edificado, que conjugada com um excelente trabalho, que tem vindo a ser realizada ao nível da requalificação do espaço público, possa e deva, promover uma verdadeira consequente e sustentada política de requalificação urbana, na área da Acção Social, realizado que está o essencial do diagnóstico, a prioridade tem sido a do desenvolvimento, redefinição e redinamização dum vasto conjunto de projectos, ou já em velocidade de cruzeiro, outros ainda num estado algo embrionário, que têm como público-alvo, os grupos de cidadãos mais fragilizados e mais marginalizados e que se inscrevem em grandes cinco áreas de intervenção, idosos, deficientes, igualdade de oportunidades, grupos de vulneráveis e rede social, aqui o segredo é, em grande medida, o da capacidade de mobilizar, concertar parcerias estratégicas com um amplo leque de instituições e de mais actores públicos e privados, que possam promover, definir e criar as condições para o aprofundamento de projectos partilhados, no âmbito da intervenção social e comunitária, como são tão bons exemplos, o Progride, Sistema de Atendimento de Acolhimento Integrado, a funcionar já em S. Brás e com alargamento previsto a curto prazo à Buraca e também à Brandoa, e esse outro equipamento de excelência e de relevantíssimo interesse social,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

destinado a jovens e crianças de risco e também a idoso, instalado na Quinta de S. Miguel, a cereja em cima do bolo, seria que o Ministro Vieira da Silva aceita-se o repto do Senhor Presidente da Câmara quanto ao igualmente nobre equipamento da Quinta do Plátano, em À-da-Beja, a natureza colossal do desafio que ainda se nos coloca, só encontra paralelo na indómita vontade que temos de ultrapassar em nome de todos de que um dia nos confiaram a condução dos destinos da sua Cidade, temos plena consciência das enormes dificuldades com que nos debatemos aos mais variados níveis, mas recusamos a visão de uma Amadora fantasmagórica, miserabilista, eternamente estigmatizada da nossa oposição, ser-nos-ia lícita, aliás, trazer hoje, aqui à coação todos os circunstancialismos e todos os constrangimentos de vária ordem, e todos sabemos muito bem do que estamos a falar, com que nos viemos confrontar quando aqui chegámos em Dezembro de 97, não o faremos, porém, e não se trata de todo, de pactuar com qualquer tipo de branqueamento de algo que não é passível, ser branqueado, não, do que se trata é de olhar para o futuro, e de perceber que continuar a olhar para o compromisso um dia estabelecido com os Amadorencos, é muito mais importante do que revisitar passados que não nos ajudam a construir presente, e muito menos a projectar futuro, disse.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, uma primeira nota, para reforçar um aspecto que já foi referido pelo meu camarada, mas de todo o modo eu queria sublinhá-lo, os documentos que hoje temos em apreciação, são documentos de suma importância, são documentos de análise fundamental, e do nosso ponto de vista justificariam que as Comissões tivessem funcionado, que nas suas matérias sectoriais, este plano pudesse ter sido apreciado nas diferentes Comissões, e tivesse sido possível estabelecer um debate específico sectorial sobre as opções da Câmara Municipal em cada uma dessas áreas, isso não aconteceu, esperemos eu no futuro esse aspecto seja melhorado, uma segunda nota, para referir o seguinte, há um aspecto que estamos inteiramente de acordo com o Senhor Presidente, de facto este plano, é um plano de continuidade, dispensava-se era tanta continuidade, porque a bem, aliás, da própria seriedade do processo de elaboração destes documentos, isto porque, quem se der ao trabalho de ler os documentos das Grandes Opções do Plano de 2006, e as Grandes Opções do Plano de 2007, que cerca de perto de ¼ é cópia e paste, cópia precisa, letra a letra, palavra a palavra, vírgula a vírgula um do outro, em coisas

essenciais, se repararem, o que se diz neste Plano de Actividades sobre o PER, é ísis verbos aquilo que está escrito no Plano de Actividades de 2006, podemos confrontá-lo, eu tenho aqui os documentos, não há dúvida, do nosso ponto de vista, isto revela pouca seriedade, pouco empenho na elaboração de documentos, eu deviam ser sérios, projectivos, fundamentados, fundamentais para a gestão da Cidade, para além destas duas questões, queria aprofundar em particular duas áreas, quando nós fazemos a crítica relativamente à ausência de uma visão estratégica e dum plano estratégico para a Cidade, isto não é uma afirmação vã, isto é concreto, preciso, e eu queria dar dois exemplos, um deles já foi referido, sabem, o Plano Director Municipal tem sido abundantemente criticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi aprovado por todas as Forças Políticas, mas sabemo-lo todos que o Plano de Actividades terminou a sua validade, a Câmara Municipal elaborou ou constituiu uma Comissão para uma revisão do Plano de Director Municipal, até ao momento, ninguém conhece nenhum trabalho feito por essa Comissão, e tanto quanto se consegue ler das Grandes Opções do Plano, a revisão do Plano do Director Municipal, que digo eu, é o tal documento onde se concretiza a visão estratégica da Cidade, não é preocupação do Município, este um primeiro aspecto, um segundo aspecto, escrevem-se aqui abundantes e palavrosos, adjectivados parágrafos sobre a nova centralidade da Amadora, eu pergunto, que estudo é que foi feito para apreciar e avaliar o impacto desta nova centralidade da Amadora a construir, sobre a centralidade antiga, sobre os outros centralizados, sobre o centro da Amadora, sobre as outras áreas de influencia do município, é que isto não basta dizer que agora vamos criar uma nova centralidade, então e a relação com os outros tecidos do Concelho, com as outras áreas, com o centro da Amadora, nós aprovamos e congratulamos com a ideia de um estudo prévio da pré elaboração dos novos Passos do Concelho, mas eu pergunto, alguém fez algum estudo sobre o impacto urbanístico e social da transferência deste edifício dos Passos do Concelho para a dita nova centralidade, alguém apreciou, estudou, aprofundou, trabalhou, discutiu, qual é o impacto que isto vai ter sobre este centro da Amadora, e portanto, quando nós falamos de visão estratégica, estamos a falar disto, ou seja, estamos a falar de uma ideia de conjunto para a Cidade, e portanto não basta proclamar novas centralidades, é preciso ter uma ideia de conjunto primeiro onde se integram as novas ditas centralidades, não se projectam novas centralidades sem visões de conjunto, o segundo tema da minha intervenção tinha a ver com a questão da cultura, e a questão da cultura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhores Deputados, Senhor Presidente, tem a ver com o seguinte, eu não sei se o Senhor Presidente ou se para o Partido Socialista, cultura é festas, ou é outra coisa qualquer, Senhor Presidente, mas a verdade é que há um aspecto importante, é que a cultura e a política cultural do Município é um factor essencial de qualificação da Cidade, é um factor essencial de promoção da qualidade de vida, é um factor essencial até, de desenvolvimento económico, de atracção de investimento, de criação de uma nova ideia e de uma imagem de Cidade, e a verdade, é que à excepção da construção da Biblioteca Municipal, que obviamente se saúda, e que é, naturalmente um equipamento da maior importância, as Grandes Opções do Plano para 2007, no que diz respeito à cultura, dizem zero, ou seja, Fábrica da Cultura, nada, continua para ferro velho, Cinema D. João V continua a ser usado para sala de visitas e de recepção de Ministros, a população não tem direito, o CNBDI continua a funcionar numa loja de um prédio de habitação, o património é aquilo que já foi referido, as actividades são isoladas, dispersas, desconexas, sem orientação, sem visão, e mesmo aquela iniciativa central, aquela iniciativa que é hoje, em muitos aspectos uma imagem da Cidade, que é a banda desenhada, continua a vegetar numa espécie de rotina, festival após festival, e a verdade, é que a banda desenhada podia ser, de facto, um atributo de desenvolvimento da Cidade, a banda desenhada podia ser um elemento de qualificação da cidade, já o aqui dissemos, Senhor Presidente, na discussão do Plano de Actividades anterior, que a banda desenhada podia ser o tema central do plano de um parque urbano a construir na zona nova da Falagueira, podia ser o leit motive central, podia ser o espaço a qualificar, podia ser o tema desse espaço a qualificar, lá se podia construir um centro de banda desenhada, de facto, nacional, com uma projecção internacional, à medida daquilo que existe em Bruxelas, em França, etc., etc., etc., mas disso não vemos nada neste Plano de Actividades, o mesmo em relação às associações, Senhor Presidente, nós estamos inteiramente de acordo com esse entendimento que há pouco referiu sobre o que é despesa e o que é investimento, nós também consideramos que aquilo que, tecnicamente, do ponto de vista orçamental, é classificado como despesa, do nosso ponto de vista, é também investimento, mas até por isso se percebe mal, que por exemplo o PAAMA, tenha apenas uma verba quase irrisória do ano passado para este ano, e que portanto para além da burocratização que se verificou no PAAMA do ano passado, agora se tente de alguma maneira estagnar a relação de apoio da Câmara Municipal às associações, e portanto, era só estas duas notas, no fundo, em relação à tal ideia

da visão estratégica, em relação à cultura das aproximações mais concretas sobre aspectos essenciais, e que do nosso ponto de vista, identificam duas visões diferentes da cidade e do nosso ponto de vista, a visão que o Partido Socialista tem protagonizado, é uma visão sem perspectiva estratégica, sem ideia para a Cidade, que não valoriza as pessoas, que não valoriza a identidade cultural das pessoas, e uma Cidade sem identidade é uma Cidade sem alma, é uma Cidade moribunda.”

Senhor Deputado Luís Sampaio: “Obrigado, Senhor Presidente, como é obvio, nós não podíamos deixar de estar de acordo, com o facto dos gastos em educação ser um investimento, aliás, eu tive o cuidado no início da minha intervenção, de o dizer, que um dos pontos que achávamos positivos no Orçamento, era o facto de haver um investimento continuado em educação, e até lhe disse que um dos aspectos mais positivos, ou mais importantes para o País, é de facto o investimento em educação, e portanto, inclusivamente lhe disse que é de César o que é de César, o mérito a quem o tem, portanto, mais do que isso não o posso dizer, e portanto, não percebo a sua intervenção, ficou claro que nós reconhecemos esse mérito ao Executivo Camarário, ficou claro também na intervenção do CDS-PP que vê com bons olhos o apoio que tem havido no investimento que tem havido na educação, também ouvi dizer por parte do Bloco de Esquerda, portanto, sinceramente não percebo a sua intervenção, talvez se destina-se a atirar um pouco de areia para os olhos, para tentar desmesurar o investimento desmesurado nas despesas de funcionamento, mas, Senhor Presidente, com todo o respeito que merece, nesse ponto estamos todos de acordo, a educação é importante, e tem havido um investimento acentuado na educação por parte do Executivo Camarário do Partido Socialista e isso é de salutar, e por isso reconheço-o aqui publicamente, um segundo aspecto, Senhor Presidente, é que o Senhor referiu, bom, é que nós temos estas despesas que são investimento, investimento em ambiente, temos compromissos que temos que assegurar, Senhor Presidente, o Senhor bem sabe que continuam a existir neste Concelho ribeiras poluídas a céu aberto, que existem porque não existe saneamento adequado para tratar as descargas destes fluentes, e portanto para corrigir este problema, o problema do lixo nas ruas, Senhor Presidente, que é um problema que afecta este Concelho há vários anos, as ruas da cidade continuam bastante poluídas, tirando o centro da Cidade, e é um problema que continua por resolver, e isto são factos indesmentíveis,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente, um outro facto indesmentível, Senhor Presidente, é que de 2006 para 2007, o Orçamento prevê, no que diz respeito em protecção do ambiente, menos 46,5% de verba, 46,5% de protecção do ambiente, em saneamento menos 22,1%, Senhor Presidente, mas eu dou-lhe mais números, o Senhor diz que isto é investimento, eu acho que isto é desinvestimento, em desporto, recreio e lazer, menos 51%, tudo termos nominais, nem sequer tenho em conta a inflação, portanto, isto são aumentos, é questão para mais de metade, portanto isto é uma redução brutal, habitação 24,7%, Senhor Presidente, comércio e turismo, 19,5%, Senhor Presidente, são números, são factos, são indesmentíveis, e a realidade é que isto é desinvestimento e não investimento no futuro da Cidade, na modernização da Cidade, terceiro aspecto, relativamente à questão das empresas, dos pólos tecnológicos, é um facto que nós já várias vezes discutimos este problema aqui, continua a ser um problema estrutural da cidade, continua a existir falta de vontade do actual Executivo nas modernização da cidade, na criação de pólos tecnológicos, na atracção de empresas para o Concelho, na atracção de jovens para o Concelho, e eu fiquei ainda mais convicto disso na sua intervenção, porque o Senhor, o que veio dizer, foi Oeiras conseguiu isso porque teve uma oportunidade, e de facto conseguiu, nós já não temos essa oportunidade, portanto a coisa está perdida, é isso, Senhor Presidente, já desistiu de atrair jovens para o Concelho, já desistiu de modernizar a Cidade, já desistiu de atrair empresas para o Concelho, senão, então diga-me, quais são de facto, as reformas ou as políticas estruturantes que o Senhor tem para atrair empresas para o Concelho da Amadora, de facto, este é um ponto, eu nunca referi, de facto, que a Cidade da Amadora pudesse em poucos anos transformar em Oeiras, mas não ter vontade nenhuma de melhorar, e de atrair, de facto investimento, e de atrair empresas, foi o que eu subentendo do seu discurso, enfim, é preocupante, um quarto aspecto que também me parece importante, Senhor Presidente, referi-lhe na minha intervenção inicial, que a Cidade da Amadora é vista a nível nacional, como uma Cidade problemática, onde as pessoas só vêm vir para a Cidade, quem de facto não tem dinheiro para ir para outro sítio, isso não corresponde à realidade, Senhor Presidente, é uma imagem denegrada da Cidade, e tenho que lhe dizer, para fazer justiça à Cidade e porque gosto da Amadora, que a Cidade tem melhorado ao longo dos anos, e que está hoje melhor do que era há alguns anos, está melhor do que Odivelas, está melhor do que outros concelhos, e portanto, ainda bem que assim é, mas também não vejo da parte do Executivo Camarário a vontade, ou pelo menos uma política estruturada para mudar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

imagem da Amadora, ainda hoje, Senhor Presidente, só para lhe dar um exemplo, na TSF de manhã, o João Pedro Gomes, para citar um mau exemplo de uma Cidade de onde se vive, citou a Amadora, portanto, ou contar uma anedota como mau exemplo da Amadora, isto de facto, é o reflexo de opinião nacional, e portanto, o que eu gostava também a este respeito, deixe-me que lhe diga com toda a franqueza, é que houvesse também da parte do Executivo alguma vontade em melhorar a imagem que a população tem, de facto, da Cidade, é a tal questão, Senhor Presidente, isto resume-se à tal questão de não ter a tal vontade de atrair jovens, atrair empresas, de modernizar a Cidade, porque uma imagem negativa da cidade, não atrai empresas, não atrai jovens, não moderniza, de facto a Cidade, e portanto, o que eu gostava de saber, era que política é que, já que o Senhor diz que Oeiras teve a tal oportunidade, que política é que o Senhor tem para modernizar, para atrair novas empresas, se é que a tem, para atrair jovens, e para mudar a imagem negativa que as pessoas têm da cidade, não é nestes desinvestimentos, seguramente, que o Senhor vai conseguir fazer isso, obrigado.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Deputada Cláudia, eu agradeço imenso o ter abordado a questão da Agenda 21, e da tal questão de uma opção estratégica, e do Plano Municipal do Ambiente, que temos que construir, agradeço-lhe porque, há pouco na minha intervenção, podia-o ter feito, não o fiz, não foi nada combinado, não sabia sequer ao menos que intervenção ia fazer, mas teve, pelo menos oportunidade ao de também, em relação a esta matéria, pelo menos, partilhar-me de algumas preocupações que temos em conjunto, óbvio, por isso nem tudo é mau, vamos lá ver, há questões, que naturalmente há convergências, e há questões para as quais não há convergência, em relação a esta matéria temos, e dizer-lhe o seguinte, nós em relação a esta matéria, que está previsto no âmbito do Projecto Agenda 21, a constituição dum grupo coordenador, que reuniu um conjunto diversificado de actores locais representativos da comunidade, dizendo numa primeira etapa, uma reflexão sobre as políticas ambientais e sociais, referenciado no território coincidente nas Freguesias de Alfovelos, vamos começar numa primeira fase, vamos começar por Alfovelos, e depois, naturalmente, com base nisso vamos aplicar e replicar esse modelo noutras Freguesias e a visão da metodologia de abordagem da problemática de centralidade à escala local na elaboração no plano local de ambiente, e por isso, a opção e

implementação estratégica da Agenda 21 na Amadora, será feita por etapas sucessivas, e tem que ser construída como a Senhora Deputada diz, e bem, a partir de um projecto-piloto, que nos permita dar passos seguros para a elaboração do tal plano de elaboração do ambiente, que é importante termos no Concelho da Amadora, e Senhora Deputada, agradeço-lhe, naturalmente, pelo menos em relação a esta matéria, enfim, que não estamos muito divergentes em relação àquilo que deve ser a estratégia... (mudança de cassete) ...evidentemente que temos de repor as verbas para o ano, e das verbas que têm a ver com o que falta pagar, em relação àquele projecto, mas o Senhor Deputado também tem outras questões, como sabe, há, para além da obra, um conjunto de outros gastos, ou de outros investimentos, por aqui também se é gasto é investimento, temos que fazer um âmbito da própria Biblioteca, desde logo, todo o mobiliário da própria Biblioteca, todo o equipamento de informática das novas tecnologias da Biblioteca, e toda a questão do próprio acervo da Biblioteca, é necessário, e isso está previsto, se encadearmos os processos, está previsto no plano, desencadear os processos para o ano, porque não podemos desencadear estes processos, naturalmente, temos de fazer a tempo de poderem ser aplicados, mas não podemos ter as coisas e depois não pudermos aplicá-las, no sentido de para o ano, um conjunto de acções, de concursos fossem lançados, que é obrigatório um concurso público, como deve imaginar, porque os valores que estão em causa são valores significativos, e também assim obriga a própria candidatura, e que terão naturalmente execução, uma parte mais substancial no ano de 2008, sobre a questão do Palácio dos Condes da Lousã, também tudo isto, como sabe, viu no Orçamento deste ano estava uma verba para um conjunto de intervenções, em primeiro lugar, a intervenção da sustentabilidade, ou seja, no sentido de evitar a continuar a degradar o edificado, com consideração da estrutura de que está feita, e que tivemos de fazer acompanhamento, a questão dos estudos, etc., que também fizemos, e neste momento temos previsto a questão do lançamento do concurso, tendo em vista então a tal recuperação que é necessário em relação a este projecto, projecto, concurso para projecto, e depois concurso para a execução da obra, sobre esta matéria, como sabe, também temos condicionantes do ponto de vista de um conjunto de passos que temos que dar, ora quando nós, e bem, no meu ponto de vista, adquirimos o Palácio dos Condes da Lousã, acho que o primeiro trabalho que fizemos, e quero dizer aqui que temos, também nesta matéria, enfim, a colaboração de alguém cá da Câmara que tem sensibilidade para estas questões que é o Dr. Jorge Miranda,

dedicado a estas questões, como sabe, e também recorreu-se em relação a um conjunto de especialistas na matéria, e inclusivamente aquilo que nós, foi feito, e que neste momento foi feito, foi, por exemplo, ver qual era o inicial do Palácio dos Condes da Lousã, porque o Palácios dos Condes da Lousã sofreu várias alterações, acrescentos, inclusivamente descobrimos um conjunto de questões que não sabíamos que existia, um conjunto de freixos que existem, bom, por isso, tudo isto, o projecto vai ser repor o traço inicial do que era o Palácio dos Condes da Lousã, e também envolve, naturalmente, todo aquele espaço dos jardins, que também eles tinham, enfim, uma configuração e um projecto, como deve de saber, sobre a questão do Cinema D. João V, ainda tive oportunidade, por acaso, de numa das tais cerimónias que alguns dizem, que servem só para cerimónias, serve para todas as cerimónias, também serviu para fazer lá o Congresso do URBAN, como o Senhor Deputado sabe, envolvendo, enfim, vamos ver, tive a oportunidade de estar a Ministra da Cultura na altura, e tive oportunidade de dizer à Senhora Ministra da Cultura, que é importante em relação a equipamentos daquela natureza que haja financiamento do próprio Estado, e tive oportunidade de lhe dizer, porque eu acho que deve de existir, como é evidente, porque se existem, não tendo nada contra os investimentos que fazem pelo País, mas onde existem pessoas, se o Estado também não faz esse tipo de investimento, acho que estamos mal, e o que a Senhora Ministra me disse, é que neste momento nós temos, de facto, a elaboração já de um estudo, tendo em vista a intervenção de grande profundidade que temos de fazer do João V, toda a gente sabe que temos de fazer um estudo de grande profundidade, aquilo tem um tempo de duração que já está esgotado, hoje em dia as novas exigências têm outras dimensões, neste momento temos um estudo, vamos abordar o Senhor Ministro a saber até que ponto é que o próprio Ministério apoia através de uma candidatura, ou se a Câmara tem que fazer as despesas suas, são questões desta natureza, como sabe, isto aproveito para responder também um pouco àquilo que era o Deputado Carlos Almeida colocou em relação a esta questão, Senhor Deputado Carlos Almeida, eu há um bocado, permita-me dizer uma questão que, para mim, fiquei um bocado perturbado, se a questão, esta não é a primeira vez nesta tónica, a tónica não é a primeira vez colocada, sobre a história do PDM, V. Exas. consideram que finalmente agora, se fizéssemos a revisão do PDM íamos investir uma estratégia, e de facto, uma estratégia a sério, do ponto de vista, de desenvolvimento sustentado no Concelho da Amadora, Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer uma coisa, eu não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conheço nenhuma revisão do PDM que vá beneficiar a tal estratégia, antes pelo contrário, as revisões de PDM que eu conheço, é tudo o que sabemos, ideia prática do geral, é aumentar, e as zonas onde não se construir passar-se a construir, e por isso a questão da revisão do PDM, é evidente que temos que a fazer, é evidente que está previsto, como o Senhor Deputado também sabe, inclusivamente fazermos esse tipo de avaliação, e contratando aqui, inclusivamente uma parceria com uma universidade, porque eu acho que uma universidade nos dá garantias, do ponto de vista de isenção, e do ponto de vista mesmo, de análise objectiva, em relação, primeiro à avaliação do PDM, e depois em relação àquilo que deve ser depois da análise, aquilo que iremos fazer de revisão no PDM, e no meu ponto de vista, quero dizer Senhor Deputado, há duas questões que eu gostaria de alterar no PDM, digo-lhe com toda a franqueza, uma primeira, sabe qual é, é fixar aquela questão da Venda-Nova, Damaia, não como uma zona de comércio, indústria e serviços, mas retirar de lá o comércio, por razões óbvias como o Senhor Deputado deve de imaginar, primeira questão, outra questão tem a ver com outra questão, que no meu ponto de vista, é uma aberração, é nas zonas verdes de protecção e enquadramento, mesmo quando é de um proprietário, a parte de urbanização, da zona urbanizada é possível através de um loteamento, e essa zona tem de ser necessária de um plano de pormenor, acho que isto é uma aberração, eu acho que devia ser incluído no âmbito de loteamento, o tratamento das zonas de protecção e enquadramento para serem devolvidas à Câmara, é essa a outra alteração que eu acho que devemos ter, e outra alteração que o Senhor Deputado também sabe que eu tenho defendido, é a questão de não termos a limitação dos oito pisos, para pontualmente nalguns casos, termos a cidade de fazer mais altura, até para edifícios de referência, e ao mesmo tempo para libertar mais solo, são estas questões, independentemente de algumas questões do texto do próprio regulamento, como é evidente, o regulamento do PDM foi feito na altura que foi, é óbvio que há questões novas que surgem e que é necessário alterar, mas essa não é a questão, como o Senhor Deputado sabe, que é a estratégica para esta matéria, sobre o CNBDI Senhor Deputado, eu agradeço a sua sugestão, sobre a questão de no âmbito da Falagueira, um dos temas ou da temática pudesse ser a banda desenhada, agradeço-lhe a sugestão, bom, não tínhamos pensado, isso não tem mal, não tenho nenhum problema em reconhecer isso, já tinha, eu vou dizer já tinha pensado, não tinha pensado, bom, é uma questão a analisar, tal e qual como o Senhor Deputado sabe, quando se falava muito no Jardim Luís Vaz de Camões, bom, pois, está feito,

está em construção, falta uma parte ainda, enfim, quando se falava na questão de edifícios de referência marcantes, eu penso que é um bom exemplo, tive a oportunidade de ainda hoje ver a revista de arquitectura, e lá vem o fórum Luís Vaz de Camões em grande destaque, é uma coisa que orgulha a Amadora toda, naturalmente também orgulha a população da Brandoa, mas então, o Vereador disse que valia a pena, e tem toda a razão, bom, e por isso acho que é importante, e que estas questões também sejam olhadas desta forma e que possamos fazer este tipo de investimento, e por isso em relação à banda desenhada, é evidente que estamos a falar, uma coisa é o conceito de banda desenhada, até eu acho que deveríamos ir mais longe, sei que temos que fazer um esforço, se calhar temos de encontrar de encontrar preceitos de mecenas, por exemplo, uma coisa que estou farto de falar, e tenho dialogado com alguns dos nossos melhores desenhadores de banda desenhada, e nós temos alguns bons desenhadores de banda desenhada no Concelho da Amadora, como sabe, e temos outros que são amigos da Amadora, como sabe, mas é preciso também encontrar os parceiros para esse efeito, seguramente ficaria muito mais enriquecida a cidade em relação às faixadas cegas com temas de banda desenhada do que a forma como estão, é obvio, V. Exas. quando estiveram na área, tiveram esta parte de recuperação dos edifícios e nunca vos vi nenhum projecto, mas pronto, mais vale tarde do que nunca, está bem, Senhor Deputado, não tem nenhum problema sobre essa matéria, ao menos algum contributo deram, este foi um deles, muito obrigado, depois eu é que tenho uma visão retalhada, vocês é que são uns retalhozinhos pequeninos, retalho a retalho vai-se fazendo uma manta, é verdade, bom, e depois, Senhor Deputado, dizer sobre a questão da banda desenhada, nós temos valorizado a banda desenhada, eu acho que temos tido um esforço, não é só de agora, sempre, em relação aos ataques que os outros municípios têm feito à banda desenhada, como o Senhor Deputado sabe, e temos resistido, como pudemos, mas temos resistido, e temos resistido não é pela questão deles terem mais dinheiro do que nós, o Senhor Deputado sabe, Lisboa várias vezes, ao longo de anos tem tentado, têm muito mais dinheiro, depois paga ou não paga é outra questão, mas isso são outros trocos, não é, bom, têm tido muito mais dinheiro, mas não têm é o quê, não têm reconhecimentos o know-how que nós temos, é isso que nos faz nós termos ainda o festival que temos, é evidente, podemos melhorá-lo, claro que sim, até podemos ver do ponto de vista dos custos, claro que sim, temos feito um esforço, porque enfim, se podemos fazer um festival por 500, não vamos gastar 1000, é evidente, e também em relação ao espaço, quero dizer, que também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

a dispersão e a deslocalização de várias iniciativas na banda desenhada pelo Concelho, acho que também é uma forma de valorizarmos a própria banda desenhada, reconheço, naturalmente, o Senhor Deputado também sabe, a questão da Fábrica da Cultura, o Senhor Deputado sabe, conhece que temos um ano de projecto, como sabe, por isso é uma coisa que, temos um ano de projecto, também o Senhor Deputado sabe que em determinada altura, estávamos em conversações com a Bombardie no sentido de haver uma das naves, que era muito mais interessante, até para um projecto mais integrado e que pudesse ser vocacionado para outras áreas que não fosse só para a realização da banda desenhada, mas enfim, pelos vistos, a questão da possibilidade de termos uma das naves não se deslumbra a curto prazo, sobre a questão do PAAMA, Senhor Deputado, eu prefiro dizer-lhe isto, com toda a franqueza, e isso, já assumimos a questão do PAAMA há três anos, não foi de agora, há três anos, prefiro dizer ao Movimento Associativo, que com este dinheiro conta, mas conta mesmo e recebe, do que prometer aumentos, prometer tudo, e depois estar três anos sem pagar os subsídios ao Movimento Associativo, prefiro isso, e pelo menos o Movimento Associativo sabe com aquilo que conta, mas conta, não conta com promessas, e depois não se paga, e depois também os problemas que coloca o movimento associativo, como o Senhor Deputado sabe, bom, e por isso Senhor Deputado, esta é uma questão, e sobre a questão de uma Amadora com identidade, repare, também vocês não fizeram tudo mal, fizeram alguma coisa mal, mas também fizeram muitas coisas boas, também era o que faltava, aliás vocês tinham uma gestão partilhada, vocês diziam que eram responsáveis por 1/11, portanto a responsabilização, é natural que os outros tinham responsabilização, se calhar algumas das grandes soluções também surgiram dos outros, mas isso não interessa agora discutir, e por isso Senhor Deputado, é assim, uma cidade com identidade, Senhor Deputado, é evidente que a nossa cidade tem identidade, agora o que os Senhores Deputados não podem querer dizer que antes tinha mais identidade do que tem agora, e o estigma criado ainda hoje, resulta disso mesmo, Senhor Deputado, era o estigma, enfim, dos focos sempre permanentes de, contra os governos, marchar, marchar, e por isso era a miséria e da pobreza, é verdade, é a vida, é assim, e por isso, é eu acho, quando há um bocado estava a dizer Oeiras, Oeiras teve outra opção, aproveitou, não tinha essa teoria, tinha outra, são opções, tinha outras condições que a Amadora não tinha, mas o que é certo, é que isso foi o que aconteceu, e por isso Senhor Deputado, sobre a questão, Senhor Deputado Luís Sampaio, o Senhor Deputado veio-me

dizer, nós até achamos que a educação, não sei quê, bom, mas o Senhor Deputado depois quando compara e vem aqui com a história das questões das despesas, os Senhores Deputados olham para as questões da educação, aquilo que é investimento, ou seja, eu vou-lhe dizer o que é investimento, e aquilo que é a diferença do que é investimento e aquilo que não é investimento, na vossa perspectiva, e aquilo que é a despesa, na nossa perspectiva, investimento é 2.375.786, isto é investimento, que é fazer mais umas salas, fazer mais umas escolas, mais umas creches, fazer, enfim, mais umas obras, bom, nós consideramos isto, os 2.000.375 e mais, os 5.139.977 da Acção Social Escolar, isto para nós é investimento, e por isso são questões diferentes, o Senhor Deputado fez uma leitura, eu sei que o Senhor Deputado fez elogios em relação à questão da educação, mas não deixou de dizer que as despesas aumentaram e o investimento diminuiu, por isso, são estas questões, naturalmente, que eu lhe quero dizer, Senhor Deputado, sobre a questão da poluição e da questão do lixo, vamos ver uma questão, poluição, nós temos alguns focos de poluição, temos controlado alguns como o Senhor Deputado sabe, o Senhor Deputado, não sei se vai a Carenque, não estou a dizer que está totalmente recuperado a questão da ribeira, mas foi feito bastante investimento e melhorou, temos alguns focos ainda de dejecto que faz poluição na ribeira, temos, como sabe, bom, a questão da Ribeira da Falagueira a mesma coisa, continua a haver ainda alguns focos, por isso mesmo nós no âmbito daquilo que é, nós vamos obrigar, inclusivamente a Valorsul a fazer uma estação de tratamento, não só por causa dos lixivantes mas também para aproveitar essas águas e esses conjuntos de despejos que existem, nomeadamente nos utentes das oficinas e outras coisas do género, naquela zona, como sabe, está previsto, não está no nosso Orçamento porque não somos nós que vamos pagar, é uma exigência que fazemos à Valorsul, bom, e Senhor Deputado, e aquilo que nós temos ainda, muito mais complicado, sabe o que é, é no Zambujal, porque é assim, os despejos maiores que temos no Zambujal, não são da amadora, vêm do outro lado, nós é que levamos com eles, mas também aqui, por exemplo, aquilo que é o Instituto do Ambiente, no seu território encanou a Ribeira, e no outro território já não deixa encanar a Ribeira, só está ali um bocado, como sabe, que não está ali encanado, bom, temos aqui um conjunto de questões, bom, sobre a questão do investimento no lixo e na limpeza, Senhor Deputado, nós continuamos a investir, e eu acho que até lhe fica mal, permita-me dizer-lhe isto, que o Senhor Deputado venha colocar a questão da limpeza, da limpeza pública e da recolha do lixo, fica-lhe mal ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado em colocar isso, quero-lhe dizer, ao PSD fica mal, e não me vai ouvir dizer porquê, mas fica mal, Senhor Deputado, bom, eu digo-lhe que nós temos continuado uma política de investimento continuada, e aquilo que se hoje está a verificar, por exemplo, a substituição daquilo que são os chamados contentores de recolha tradicional, pô-lo em profundidade, continuamos a aprofundar isso, continuamos a fazer investimento, continuamos a investir na questão dos três rs, Senhor Deputado, vamos fazer a recolha selectiva porta a porta em Alformelos, no âmbito também da Agenda 21, porque acho que é importante que isso se faça, e também vamos receber cerca de 2.000.000 de euros da Valorsul para reforçar a compra de equipamentos, para que a Câmara possa fazer uma actuação, também aqui quero dizer uma coisa, é injusto, e eu quero dizer que é injusto até perante as Juntas de Freguesia, que têm connosco em relação a esta matéria, tido um papel importante, solidário e de apoio, assumindo essa responsabilidade, não, limpeza de ruas, essa colaboração tem sido melhorada, quero-vos dizer, graças àquilo que tem sido a disponibilidade das Juntas de Freguesia, melhorou a limpeza das ruas, agora o problema que nós temos aqui, Senhor Deputado, sabemos que não é todas, por exemplo, há umas que têm e outras que não têm, também vamos ser sinceros, não vale a pena também estarmos com isso, tem melhorado, e vamos melhor mais, uma das questões que está aqui é mais investimento da compra de algum equipamento que iremos disponibilizar para as Juntas de Freguesia, uma das questões que está no aumento das transferências, e cá está, despesa de funcionamento, é também aumento de transferências por causa de novas responsabilidades, que as Juntas de Freguesia vão ter na área da limpeza, como sabe, também é despesa, mas também é tudo despesa, pois, e por isso Senhor Deputado, dizer-lhe que também temos que investir numa coisa que é importante, sabe o que é, na educação ambiental, essa é que é a questão de fundo, o Senhor Deputado acha que eu fico satisfeito se qualquer um de nós fica satisfeito da forma como às vezes vimos como é que as pessoas tratam o ambiente, como é que uma pessoa vai ler o jornal, pega no jornal todo e manda para a rua, como é que uma pessoa abre uma loque, em vez de abrir e meter mete no chão, é evidente que não ficamos satisfeitos, ninguém fica satisfeito, é preciso ter muito trabalho, e este trabalho, no meu ponto de vista, tem que se fazer em relação aos adultos, mas tem que se fazer essencialmente no âmbito da escola dos jovens, que esses serão aqueles, naturalmente, mais importantes, no sentido de alterar as mentalidades, e sobre essa matéria temos concertado não só com o Pelouro do Ambiente, mas

também em relação a alguns sectores da Valorsul, inclusivamente dos SMAS, uma intervenção concertada nessa matéria, e por isso Senhor Deputado, dizer que temos também essa preocupação, quando o Senhor Deputado diz, eu não vou falar sobre um conjunto de outros projectos, não vale a pena, Senhor Deputado, só lhe vou dizer uma coisa, o Senhor Deputado diz, eu não partilho, e eu não faço eco daquilo que o Senhor Deputado disse que hoje houve um debate no Fórum dos ESF, alguém disse quando é um mau exemplo da Amadora, não partilho, sabe porquê Senhor Deputado, é que a Amadora tem, não desculpe lá Senhor Deputado, é que eu nunca vi nenhum comentador político pegar na Amadora os bons exemplos que temos, e nas coisas boas que temos, nunca, é sempre naquilo que é mau, mas o que é mau aqui, é mau no Concelho ao lado, até em Oeiras, e nunca vi fazer um drama sobre os problemas sociais que existem em Oeiras, às vezes até se enganam, é Oeiras e dizem que é na Amadora, olhe, vou-lhe dar um exemplo, outro dia alguém dizia e ponha no jornal, vejam lá o que estão a fazer em relação ao Jumbo na Amadora, o Jumbo é em Oeiras, aquele verdadeiro atentado a ser feito em construção, é em Oeiras, no entanto vinha Amadora, bom, é preciso lá pôr uma marcação, é preciso marcar, não sei como, a dizer que terminou o Concelho, quer dizer, é isto que eu acho dramático, e por isso nós próprios, quando fazemos eco disto, também estamos a ajudar em que esta imagem tenha sido feita, é assim, em todo lado há roubos, mas na Amadora, pronto, é sempre, aí há tempos matou-se um polícia, vocês leram nos jornais, por uma desavença lá com a namorada, por acaso era um polícia da esquadra de Benfica, ou de Carnide, lá vinha dito, polícia da Amadora dá um tiro na cabeça, isso aconteceu em S. Brás, porque o gajo foi lá passear com a namorada, pronto, mas era da Amadora, quer dizer, também é preciso, Senhor Deputado, eu aliás, eu lembro-me, quando aparece assim, Câmaras endividadas, a imagem que aparece, a da Amadora, oh Senhor Deputado, é verdade, isto também já chega, não é, quer dizer que isto já chega, não é, não aparece a imagem da Câmara de Lisboa, não é, e outras, não, é a da Amadora, quero dizer que de facto isto também é demais, como o Senhor Deputado deve saber, mas digo assim, nós temos problemas, é evidente que temos, temos muitos problemas para resolver, temos problemas de vária ordem, enfim, foram criados, que não houve políticas, e não estou a dizer políticas, não estou a dizer só que aqui a responsabilidade é da CDU, políticas inclusivamente do Governo, em relação a esta matéria, não houve, mas, quero-vos dizer, têm melhorado as coisas, as coisas têm avançado melhor, temos muitos problemas para resolver, temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

problemas muito mais complexos do que os outros porque também temos um território muito mais pequeno, esta é que é a realidade, e o Senhor Deputado diz-me assim, não se cativa investimento, não se cativa condições, oh Senhor Deputado, desculpe lá uma coisa, cativar investimento, criar condições para investimento num Concelho, não é acabar com os bairros degradados, é seguramente, não é requalificar o espaço urbano, é seguramente, não é ter boas acessibilidades, é seguramente, não é ter um bom sistema de transportes, é seguramente, o Senhor Deputado sabe, ainda há pouco tempo, para eu dizer isto, porque eu até nem votei no Presidente da República, o Cavaco Silva, não votei, o Senhor Deputado, penso que votaram, para esta ala, pelo menos, que veio à Amadora, inaugurar um exemplo de investimento de alta tecnologia que veio para a Amadora, e você sabe qual foi o orgulho que a Amadora teve, foi no discurso de disserem, isto só é possível porque a Amadora abriu todas as condições, e que com essas condições esse projecto pudesse se desenvolver rapidamente, percebe, Senhor Deputado, e por isso eu acho que estas questões são, naturalmente, importantes para a Amadora, porque não tive-mos aqui a enrolar, a discutir se era bom investimento, é pá, mostra lá o projecto, vamos analisar, vamos demorar dois anos para analisar, não, achámos que aquele investimento era um investimento importante, era importante para o Concelho, e mais, e sabe qual é a conclusão, é que eles vão continuar a investir, e vão precisar de mais terrenos no que decidirem continuar a investir nessa área, e é uma empresa, como você sabe, de alta tecnologia de ponta, e isso foi referenciado, e por isso o Senhor Deputado não tem dúvida, quando tivermos o nosso plano da Falagueira, e quando acabarmos com as barracas, quando qualificarmos o espaço público, quando atacarmos parte dos problemas sociais que temos, quando investirmos mais na educação, estamos a criar as condições para ter, naturalmente, mais investimento, e é isso que estamos a fazer, Senhor Deputado, e quando dizem que não há estratégia, bom, não há aqui nenhuma vara de condão, ninguém tem uma varinha mágica e de um dia para o outro transforma isto tudo, há barracas, já não há, há zonas degradadas, já não há, há problemas sociais, bom, e há uma coisa que a gente não faz, sabe o que é, e levantar o tapete e varrer para baixo, não fazemos, bom, e é Senhor Deputado, uma coisa que também não fazemos, sabe o que é, é ter grandes agências de comunicação que tratam de esconder aquilo que é normal em todos os concelhos, mas só valorizam aquilo que nem todos fazem, eu às vezes fico abismado, fico abismado quando às vezes oiço dizer, vai-se fazer um investimento, vai-se fazer não sei quê, um apoio qualquer, há que tempos que a

gente faz determinado tipos de apoios, nunca aparece, aqueles até parece que descobriram a pólvora, bom, isto às vezes são coisas tão insignificantes, e fazem dali, enfim, uma imagem, isso era quase aquela história, cada vez que se planta uma árvore, havia uns que faziam um desdobrável, não é, uma arvorezinha, fazemos um desdobrável metemos na caixa do correio de todos, bom, nós não fazemos isso, temos outras opções, seguramente, porque também temos muito mais problemas, e isso obriga-nos, naturalmente, a canalizar o dinheiro, no meu ponto de vista, onde é mais necessário, para terminar, Senhor Deputado, dizer-lhe o seguinte, é óbvio e evidente que eu não esperava que o PSD, o CDS-PP, o PC e o Bloco de Esquerda, naturalmente, aprovassem e aplaudissem no seu todo, este Plano e este Orçamento, era o que faltava, este não é o vosso plano, este não é o vosso projecto, vocês não têm responsabilização, porque não partilham da gestão do mesmo, se partilhassem, é evidente, é óbvio que se reviam, e de que maneira, não é, a gente também sabe isso, é como é nos outros lados, não é, a gente também sabe que é assim, e por isso, Senhores Deputados, com todas as diferenças temos, e por isso é que apresentámos programas diferentes, e por isso é que tivemos votações diferentes, naturalmente cada um, tem de levar pela frente aquilo que têm condições para fazer, não aquilo que é fácil prometer, mas aquilo que tem condições de assegurar, e há uma coisa que eu não prometo, aquilo que eu não sou capaz de fazer, Senhores Deputados, não é bem, vamos só para terminar vamos voltar a isto, oh Senhor Deputado, eu faço-vos uma piada, oh Senhor Deputado, eu acho uma piada, quando eu falei na questão do túnel e do metro, vocês dizem, lá vem o gajo, a toupeira, e tal, era assim que vocês diziam, é pá, o metro virtual tiveram que andar nele, pronto, e vão passar a andar no outro, porque vai ser ampliado para a estação, a questão do parque de estacionamento está feito, não está bem naquele sítio, porque V. Exas. também desbarataram o dinheiro antes naquilo que fizeram ali, e depois sobre a questão do túnel do Alto Maduro, o que é que o Senhor Deputado quer saber, sobre a questão do túnel do Alto Maduro já expliquei, as obras que fizemos, não se justificam no meu ponto de vista, um investimento daquela natureza, e nós temos de reconhecer isto, não tem nenhum drama, oh Senhor Deputado, eu fui convidado, não, não, para fazer uma manifestação ao Senhor Presidente da República, não, comigo não contam, porque há uma coisa que o Presidente da República não vai fazer, sabe o que é, isto, pelo menos que me disse, está disponível para vir à Amadora ver as coisas boas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

contribuir para aquilo que são os novos investimentos, mas aquilo que ele me disse, não está disponível para provas consecutivas da Cova da Moura, isso não está.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Como sabem tínhamos acordado em que primeiro votávamos as Grandes Opções do Plano para 2007, e depois votaremos o Orçamento.”

Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou as propostas à votação, sendo o ponto 1 aprovado com 23 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções, e o ponto 2 aprovado com 23 votos a favor, 14 votos contra e 2 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

Antes de dar por encerrado os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do **Senhor Presidente da Assembleia**, as minutas da deliberação da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº.3 do Artº. 92 da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro.

Devido ao adiantamento da hora, o **Senhor Presidente da Assembleia** encerrou esta reunião à 01h,30m.

2ª Reunião

21 de Dezembro de 2006

Os trabalhos foram iniciados às 19H30.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia.

Segundo Secretário, Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia: “A Comissão de Desenvolvimento Económico de Finanças e Administração reuniu e elaborou parecer que vou passar a ler, (Documento anexo à presente Acta), dava a palavra para se assim o entender, a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, para se assim o entender fazer a apresentação do ponto.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Muito obrigada Senhor Presidente, muito boa noite Senhores Deputados, excelentíssimos munícipes presentes, esta proposta que hoje vem à Assembleia Municipal, prende-se como os Senhores Deputados tiveram oportunidade, com certeza de analisar, com um redimensionamento de todo o quadro, e um ajustamento do quadro àquilo que entendemos ser as necessidades da Autarquia, isto porque, como terão conhecimento, seguramente, relativamente às categorias e às carreiras há um conjunto diverso de legislação dispersa, há um conjunto também de carreiras que estão já desactualizadas, ou seja, são carreiras que estão em termos legislativos como carreiras a extinguir quando vagarem, e por isso o que entendemos fazer, e que já há algum tempo que não era feito relativamente ao quadro da Câmara, foi ajustá-lo e adaptá-lo àquilo que entendemos, como já referi, que são neste momento as necessidades da Autarquia, procurando, de fato que naquilo que depende da Câmara Municipal não houvesse uma necessidade, pelo menos durante este Mandato de voltar a mexer no quadro de pessoal, como os Senhores Deputados seguramente estarão recordados, das ultimas alterações que fizemos, teve a ver com as novas competências relativamente ao pré-escolar, e por isso poderá haver nestas matérias algumas alterações que nos obriguem novamente a mexer no quadro de pessoal, mas que são alterações que a Câmara não conhece neste momento, e por isso é necessário com certeza que todos teremos essa sensibilidade e essa disponibilidade para o fazer, dar-vos uma nota também que nos vossos documentos e conforme puderam, com certeza analisar que no quadro do lado esquerdo, que está aquilo que é a dotação e o provimento das diversas carreiras e das diversas categorias no presente momento, e no quadro do vosso lado direito está aquilo que é proposto como alteração, penso que dos documentos que têm, também procurando destringir, aqui concordo que é extinguir, o que é criar, o que é vagar, permite uma análise de fato, mais fácil deste documento, dizer-vos que isso, independentemente, de eu própria enquanto Vereadora ao ter acompanhado essencialmente um documento técnico, não é um trabalho muito fácil, dado a diversidade de

Membros Presentes: Todos, com excepção da Senhora Elisabete da Silva Ferreira, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente, Gabriel Oliveira, e os Senhores Vereadores Clotilde Manuel Duarte Cunha e Silva, Carlos Manuel das N. Reis dos Santos, Júlio Vilas Boas da Costa, João de Matos Bernardino, António Alberto Alves Nunes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fazia representar nesta Sessão pelo Senhor Rui Manuel Lopes Rego (Documento em anexo à presente Acta).

Verificado o quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do nº 1 do Artº. 78, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, Senhora Elisabete da Silva Ferreira, do PSD, solicitou a sua substituição para o dia 21 de Dezembro de 2006 (Documento anexo à presente acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomou posse, pelo PSD o Senhor Rui Lopes Loureiro (Documento anexo à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

Reiniciaram-se os trabalhos no ponto deixado na Reunião anterior.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea o) do nº. 2 do Artigo 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Quadro de Pessoal – Alteração (Proposta nº. 410/2006)*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

carreiras, e como já referi há pouco, a diversidade da legislação existente, entendemos no entanto que era necessário, de fato, fazer essa actualização, foi isso que foi presente na Câmara, e é isso que hoje apresento aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.”

Senhor Deputado António Carixas: “Obrigado, boa noite, o documento que nos é presente, é de fato um documento complexo, no seu trabalho preparatório, com certeza que sim, apreciamos esse trabalho feito, bem feito tecnicamente, também congratulamo-nos com as melhorias das carreiras dos profissionais desta Câmara que vão ter, da sua vida profissional, contudo temos aqui algumas dúvidas que gostaríamos de expressar, a primeira tem a ver com a questão da macro estrutura, parece-nos que de fato a macro estrutura da Câmara deveria ter sido já presente nesta Assembleia, penso que poderia, termos uma noção mais real da organização municipal, porque a macro estrutura dar-nos-ia alguma perspectiva, alguma projecção, digamos, do futuro desta Câmara em termos dos seus profissionais e das actividades que têm que realizar, daí que surge-nos, com esta ausência da macro estrutura, surge-nos aqui algumas dúvidas relativamente a algumas carreiras, principalmente relacionadas com o pessoal das carreiras, do grupo de pessoal auxiliar, operário, altamente qualificado, há aqui reduções acentuadas na notação global do quadro existente hoje, para aquilo que se pretende com a aprovação deste quadro, portanto, esta ausência de macro estrutura leva-nos a ter dúvidas, porquê esta redução em determinadas carreiras, digamos, que tem um trabalho mais executivo no terreno, portanto é esta dúvida que eu tenho, que eu gostaria que a Senhora Vereadora pudesse esclarecer, muito obrigado.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Muito obrigada Senhor Presidente, antes de mais, também dar uma nota aos Senhores Deputados que me parece relevante para este processo, como penso que todos, ou grande parte terão conhecimento, quando falamos de estrutura em termos de funcionários da Autarquia, falamos de uma estrutura em que a sua faixa etária se posiciona essencialmente a partir dos 50 anos como é visível no balanço social, neste caso de 2005 uma vez que de 2006 ainda não está elaborado, o que significa que nós temos anualmente um conjunto de funcionários, que como sabem, vão para a reforma por via da aposentação, nomeadamente nas carreiras operárias onde temos o pessoal mais envelhecido, se olharem para o nosso balanço social, a estrutura, a carreira e as categorias profissional

onde temos o pessoal mais envelhecido é exactamente nestas carreiras e nestas categorias, o que significa que são, onde anualmente temos sempre mais lugares vagos, ou seja, as pessoas saem, e depois deixam o lugar, são constituídas ou não de acordo com as situações, por isso não há aqui, o que foi feito foi uma avaliação, eu tenho presente por exemplo a situação de jardineiros, penso que tínhamos 58, salvo o erro, no quadro, exactamente, temos 92 de 39 por 20, 53 lugares vagos, de fato isso é excessivo relativamente ao Município, atendendo também àquilo que têm sido as políticas em termos de manutenção de espaços verdes e de todas as zonas ajardinadas, por isso o que se pretendeu aqui, foi manter um número de lugares que nos parece razoável, numa perspectiva, como já disse, num horizonte, pelo menos até 2009, atendendo a que por exemplo no próximo ano nós vamos ter entre 9 a 12 pessoas que vão para a aposentação, mas o lugar fica, e por isso terão se necessário, novamente providos, é por isso, os lugares já existem e as pessoas saem por via de aposentação, por isso o que havia relativamente a estas carreiras e a estas categorias concretamente que o Senhor Deputado referiu, em nosso entender e no meu entender enquanto Vereadora de fato era uma dotação em termos de lugares vagos no quadro, excessiva para aquilo que, e por isso foi o que ajustámos quer nestas carreiras quer noutras, mesmo pessoal técnico superior ou outros, relativamente à questão da macro estrutura, a Câmara tem uma orgânica definida que é do conhecimento de todos, não lhe vou dizer que não equacionamos ou que está posta de parte a questão da macro estrutura, tanto como o Senhor Deputado, temos a noção de que está no dia-a-dia da necessidade de fato, de actualizar um conjunto de áreas, e falo-vos de algumas áreas que eu conheço muito bem, como sabem, a questão da educação, se calhar hoje não faz sentido, com todos os desafios ser uma divisão, a área da Acção Social é uma coordenação, por exemplo, são áreas que os Senhores Vereadores também acompanham e conhecem bem, no entanto, também todos sabemos todas as questões que têm existido relativamente às questões do Artigo 17 e da Lei do Enquadramento do Orçamento de Estado relativamente às questões de pessoal, como sabem também, e sabemos todos que isso não é uma falsa questão, uma alteração à macro ainda com a criação de lugares, o seu não provimento gera sempre instabilidade nos Serviços, e os Senhores Deputados sabem isso, têm também esse conhecimento, e por isso não é uma questão que a Câmara coloque de parte, como é natural, mas que entendemos que de momento ainda não é oportuno fazê-lo uma vez que não teríamos condições para dotar os lugares, fosse 1, fosse 2, fosse 5, que tivéssemos

necessidade de criar em termos de novas unidades de dirigentes, que seria com certeza necessário criar, e por isso relativamente a esse processo, o fato de ainda não termos, e como sabem, isso não é uma situação de agora, é uma situação que tem acontecido de fato nos últimos anos, temos procurado em termos de pessoal ter aqui alguma política de algum controle em termos dos custos de pessoal, eu penso que seremos, de acordo também com os dados que temos das poucas Câmaras da área metropolitana de Lisboa, pelo menos são essas que conheço melhor, até porque falo com os meus colegas, que procurámos cumprir os condicionalismos que a tutela nos impôs, e isso também nos tem permitido relativamente às questões de pessoal não entrarmos aqui numa situação difícil com um conjunto de admissões que muitas vezes nós também sabemos, quando os dirigentes acabam por solicitar mais uma e mais uma pessoa, e temos procurado ter aqui uma política concertada no sentido da admissão das pessoas, e temos a meu ver utilizado um instrumento que me parece útil, que é o processo da reclassificação, ou seja, nós temos um conjunto de funcionários, e temo-lo feito principalmente na categoria de Auxiliar e de Assistente Administrativo, em que as pessoas concluem as suas habilitações em áreas que são necessárias e importantes para a Câmara em que a Câmara tem necessidade de recursos nessas áreas, e temos optado por não aderir a concursos e sim por reclassificar essas pessoas, ou seja, dar oportunidade a essas pessoas que entretanto também apostaram na sua formação e fizeram um esforço para concluir a sua formação de poderem de fato exercer outro tipo de funções, é essa a filosofia que temos mantido ao longo dos anos, quer os funcionários quer os dirigentes sabem como é que todo o processo se desenrola anualmente, aliás, ontem quando aprovámos o Orçamento aprovámos já todo o processo de reclassificações para 2007 que agora terá efeitos este ano por parte da tutela nada havendo em contrário a partir de Janeiro, os funcionários e os dirigentes, há uns pares que enquadra este todo processo, por isso tem sido um dos mecanismos que temos adoptado em termos da reclassificação das pessoas, que implica também ao pessoal operário, quer às carreiras técnicas quer às carreiras de pessoal operário, bem como a questão das promoções, ou seja, eu acho pessoalmente que esta questão do quadro não tem que estar e não está ligada com a questão da macro estrutura, a Câmara tem um organograma definido, tem uma macro definida neste momento, é essa a macro com a qual trabalha, a criação e outras áreas de dirigente e outras áreas de intervenção não significa também que forçosamente tenha que haver um aumento de recursos, pode é ter que haver uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

redistribuição dos recursos por essas áreas, existe sim o esforço financeiro, o aumento financeiro em termos daquilo que é o custo dos cargos dirigentes, como os Senhores Deputados têm conhecimento.”

Senhor Deputado António Carixas: “Peço desculpa, mas ainda tenho aqui uma outra dúvida, eu agradeço as suas explicações e compreendo, compreendo-as naturalmente, que fazem sentido, mas há aqui algumas categorias que não encaixam completamente no meu ponto de vista na sua explicação, por exemplo, num electricista, não é no electricista, na notação global parece que estão 19, e agora passarão a estar só 4, há apenas 1 electricista, por exemplo, na categoria de carregador, mantêm-se os mesmos 5, só se prevê mais 1, são serviços que a Câmara muitas vezes, enfim, do conhecimento daquilo que eu possa eventualmente ter destas profissões, são serviços que têm uma frequência de trabalho, digamos de uma carga de trabalho às vezes intensa, não serão necessário mais, só 1 apenas para contratar, é essa dúvida que eu faço em articulação com a macro estrutura, enfim, a sua explicação, eu compreendo-a, mas não me satisfaz completamente, enfim, neste termo deste ponto, a outra questão que eu queria também levantar que não levantei na primeira intervenção, tem a ver com uma questão que está na proposta, melhor dito, na informação dos serviços, que foi a não auscultação da Comissão Sindical, pronto, aqui com certeza que vamos divergir completamente, não na primeira questão que eu levantei, aqui com certeza que vamos divergir completamente, o nosso princípio é que de facto os trabalhadores, através das suas estruturas representativas legalmente eleitas, têm todo o direito de saberem aquilo que lhes diz respeito, e eu sei que há aqui um parecer jurídico interno, é interno, sublinho, é interno, portanto se houvesse aqui um parecer independente, teríamos que o aceitar, naturalmente, mas é um parecer interno, portanto juízo em causa própria, não estou a pôr em causa de forma nenhuma a competência jurídica, longe de mim isso, não é isso que está em causa, mas devia de haver aqui um parecer técnico independente, para dizer que não é obrigatório auscultação à associação sindical, portanto lamentamos que este princípio não tenha sido seguido, é um precedente errado no nosso ponto de vista, muito obrigado.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Muito obrigada Senhor Presidente, das questões que o Senhor Deputado levantou, duas questões, a questão da estrutura sindical divergimos de fato,

primeiro entendo que isto é um documento muito técnico, como deve de imaginar foram auscultadas também os dirigentes, como é natural num processo destes, e é essencialmente um documento muito técnico naquilo que se entende que são, e que não tem a ver há aqui sempre aquela ideia que tem a ver com as pessoas que vamos admitir, não tem, havia um conjunto de carreiras ou de categorias ou com um numero de pessoas, ou que vamos abrir um conjunto de concursos que tinha um conjunto de lugares vagos, que têm há muitos anos nessa casa e que nunca foi por isso que em qualquer дума das questões a Câmara desatou a abrir concursos para preencher estes lugares, e entendo que este é um documento em que, a meu ver, e a nosso ver, e o parecer é do Gabinete Jurídico da Câmara, como em qualquer parecer que acompanha estas propostas, não carecia de ouvir as estruturas sindicais, depois relativamente à outra questão que levantou, Senhor Deputado, eu pedia-lhe que não visse esta questão desarticulada daquilo que é um montador electricista e os seus conteúdos funcionais, e se olhar para a carreira e para a categoria de montador electricista, aí sim, está o grosso dos funcionários nessa área, e porquê, porque entretanto hoje os conteúdos funcionais são diferentes, como o Senhor Deputado sabe, e de fato, hoje a necessidade é nestas áreas, como noutras, há mais em carreiras e em categorias que até têm nomes semelhantes, mas que os seus conteúdos funcionais não o são, por exemplo, um montador electricista, como sabe, que é uma carreira e uma categoria que foi criada já depois da eficiência dos electricistas, em que o seu conteúdo funcional, como já referi, é diferente, e hoje com um conjunto de instrumentos que existem até de ferramentas que os próprios trabalhadores utilizam, o que as autarquias têm é muito mais montadores de electricistas do que electricistas, por isso essa questão dos electricistas não pode ser vista de uma forma desgarrada e com certeza que o que teremos necessidade de continuar a ter será sempre montadores electricistas, muito dificilmente a Câmara admitirá electricistas eu penso que esta ou qualquer outra Câmara admitirá pura e simplesmente 1 electricista.”

Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, sendo aprovada com 22 votos a favor, 0 contra e 14 abstenções (Documento anexo à presente Acta).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

4 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município”*.

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, caros munícipes, sobre o relatório, eu já tive ocasião em outras oportunidades em que se colocou a questão do relatório de actividades, de levantar a questão sobre o modo de como este relatório é elaborado, do meu ponto de vista, não é elaborado de uma forma muito séria, digamos com o pormenor e com o desenvolvimento que do meu ponto de vista se justificava, e assim, por exemplo, na análise sumária sobre o Relatório da Actividade Municipal, nota-se que, por exemplo que não há nenhuma referência à CRIL, por exemplo, e houve acontecimentos relevantes na Actividade Municipal entre 13 de Setembro e 6 de Dezembro a propósito de um assunto desta importância, mas também verifico que por outro lado, que não há nenhuma referência ao prémio José Afonso, e talvez devesse ter havido, quanto mais não seja porque o que se passou com o prémio José Afonso é matéria que talvez justificasse alguma reflexão, a Câmara Municipal aprovou uma alteração ao regulamento, com essa alteração ao regulamento e sem que aparentemente tivessem sido dadas indicações para que o trabalho que era antes feito pelo júri de selecção fosse feito por outrem, a verdade é que foram candidatos ao prémio José Afonso artistas, interpretes, que terão com certeza o maior dos méritos, mas que nada tem a ver nem com musica popular portuguesa, nem com o prémio José Afonso, nem como legado cívico de José Afonso, e portanto isto colocou dois tipos de problemas, por um lado, um problema que tem a ver com um prestígio que haveria a defender por parte da Câmara Municipal do prémio José Afonso, que foi claramente ferido, dantes, ou nas edições anteriores, para quem se recordar, ser seleccionado para ser candidato ao prémio José Afonso era uma medalha de prestígio, e hoje não é prestígio a julgar pelos candidatos que foram seleccionados ao prémio José Afonso edição 2006, não é sinal de prestígio ser candidato ao prémio José Afonso, por outro lado, a Câmara Municipal tinha também um prestígio a defender e uma obrigação na medida em que assumiu este compromisso de perpetuar o legado e a memória de José Afonso, e ao mesmo tempo contribuir para a valorização da musica popular portuguesa, tinha também obrigação de ponderar com mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

cuidado, com mais atenção as alterações a produzir no regulamento, e o que é fato é que não ponderou, e o resultado está à vista, o prémio não foi atribuído em 2006, não porque não tivesse havido durante 2006 musica portuguesa de qualidade, não porque em 2006 não tivesse havido musica popular portuguesa inspirada no legado musical de José Afonso de qualidade, mas porque em virtude das alterações que a Câmara Municipal introduziu no regulamento, os candidatos foram presentes para decisão do júri, não reunião as condições que estavam estabelecidas desde o princípio, na raiz deste prémio, e do nosso ponto de vista, esta matéria justifica ponderação e justifica discussão e gostaríamos naturalmente de ouvir a opinião da Câmara Municipal sobre esta matéria, ainda também relativamente ao Relatório da Actividade Municipal, eu verifico que na página 3, diz-se aqui às tantas, o seguinte inauguração do novo espaço cultural, livraria Palavras de Culto, foi inaugurado no dia 18 de Novembro do ano em curso a livraria Palavras de Culto localizada na Rua Elias Garcia 384B na Freguesia da Venteira, a minha pergunta era, a Câmara Municipal tem alguma livraria, ou qual é a relevância desta iniciativa, que do ponto de vista comercial, naturalmente vem preencher uma lacuna que existe no Município, porque não havia nenhuma livraria, mas em boa verdade, qual é o envolvimento dos serviços municipais nesta iniciativa, para lhe dar o prestígio de ela figurar no Relatório da Actividade Municipal, eu já sabia que os serviços municipais se tinham empenhado directamente na promoção desta actividade comercial, aliás, na minha qualidade, outra, de Presidente da Assembleia Geral de uma Associação de Pais, eu fui confrontado com a informação numa assembleia-geral que a Direcção de Associação de Pais tinha recebido uma informação expressa e directa dos Serviços da Câmara Municipal para nessa Assembleia divulgar junto dos pais encarregados de educação que iam estar nessa assembleia divulgar a inauguração desta livraria, ora, acresce a isto, mais espantado fico ainda, quando ao ler o Relatório de Actividade Municipal verifico que na verdade isto é mesmo coisa importante, é um assunto mesmo relevante para a actividade dos serviços municipais, ao ponto de figurar na informação do Senhor Presidente, e a minha pergunta era, qual é a relevância que isto tem para a actividade dos serviços municipais, porque é disso que se trata em sede de Relatório de Actividade Municipal, muito obrigado.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Senhor Presidente, eu pediria então ao Senhor Vereador António Moreira, pediria a palavra ao Vereador.”

Senhor Vereador António Moreira: “Obrigado Senhora Vice-Presidente, se me permite eu tentava responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado, em primeiro lugar, relativamente ao prémio Zeca Afonso, a alteração regulamentar, não trouxe alterações tão profundas que justifique por essa via, a não atribuição do prémio, os membros do júri são basicamente os mesmos que já faziam parte dos prémios anteriores e é intenção minha, se tiver para isso a autorização do Senhor Presidente, manter este júri que tem dado provas ao longo de muitíssimos anos, o que é fato é que é por decisão unânime do júri que não é atribuído o prémio Zeca Afonso este ano, tendo em conta um conjunto de candidaturas que se nos apresentaram, e se os membros do júri entenderam que não era de atribuir o prémio este ano, porque isso desprestigiava o próprio prémio, não correspondia aos padrões de qualidade que temos vindo a apresentar neste prémio, eu também entendi que devia subscrever a opinião do júri, e não atribuir o prémio do corrente ano, a sugestão que tenho a pôr ao próximo ano, é, não relativamente ao procedimento do júri, mas relativamente ao tempo de apresentação do prémio, e portanto vou sugerir à Câmara é que se for possível, antecipar esta decisão para o período de Abril/Maio, tendo em conta que Abril/Maio é o período mais relacionado ao Zeca Afonso, desde logo pelo 25 de Abril e também pelas cantigas de Maio, e portanto é o que tenho a dizer relativamente ao prémio, relativamente às “Palavras de Culto”, houve de facto apoio, desde logo pelo gabinete da vereação ao surgimento desta iniciativa, que como o Senhor Deputado sublinhou, é uma iniciativa particular, e é clarissimamente de uma empresa que estamos a falar, agora o que é fato também, é que o desaparecimento de uma livraria da Amadora levou a que um conjunto imenso de pessoas, nomeadamente no quadro partidário, entendessem que isso era uma preocupação da Câmara, e nós assumimos que era uma preocupação da Câmara, mas fomos acusados de ter deixado fechar a última livraria da Amadora, o que de fato não é verdade, agora isso ocorreu, e por isso não se estranhe que se ressurgir a livraria da Amadora, nós entendemos que isso é positivo no quadro da nossa actividade.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Vereador, em relação ao prémio José Afonso, o pedido de esclarecimento é o seguinte, o que se trata Senhor Vereador, o Senhor Vereador sabe que antes havia um do júri, havia um júri de

selecção, os candidatos ao prémio José Afonso não apareciam do céu, eram seleccionados, havia trabalho dalgumas pessoas que faziam no leque e mundo da musica popular portuguesa uma selecção daquilo que se produzia, não se ficava na mão das editoras, daquilo que umas editoras por interesse comercial enviavam, e nas mãos de outras editoras que sobretudo nesta área da musica popular portuguesa são muitas vezes editoras pequenas, com pouca capacidade nem sequer enviavam, e portanto o trabalho que era feito pôr esse júri de selecção era acompanhado pelos serviços municipais, há que referi-lo, acompanhado pelos serviços municipais, era esse que permitia que o júri depois selecciona-se um lote significativo que se coaduna-se com a obra do prémio José Afonso, o problema que nós aqui temos colocado, não é que não houve nenhum candidato digno do prémio José Afonso, o problema que nós temos colocado é que foram seleccionados como candidatos ao prémio José Afonso artistas que manifestamente não reúnem nenhum dos critérios que está estabelecido no regulamento para ser sequer candidato, quando mais receber o prémio, e este é que é o problema, primeira nota, segunda nota Senhor Vereador, relativamente à livraria, eu acho que esse argumento, se me permite não me parece ajustado, porque o que se referiu, e eu creio até que o referi numa das intervenções, eu julgo que o desaparecimento de uma livraria na Amadora, é um sintoma, evidentemente que não é responsabilidade da Câmara Municipal, mas é um sintoma da saúde cultural no Município, agora Senhor Vereador, que isso tenha que obrigar os Serviços da Câmara Municipal a patrocinar num negócio privado, é que eu acho que é, salvo melhor opinião, completamente desajustado, a Câmara Municipal por muito louvável que seja o negócio de livreiro, não pode empenhar os meios e os recursos públicos ao abrigo do negócio privado, esta é que é a verdade, seja uma livraria, uma discoteca, uma farmácia, o que for.”

Senhor Vereador António Moreira: “Obrigado Senhora Vice-Presidente, se me permite o Senhor Deputado, começando pelo fim, não houve nenhum empenhamento dos Serviços que exorbitasse sempre além das nossas competências, o que tornámos público foi o facto de existir a livraria e fizemo-lo através do gabinete de imprensa e relações públicas, não houve qualquer outro procedimento, a indicação que deu na sua primeira intervenção de que há uma Assembleia de Pais que recebe não sei que documentação, o que eu lhe posso garantir é que não pode ter recebido mais do que a informação que foi divulgada para um conjunto de associações e para a comunicação social, porque se fomos atacados nos jornais, na rádio e na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

TV pelo fato de não haver, então achámos que seria legítimo, e fi-lo também no quadro da feira do livro, e fi-lo no quadro da feira do livro porque houve um conjunto de entidades que se prontificaram a abrir, ou pelo menos tentaram saber como é que se poderiam estabelecer na cidade, o que lhes foi dito, foi aquilo que o Senhor Deputado acabou por dizer e que não pode ser doutro jeito, portanto nós não podemos apoiar de outra forma que não seja esta divulgação, não podemos ceder instalações, não podemos patrocinar de qualquer jeito, e portanto isso foi informado às entidades que pretenderam abrir, e portanto demos nota pública de que tínhamos de facto feito isso, foi isto que foi feito.”

Senhor Deputado António Carixas: “ Peço desculpa Senhor Presidente, mas não me apercebi que de fato as inscrições estavam encerradas, não me apercebi, muito obrigado de qualquer maneira, eu tenho aqui algumas dúvidas, gostaria que fossem esclarecidas, na página 3, penso eu, do documento, fala de um protocolo, penso que esse é o termo, da instalação, enfim, de cedência, melhor dito, de cedência de duas salas da Escola Roque Gameiro para a Escola Moderna de Jazz de Almada e Seixal, do nosso ponto de vista é bem-vinda, a escola, naturalmente, também é uma área importante, vai trazer novos públicos, enfim, muitas vantagens, agora a nossa dúvida é que se de fato a Casa Roque Gameiro vai ter este novo projecto, isto é, qual é o novo projecto para a Casa Roque Gameiro, há aqui uma mudança de projecto para a Casa Roque Gameiro, gostaríamos que fosse esclarecido isto, porque de faço, a Casa Roque Gameiro nos últimos tempos, daquilo que eu me tenha apercebido, tem servido para sala de exposições, essencialmente para isso, sala de exposições, aparece aqui uma nova vertente, nós estamos abertos e concordantes com esta nova vertente, agora, na Casa Roque Gameiro, ela vai mudar o seu projecto cultural, esta é uma dúvida, a segunda, tem a ver, na página 47, referente ao capítulo de evolução de execução dos contratos de empreitada, não é tanto uma dúvida, peço desculpa, é mais um apelo, porque isto já foi dito várias vezes a esta associação que prestado nesta Amadora há muitos anos relevantes serviços, estou-me a referir ao Casal Popular da Damaia, que já teve aqui da Câmara algumas garantias que têm sido ultrapassadas no prazo para que a obra de instalação, de execução de instalações da creche seja concluída, e isto tem trazido algumas dificuldades à direcção desta associação, portanto é mais um apelo, para que de facto o novo prazo, parece que esteve agendado, no início, digamos no início do ano lectivo, e não foi

possível, por variadíssimos motivos, com certeza, mas é mais um apelo para que isto seja rapidamente resolvido, porque de facto, isto está a prejudicar não só a direcção da associação que poderá eventualmente ficar comprometida e mal vista pelos pais das crianças, porque pensavam que a partir de Setembro as crianças poderiam frequentar a creche, mas as obras ainda não estão concluídas nesta altura, portanto é mais um apelo que eu faço, depois, queria aqui levantar uma questão, uma dúvida que surgiu hoje, penso que foi hoje que tive conhecimento relativamente àquilo que vai acontecer no serviço de refeitórios e bares municipais, parece que vai haver aqui esta semana, semana de Natal e Fim de Ano, com certeza que são semanas complicadas de funcionamento, de gestão, mas há aqui uma dúvida que surgiu, que me causa alguma estranheza, quando se diz que o pessoal afecta os bares e cozinhas nos dias 28 e 29, têm que gozar férias, isso cria-me alguma estranheza, porquê que eles são obrigados a gozar férias, então os serviços, daquilo que eu entendo vão estar encerrados nesses dois dias e o pessoal tem de meter férias, obrigatoriamente, acho estranho isto, ou férias, ou compensações ou tolerâncias em atraso, parece-me um pouco estranho isto, gostava que fosse esclarecida esta questão, para mim é um pouco duvidosa, estranha, a pessoa tem o seu mapa de férias e goza-o, agora, é obrigado aqueles dois dias gozar as férias, é um pouco estranho, finalmente, eu penso que ainda tenho tempo, Senhor Presidente, muito obrigado, não quero deixar de referir aqui uma coisa que ontem o Senhor Presidente da Câmara, infelizmente, não gosto de falar quando as pessoas estão ausentes, mas pronto, disse, penso que todos nós ouvimos, e que muitas vezes é aqui transversalmente por todos os Partidos é falado que o PDM é miserável, que é isto, que é aquilo, ontem se alguma coisa positiva esteve em toda a reunião, para mim teve esta grande vantagem de duas afirmações do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara ontem enquadró duas coisas fundamentais para nós, a primeira é que, porquê que nós vamos alterar o PDM quando os que vão ser alterados vão ser piores, eu penso que não estou a mentir, eu penso que ele disse isto, a segunda, só tem 3 pequenas alterações a fazer ao PDM, e depois enumerou-as, eu fico espantado quando é que alguns Deputados Municipais dizem que o PDM é isto, aquilo e aqueloutro, e o Senhor Presidente da Câmara aqui afirmou que vai fazer 3 pequenas alterações, eu fico espantado, de fato, quando os Deputados Municipais não compreendem, de fato essas questões, é preciso o Presidente da Câmara dizer isto, penso eu, a partir de agora, para não virem com essas questões do PDM que fez isto, que fez aquilo, para acabar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

não pensem que eu sou um fundamentalista em relação ao PDM da Amadora, há coisas a alterar, naturalmente, há coisas a alterar, nós estamos abertos a alterações ao PDM, com certeza que estaremos abertos, até porque o contexto da época era completamente diferente, e foi a primeira geração do PDM, as leis, o enquadramento, a evolução das coisas naturalmente exigem que seja alterado, alguns pontos sejam alterados, agora, denegrir, insultar a questão do PDM actual, é que eu, a partir de agora fico mais descansado com as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, senhores membros do público, eu confesso que esta minha intervenção foi suscitada por estas ultimas afirmações do Senhor Deputado António Carixas, eu vou reafirmar um pouco daquilo que temos vindo a dizer que o PSD tem vindo a dizer, o PSD pela minha voz tem vindo a dizer pela minha voz sobre este PDM, é um mau PDM, é um PDM que não pode ser desculpado pelo contexto do tempo, porque nada tem a ver com o assunto, porque a cidade que tínhamos, as pessoas que tínhamos, o contexto histórico-geográfico da Amadora é o mesmo, temos hoje mais população, tínhamos naquela altura, penso eu, menos população, aquilo que a nós nos preocupa neste PDM, aquilo que sempre nos preocupou neste PDM é que ele é um livre-trânsito para betunização da Amadora, este PDM só prevê uma coisa, construir, construir, construir, vezes construir, mais nada, quando se fala aqui de modelo de desenvolvimento económico, e eu reparo que a CDU fala muitas vezes, com certeza com a razão que é devida, nós falamos exactamente disto, nós não queríamos, eu não queria, pelo menos, que esta cidade fosse assim, eu não queria que nesta cidade em todo o espaço possível, houvesse uma urbanização a crescer, eu não queria que nesta cidade em todo o espaço possível à superfície cresce-se um prédio, eu não queria que nesta cidade em todo o sítio que está disponível ou que estará disponível no futuro, crescesse cimento, eu às vezes fico até com a sensação, e peço imensa desculpa pela publicidade, que a CIMPOR e a CECIL devem ter tido um papel fundamental na execução deste PDM, devem ter ajudado ao seu financiamento com certeza, porque quer queiramos quer não, aquilo que estava... (mudança de cassette) ...para construir, construir onde quer que seja, sem apelo nem agravo, quanto mais melhor, e o que nós criticamos, não é os custos de contexto, não é o contexto em que ele foi construído, é aquilo que está lá previsto, e quanto ao conceito que o

Senhor Presidente diz, ele dirá o que quiser, é responsabilidade dele, ele é o Presidente da Câmara, foi eleito, dirá o que quiser, que eu saiba não está em discussão o PDM nem a sua revisão, que eu saiba essa discussão não foi aberta, que eu saiba ela não foi trazida aqui à Assembleia Municipal, nós efectivamente não tomámos, e o que nós dissemos é o que mantemos, nós achamos que este foi um mau PDM para a Amadora, este é um PDM que tão-somente permite construir na Amadora, sem apelo nem agravo, ao desbarato, e que o PDM gerou as consequências negativas que hoje em dia aqui discutimos, porque ontem aqui falávamos de coisas curiosas, que é do problema do ruído, falámos da questão do ruído, da carta do ruído, dos problemas do ruído, o problema do ruído é gerado pelo número de pessoas que vivem nesta cidade, é que nesta cidade os Senhores sabem tão bem como eu, vivem pessoas para uma grande cidade populacional que não existe no resto do País, que não existe para o resto do País, quer queiramos quer não, aquilo que está previsto construir com este PDM duplicava, triplicava a população da Amadora, e será que isso não vai ter influências negativas em quem já cá vive, será que isso não vai ter influências negativas em quem cá vive todos os dias, quem vivia de há muitos anos a esta parte, será que não vai, e isso foi pensado, foi contemplado ou o contexto não o exigia, o que nós dizemos é que este é um mau PDM para a cidade, este é um mau PDM para quem está e quem vive nesta cidade, olhe, da minha parte lhe digo, nem por cima do meu cadáver algum dia votarei algum PDM ou revisão do PDM que faça crescer, ouça, grave, fique gravado, fique registado, eu quero ver da vossa parte como é que vai ser, portanto, nós mantemos o que dissemos, nós achamos que este é um mau PDM, este é um PDM que não salvaguarda o interesse da Amadora nem o interesse das populações da Amadora, e não sairemos disto, até pelas próprias características do regulamento em si, portanto a questão do PDM para nós é clara, ele não está em discussão que eu saiba, ele não está em discussão, a nossa opinião não foi pedida, nós efectivamente também não tomamos nenhuma acção nesse sentido, as palavras do Senhor Presidente pertencem ao Senhor Presidente, as acções políticas do Senhor Presidente são do Senhor Presidente, mas o que nós mantemos é isto, que este é um mau PDM, é um PDM que tem tido custos graves para a Amadora, e continuará a ter enquanto for executado nos termos em que está a ser executado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado António Santos: “Boa noite Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, excelentíssimo público, eu peço imensa desculpa de não corresponder ao seu apelo, mas toda a gente fala do PDM e eu inscrevi-me pela questão também do PDM, lamento imenso de não poder corresponder, mas parece-me que seria uma perda de oportunidade da minha parte, e não poder corresponder à sua exigência, sobre a questão do PDM eu só quero dizer o seguinte, nós devemos discutir os fatos políticos tal como eles são, o PDM que existe agora, foi um PDM que foi legitimado por todas as Forças Políticas existentes na Amadora à altura, evidentemente que a minha opinião relativamente ao PDM, é que ele não responde às necessidades que a Amadora tem neste momento, e estou completamente disposto em enveredar a discussão para a revisão do PDM, independentemente, e acho que está no prazo legal, e provavelmente não poderemos fugir a isso, mas independentemente disso, aquilo que me preocupa quanto à revisão do PDM, foi a afirmação que o Senhor Presidente da Câmara ontem por outros motivos, o Senhor Presidente da Câmara disse, vocês estão tão preocupados com isso, vejam lá onde é que se vão meter, vejam lá, porque normalmente quando se revê o PDM, é para pior, e o que me preocupa nisto, é que isto é dito por um responsável político de quem tem a maioria política absoluta nesta Câmara, nenhum PDM pode ser aprovado contra a maioria política absoluta que existe nesta Câmara, como é que o Senhor Presidente nos alerta, vejam lá que isto vai para pior se for revisto, quando a decisão política em última análise está nas mãos do Partido Socialista e da maioria do Executivo e desta Assembleia Municipal, isto é que é realmente preocupante.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Já agora dizer qualquer coisinha em relação ao PDM, não duas coisinhas muito rápidas, em primeiro lugar dizer que li há dias numa entrevista de jornal aquilo que me pareceu ser uma assunção de responsabilidade por parte da CDU e por parte do Partido Comunista, foi uma entrevista de um camarada do Partido Comunista de Odivelas, que dizia, era aliás título de jornal, na primeira página de jornal dizia o seguinte, em Odivelas está-se a construir tanto, tanto, tanto, que isto qualquer dia parece a Amadora, e como nós sabemos de quem é a responsabilidade primeira sobre a situação que se vive na Amadora, tomei aquilo como uma assunção de responsabilidade em relação ao passado da CDU que não é, seguramente brilhante como sabemos, dizer finalmente que uma outra coisa que me preocupa, é que eu tenho visto da parte do Senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma evolução que me preocupa, seguramente, em relação a esta matéria do PDM, que é, cada vez que se fala da revisão do PDM, ah, a revisão do PDM, cuidado, cada vez que se revê o PDM revê-se para pior, seguramente que não há nenhuma obrigação de quando se revê um PDM se rever para pior, e lembro-me também de outras afirmações do Senhor Presidente da Câmara, que dizia em tempos, bom admito até, coisa que eu aliás partilho, preocupação que eu partilho, admito que se possa eventualmente eliminar ou aumentar um pouco a restrição da construção em altura, desde que isso não represente mais construção, mas antes pelo contrário, represente libertação de área à superfície, ou seja, que se construa de forma mais concentrada e se liberte a área à superfície que eu acho que é de fato uma coisa que pode ser positiva, desde que obviamente seja feito de forma cuidada, mas aquilo a que assistimos ultimamente é levantar o véu no sentido de que por exemplo, naquela que vai ser a futura zona de expansão, e aquela que vai ser de fato a nova área, a nova centralidade, e que é de fato a última oportunidade de ver o alimento sustentável deste Concelho, o abrir de porta a que o índice de construção daquela zona da cidade seja aumentado em 25% face àquilo que é o máximo permitido pelo PDM, e de fato isto deixa-me preocupado ainda que se venha com justificações de que há contrapartidas para a Cidade, deixa-me seguramente preocupado e acho que esta é uma matéria sobre a qual a Assembleia Municipal deve reflectir e deve ponderar a muito curto prazo.”

Senhora Vereadora Carla Tavares: “Muito obrigada Senhor Presidente, antes de passar ao Senhor Vereador António Moreira, só duas ou três notas relativamente a algumas questões, o Senhor Deputado António Carixas, penso eu voltou à questão do Casal Popular, como deve de imaginar, também nós também entendemos que aquele equipamento é determinante, quer do próprio Casal Popular, quer para a Freguesia da Damaia, quer para o Concelho da Amadora uma vez que falamos num equipamento de creche e todos temos a consciência da escassez de resposta que temos do Concelho, não foi um processo fácil em termos de concurso, como penso que tem conhecimento, houve um primeiro lançamento que as empresas tiveram que ser excluídas por não terem alvará, por isso neste momento está já a decorrer um novo processo de concurso, houve no entanto, e penso que o Casal Popular também assim o entendeu, sempre a preocupação da Câmara de acompanhar este processo, nomeadamente numa situação que era bastante relevante e importante para este processo, que

era os acordos com a Segurança Social, a Câmara sempre garantiu e sempre fez toda a ligação com a Segurança Social, de fato no sentido de explicar todo este processo à Segurança Social também não conseguimos, de fato, não era previsível num processo de construção deste equipamento, no sentido da salvaguarda e na garantia dos acordos ao momento final de construção de equipamento, relativamente a uma questão, que penso que também foi o Senhor Deputado que colocou relativamente aos funcionários de refeitórios e bares municipais, é natural, em final de ano estamos em inventário, no serviço de refeitório e bares municipais têm também armazéns, e por isso estamos no processo de inventário, como o Senhor Deputado saberá com certeza, há um conjunto de pessoas que ao longo do ano optam por não receber trabalhos extraordinários e retirar compensação tem de as gozar até ao final do ano, e por isso o que é solicitado sempre que há estes processos é que as compensações sejam gozadas neste período, senão também inevitavelmente as perderão por estarmos, de fato no final do ano, por isso pedia agora ao Senhor Vereador António Moreira relativamente à questão da escola de jazz.”

Senhor Vereador António Moreira: “Muito obrigado senhora Vice-Presidente, eu de uma forma muito breve vou responder à interrogação do Senhor Deputado António Carixas relativamente à Casa Roque Gameiro, e portanto, a introdução da Escola de Jazz neste espaço, corresponde àquilo que a Casa já faz, portanto para além da componente dispositiva que tem sido relativamente de forme, nós temos também um conjunto de ateliês, temos um conjunto de animações, nomeadamente musicais, e portanto não há alteração substantiva relativamente ao que se faz na Casa.”

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou ao ponto 5 da Ordem do Dia.

5 – Apreciação, nos termos da alínea a) do nº.1 do Artigo 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da “*Situação Actual da CRIL*”.

Senhor Presidente da Assembleia: “O pedido de agendamento deste ponto resulta de uma solicitação do Bloco de Esquerda, por via do Senhor Deputado António Santos.

Senhor Deputado António Santos: “Em relação ao pedido de agendamento, penso ter um período prévio para poder explicar, bem de qualquer maneira em relação da discussão, apreciação e tomada de posição ontem sobre a CRIL por esta Assembleia, esta discussão ficou um bocado adulterada, fico um bocado fora do tempo e fora timing, no entanto eu queria deixar umas considerações a esta Assembleia neste ponto, em primeiro lugar eu queria aqui referir que o fato de termos pedido este agendamento, e que provocou ontem em antecipação a discussão no Período de Antes da Ordem do Dia, teve alguns méritos, o primeiro mérito foi que a questão da CRIL que passou ao lado do Relatório da Actividade Municipal, pelo menos não passou ao lado da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal pode discutir e tomar uma posição sobre a matéria, em segundo lugar, no percurso que a Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal fez de consultas aos diversos órgãos envolventes na discussão, ressaltou uma questão que era preciso que ficasse ressaltada e que foi importante, e que de uma vez por todas e perante toda a gente, aqueles que têm uma posição e aqueles que têm outra, que ficou clara a partir de ontem, que é o carácter das comissões cívicas que se constituíram, várias vezes nesta Assembleia foi inventada a hipótese das comissões estarem ao serviço de Forças Políticas, estarem ao serviço de bandeiras, de estarem ao serviço de panfletos em função de objectivos políticos contrários àquilo que era a posição da Câmara Municipal da Amadora, a seriedade, a genuinidade, a autenticidade com que as comissões cívicas tiveram junto da Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal, o rigor técnico, a profundidade dos estudos que elaboraram, deixaram de existir de uma vez por todas, as comissões que se constituíram, constituíram-se por sentirem necessidade de intervir no processo em que sendo aquilo que consideravam a melhor solução em relação da sua qualidade de vida, da sua qualidade ambiental, da sua qualidade do seu modo de vivência, isso ficou claro, e penso que mesmo aqueles que manifestaram e aprovaram ontem uma posição contrária à minha e contrária também às posições que as comissões cívicas de moradores manifestaram, quer à Comissão da Assembleia Municipal quer a esta Assembleia Municipal têm de reconhecer, há seriedade, ingenuidade, autenticidade, preocupação naquilo que são as comissões cívicas e no trabalho que estão a desenvolver, em terceiro lugar teve outro mérito, aconteça o que acontecer, desta vez a culpa não vai morrer solteira, a necessidade e a obrigatoriedade que esta Assembleia Municipal ontem teve de tomar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

posição, e repito, contrária à minha, permite que não haja dúvidas, há responsáveis políticos sobre a conclusão do trajecto da CRIL, eu darei o braço a torcer se no final tiver de reconhecer as sequências do projecto final, mas não perdoarei a responsabilidade política pela mediocridade, se tal for esse o caso, na forma como o trajecto final ficar concluído, em quarto lugar, e em ultimo lugar, eu ontem ouvi alguns comentários, diga-se de passagem despropositados, dalguns Membros desta Assembleia, à saída, bom, já resolvemos esta história da CRIL, esse é o novo estigma, mas que não se convençam disso, a questão da CRIL não ficou resolvida ontem, a questão da CRIL ainda nem sequer começou, não está lançada a primeira pedra, não está lançado o concurso público, quem ontem defendeu o tal projecto da CRIL e o actual modelo que está neste momento em discussão, reconheceu que nos últimos quinze dias houve alterações, muitas alterações, provavelmente irão acontecer, muitas discussões vamos ter normalmente que ter, e, com isto vou terminar, para quem pense que isto acabou, está a cultivar, inclusivamente, um dos pontos que foi ontem aprovado, numa Moção Política, que repito, não mereceu o meu apoio, foi manifestado a vontade e o empenho na eventual constituição duma comissão eventual para o acompanhamento da CRIL, mas ficou no ar, nesse sentido eu não vou fazer o número de casa arrombada trancas à porta, e apresentar aqui hoje uma recomendação que politicamente contrarie aquilo que foi ontem aprovado, a única coisa que eu surgiria e que ponha à votação dos Senhores Deputados, era uma Moção com dois considerandos e uma proposta concreta, e passava a ler, (documento anexo à presente Ata), sobre a composição concreta, devo dizer o seguinte, acho que deve de ser uma composição de bom senso, é uma comissão que obviamente não terá qualquer papel deliberativo, e portanto não me ofende qualquer tipo de constituição, acho que deve manter o critério de que todas as Forças Políticas que compõem esta Assembleia Municipal estejam presentes nessa comissão, e portanto, deixo ao critério da discussão deste ponto a forma concreta como essa comissão se constitui, obrigado.”

Senhor Deputado João Lopes: “Boa noite Senhores Deputados, no documento IC17 CRIL... (Documento anexo à presente ata).”

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado Senhor Deputado, Senhor Deputado António Santos, tive ocasião de ler o documento que tinha lido há pouco e que fez chegar à

Mesa, e tenho-lhe a dizer o seguinte, e espero que perceba o que eu vou dizer, ou seja, isto não tem nada a ver nem com o respeito que tenho pela proposta, nem pelo próprio assunto, é uma questão meramente formal, e sendo formal, em meu entendimento que eu não devo aceitar esta proposta pela simples razão que neste último ponto da Ordem do Dia, foi aprovado ontem, como sabe, nós temos a apreciação da situação actual da CRIL, não temos deliberações, e portanto no seguimento, aliás daquilo que foi ontem a própria explicação do Senhor Presidente da Assembleia relativamente a uma situação que na minha opinião é equivalente e que foi a proposta pela CDU, eu penso, e tenho a certeza de que devo adoptar o mesmo procedimento, embora isto não tenha nada a ver com qualquer espécie juízo de valor, faça favor Senhor Deputado.”

Senhor Deputado António Santos: “Eu compreendo do ponto de vista regimental o Senhor Presidente tomar esta posição, eu solicitava ao Senhor Presidente que pose-se à consideração da Assembleia, se deveria ou não votar a proposta que está em cima da Mesa.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, eu posso pôr à consideração da Assembleia a decisão, agora, eu tenho dúvidas, é que a decisão seja ela qual for, e se for no sentido de aceitar a proposta, eu tenho sérias dúvidas que esse procedimento seja legal, mas obviamente, eu posso pôr à discussão essa situação, posso pôr, Senhores Deputados, eu admito os vossos comentários, mas espero que percebam que eu tenho sérias dúvidas do formalismo desta questão.”

Senhor Deputado António Santos: “Senhor Presidente, a Assembleia Municipal é um Órgão Político, e portanto é um Órgão que discute fatos políticos e não fatos formais, a questão é, a Assembleia é soberana, e o regimento prevê a soberania da capacidade desta Assembleia poder votar, agora vocês quererem transformar esta questão regimental num fato político, não, a questão de fundo é, nós estamos de acordo ou não que esta proposta seja votada e seja reconstituída a comissão eventual, ontem a proposta política que foi aprovada sobre o trajecto da CRIL, a proposta que está aprovada aconselha a constituição desta comissão, estamos a falar de uma questão prática, além do aconselhamento, é começar a tomar as medidas práticas para que a decisão política tomada ontem tenha consequências na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

realidade, esta Assembleia pode manifestar hoje a vontade com a conviência do regimento e da vossa decisão pode impedir a constituição desta comissão hoje, veremos para quando...”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, eu concordo plenamente com quase tudo aquilo que disse, espero que tenha percebido exactamente o meu ponto de vista.”

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente, muito obrigado por me poder aqui expressar em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista a total concordância relativamente à interpretação que faz do regimento e da lei, aliás o seguimento de interpretação do Senhor Presidente da Assembleia, é preciso recordar que isto é uma Assembleia Política, mas deve, como qualquer Assembleia respeitar a lei regimento, e a admitir-se a esta Moção que está a violar claramente os artigos do regimento e da lei, no entanto há sempre a possibilidade de qualquer Deputado recorrer para o Plenário e deixar nós procedermos sob o ponto de vista legal que nós ire-mos, porque não queremos incumprir a lei e o regimento, iremos votar contra a Moção, segunda nota que eu queria dizer, tem a ver com o seguinte, o Bloco de Esquerda não nos trouxe aqui nada de novo, estive a ouvir com toda a atenção a sua Moção, aliás a sua Moção, também ela própria não traz nada de novo, mais não seja porque num ponto diz aquilo que nós ontem deliberámos, que é a constituição de uma comissão eventual, ontem tivemos, que foi aliás aprovado por maioria a constituição de uma comissão eventual, segunda nota que eu queria-vos deixar, e que depois de obviamente do debate de ontem, um grande debate em que as posições ficaram vinculadas, me parece que hoje nada mais há a acrescentar sobre essa matéria, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista, tudo o que tivesse hoje a dizer sobre esta matéria, o proferiu ontem no seu debate, aliás extremamente produtivo, e do qual saiu uma Moção Política com posições dos Grupos Municipais, muito obrigado.”

Senhor Presidente da Mesa. “Senhores Deputados, eu tenho aqui a lei, e isto não é fácil, mas eu vou partilhar convosco o que diz aqui o Artigo 83, Senhor Deputado, eu antes de recorrer ao Plenário gostava que o Plenário estive devidamente informado daquilo que diz a lei, agora vou usar eu da palavra, já lhe dou a palavra, no Artigo 83 diz assim, objecto das deliberações, só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na Ordem do Dia da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Reunião ou Sessão, salvo se tratando de Reunião ou Sessão Ordinária, pelo menos 2/3 do número legal dos seus Membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, isto é o que diz o Artigo 83, e eu mantenho as minhas dúvidas.”

Senhor Deputado António Santos: “Eu estou preocupado com os fatos políticos e não com as questões regimentais, então se o Deputado João Serrano tem razão, está deliberado a nossa proposta não diz nada de novo, ótimo, ontem aquilo que foi aprovado diz o seguinte, no ponto 6, finalmente, despertar o seu empenho e participar através da criação de uma comissão eventual no processo concursal, e depois continua escrito à mão, eu não consigo ler, se está deliberado, ótimo, então constituamos a comissão, eu retiro já, imediatamente a Moção que está aqui, e proponho, estou de acordo consigo, Senhor Deputado, que não teria muito sentido hoje continuar a discutir o conteúdo do trajecto da CRIL depois da tomada de posição tomada ontem, está deliberado, ótimo, eu proponho que este ponto prossiga unicamente da seguinte forma, em concordância com a aprovação da vossa proposta ontem, e que está deliberado, então que sirva unicamente para constituir a comissão.”

Senhor Deputado João Serrano: “O Senhor Deputado como bem sabe, para a constituição de uma comissão, é conveniente, é da praxe desta Assembleia a Conferência de Líderes reunir-se e por certo no presente irá o fazer, para definirmos o mandato da Conferência a constituição da comissão, e por isso essa matéria procede o Presidente da Assembleia irá fazer diligências para o efeito, parece todo o mais que a gente hoje fizer é fora do contexto da competência, como sabe, da Conferência de Líderes, que compete, no fundo, que formalizar e constituir as próprias comissões.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Senhor Presidente, peço desculpa, das duas uma, ou o Senhor Deputado retira a sua proposta, ou não retira a sua proposta, se o Senhor Deputado não retira a sua proposta, a proposta mantém-se, o Senhor Presidente decide que não considera a proposta, o Senhor Deputado mantendo a sua proposta entende recorrer para Plenário, o Senhor Presidente deve colocar a discussão à votação no Plenário.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, eu agradeço imenso o esclarecimento, mas eu acho que entendi exactamente o contrário das palavras do Senhor Deputado António Santos, mas provavelmente percebi mal.”

Senhor Deputado António Santos: “Eu retiraria a proposta, não considerando que o João Serrano considerar que já estava aprovada esta proposta, e portanto aquilo que havia que fazer era constituir a comissão, se é esse o meu entendimento não retiro a proposta.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Então eu acho que é melhor nós decidirmos esta questão e depois continuarmos a discussão de acordo com as inscrições que eu tenho, eu mantenho a minha opinião, Senhor Deputado, faça favor, pode recorrer, Senhor Deputado António Santos, pode recorrer ao Plenário, precisamente para verificar, dado a incivilidade da proposta ou não, Senhores Deputados, então, para que isto fique claro, vamos votar o recurso da minha não admissão da proposta, correcto, é claro para toda a gente, muito bem.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta da não decisão e da não-aceitação do mesmo sobre a proposta do Senhor Deputado António Santos.

A proposta foi reprovada com 27 votos a favor, 9 votos contra e 0 abstenções.

Senhor Deputado António Tremço: “O Senhor Presidente desculpe, mas há aqui qualquer coisa que não joga, é que nós estamos de acordo que fosse posta à votação, mas posta à votação se era admitida ou não a proposta, não era a posição do Senhor Presidente, o Senhor Presidente não tem aqui posição, desculpe lá, a proposta ou era admitida ou não era admitida”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, eu ressalvei ainda há pouco que iria utilizar este tipo de expressão, para eu próprio ter a certeza que estávamos todos a pensar e a decidir em conformidade, muito bem, está registado, já percebi, muito obrigado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado António Santos: “Quero fazer apenas uma interpelação ao Senhor Presidente, sobre qual é a data em que vai marcar a comissão permanente, para a constituição da comissão eventual do acompanhamento à CRIL.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, como deve de calcular, este é um assunto que eu vou articular com o Senhor Presidente da Assembleia, e naturalmente, e como eu ainda conto que ele chegue, se ele entender que está em condições de lhe responder a essa pergunta, obviamente que ele o fará, muito obrigado Senhores Deputados, eu iria então prosseguir a nossa discussão.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira. “Muito obrigado Senhor Presidente, nós já percebemos que o Bloco de Esquerda está com alguma dificuldade em perder o comboio da CRIL, queria fazer votar hoje, aqui, aquilo que já foi votado ontem, ontem já se votou aqui uma proposta que contempla a criação de uma comissão eventual, e portanto achamos que é verdadeiramente despropositado que se tente votar hoje aquilo que já foi votado ontem, a não ser que seja com um objectivo de dizer, malandros, chumbaram a proposta do Bloco de Esquerda, provavelmente foi esse o objectivo, dizer também ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que dizia ele há pouco que ficou claro pela posição assumida pelos Partidos aqui ontem nesta Assembleia, ficou claro que há responsáveis políticos nesta Assembleia pela CRIL, por que a CRIL se faça, e eu diria ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que, para seu bem, e para o poupar, há uma quota de responsabilidade porque a CRIL não se faça, ainda bem que se votou aqui ontem aquele documento, e que não fomos nós, Assembleia a criar dificuldades ao processo, ainda bem para si, e para o poupar, de fato a que a CRIL não se faça, a nossa posição nesta matéria, como farão justiça, nós, CDS-PP em diversas ocasiões publicamente e nesta Assembleia manifestámos contra o projecto que era apresentado numa época em que o Governo era um Governo PSD/CDS-PP, isso está escrito, está documentado, nós estivemos contra o projecto apresentado no tempo o Governo em que o PSD/CDS-PP estavam no Governo, está escrito, está documentado e dá-nos um capital de seriedade nesta matéria que eu não admito que ponha em causa, ninguém que ponha em causa, fomos também contra o pertence estudo da Câmara Municipal da Amadora que previa a amputação de um troço de uma das vias, fomos contra essa proposta, que dissemos que isso

não respondia aos reais anseios e às necessidades da população, não só da Amadora, mas de toda a área metropolitana do País, e portanto, ninguém nos venha aqui acusar de oportunismo político, nós actuámos desde o início responsabilmente, quando éramos Governos, e agora que somos oposição, e portanto não admito aqui lições de democracia, nem de oportunismo político da parte de ninguém, sempre expressamos aqui a nossa posição, e é uma posição fundamentada e que ninguém pode pôr em causa, devo também dizer que reconhecemos genuinamente, reconhecemos o interesse e a vontade das populações e dos moradores e dos proprietários ao longo deste processo em melhorar o processo, e em melhorar a solução encontrada para a CRIL, e reconhecemos também que é desse esforço também, não só, mas é também desse esforço da população e dos moradores que resultam melhorias significativas do traçado e da solução que aparece hoje a discussão, infelizmente devo dizer que alguns Partidos Políticos não procuram uma solução melhor, procuram é que não haja solução rigorosamente nenhuma, que há Partidos Políticos que só têm palco, e que só existem enquanto houver problemas, porque no dia em que não houver problemas não há palco, não há lugar para discussão nem para a apresentação das suas ideias, e aliás, eu, sobre esta matéria, a reacção da Bancada da CDU é reveladora, quem enfia o chapéu de fato reage desta maneira, é claro que assim é, a nossa posição, e uma vez mais de forma responsável é dizer o seguinte, é que naturalmente, como ontem já aqui foi dito, há um tempo para ouvir, há um tempo para pensar, mas também chega o dia de decidir, e aliás, eu devo dizer e reafirmar aquilo que já foi dito aqui ontem, penso que pelo Luís Guarita, é que é possível ainda melhorar a solução que foi encontrada, é possível ainda, porque nós vamos ainda assistir à elaboração do projecto e execução desta obra, e portanto, eu devo, aliás dizer que recebi gentilmente da parte da Associação de Moradores da Venda-Nova um documento que contém um conjunto de propostas, que eu acho que são grande parte delas, propostas interessantes, e que podem ser feitas, e que podem melhorar a solução final encontrada para a construção da CRIL, e isso deve ser levado em conta, e por isso mesmo, nós ontem aprovámos aquilo que o Senhor Deputado hoje queria aprovar, mas já está aprovado, que é a implementação de uma comissão eventual de acompanhamento da obra, e que achamos que nesse processo devem ser ouvidas as sugestões e as ideias das Associações de Moradores, isso foi aqui dito, foi aqui votado ontem, foi aqui aprovado, por acaso acho que o Senhor Deputado não votou a favor da criação da comissão eventual, eu devo dizer que é possível

melhorar a situação, penso que todos estamos empenhados em que isso acontece, mas também devo dizer, como ontem disse aqui o Ismael Pimentel, que naturalmente nós estamos a construir duas vias de grande tráfego, de grande dimensão, uma área densamente construída...(mudança de cassette) ...as vias, nunca na vida vai ser pacífico, fosse este canal, isto vem sempre de Oeiras, com certeza, e portanto, seja este o traçado, seja outro o traçado, infelizmente, digo, vai sempre haver alguém, nós estamos a construir, como eu dizia, duas vias importantes, para além dos seus acessos, numa área densamente construída, e portanto, infelizmente, não há, quer os Senhores queiram quer não, não há maneira de construir estas vias, sem prejudicar alguns interesses, é impossível, é verdadeiramente impossível, como os Senhores bem sabem, é possível minimizar, é possível atenuar, é possível reduzir, é possível estudar, é possível melhorar, seguramente que sim, não é possível construir uma solução que de fato não afecte ninguém, é impossível, a não ser que se adopte a solução de não se construir absolutamente nada, e eu chego a pensar que de fato é isso que algumas pessoas querem, lamentavelmente, devo também dizer que esta solução, é uma solução que não sendo o ideal, e está longe de ser o ideal, mas como já foi dito ontem, o óptimo é amigo do bom, mas resolve alguns problemas que foram postos por todos nós, por todos os responsáveis, por todos os Deputados Municipais, por todos os Partidos, pelos moradores, não resolve todos, resolve alguns, resolve a questão das Portas de Benfica, resolve a questão do Aqueduto, não resolve, mas melhora apesar de tudo a situação de Alfovelos, não resolve, eu sei que não resolve, vou concluir, com certeza, melhora a situação de Alfovelos, e quem não vir isso, quem não quiser ver isso, de fato não está a ver a realidade, porque o fato é esse, bom, para concluir, porque isto não é uma RGA, é uma Assembleia Municipal de Deputados Municipais, eleitos pela população, que vem aqui depois do seu dia de trabalho trabalhar em prol da, muito obrigado Senhor Presidente, vou concluir dizendo que, repetindo que nós somos a favor de que esta solução seja melhorada, mas somos frontalmente contra que se ponha nesta fase tudo em causa, em que se volta à estaca zero, somos frontalmente contra essa solução, porque, Senhor Presidente, caros colegas, estimado público, há milhões de pessoas à espera de que esta obra seja concluída há anos demais, e portanto, é necessário nesta matéria agir responsabilmente, obviamente pensando nas pessoas que são afectadas e minimizando os impactos mas não pondo tudo em causa, porque estamos com isto há anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

demais, e é essa posição de responsabilidade que eu queria aqui transmitir, que sempre tivemos no passado e continuamos a ter neste momento, muito obrigado.”

Senhor Deputado João Lopes: “Bom, eu ouvi, de fato com alguma atenção a sua intervenção, e faz-me alguma confusão que numa infra-estrutura desta natureza e com esta dimensão que está a ser colocada e introduzida, de fato, praticamente pragmaticamente em espaços já urbanizados que dedico tão pouco espaço na sua intervenção à questão dos problemas das populações e das soluções eventuais mitigadoras, porque dizer que é possível melhorar é fácil, mas é necessário também apontar soluções, e vendo as soluções que já estão em cima da Mesa, quais são aquelas que são viáveis, e portanto eu perguntaria à sua pessoa, mas como representante do CDS, se o CDS estará disponível para defender uma solução de traçado em túnel em profundidade como é o túnel do metro, por exemplo, ao contrário daquilo que é um túnel que está a ser proposto hoje, eu penso que não é preciso fazer um desenho, para o Senhor Deputado perceber qual é o tipo de túnel que eu lhe estou a interrogar, mas eu pergunto se o CDS estará disponível formalmente também para defender uma solução deste tipo, a construção de todo o traçado da IC17 e da parte do traçado do IC16 em túnel afundado, não é, num túnel verdadeiro, como são os túneis do metro, como mais uma forma de mitigar os impactos que vão ser alvo as populações residentes.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Senhor Deputado, nós não dedicámos pouco tempo aos problemas das populações, eu também não tenho que lhe fazer um desenho, para lhe explicar que nós fomos contra o traçado anterior da CRIL, porquê, porque nos preocupámos com os problemas causados às populações, não se lembra disso, estava ou nessa altura não estava, lembra-se disso ou não, bom, e portanto nós dedicámos o tempo que achámos necessário e continuaremos a dedicar o tempo que acharmos necessário, não é no discurso, é na prática, e por isso nós estamos disponíveis para este problema, eu vou repetir, nós estamos disponíveis para estudar todas as melhorias possíveis em relação àquilo que é a proposta de solução existente actualmente, por isso mesmo indicámos que defendemos a criação de uma comissão de acompanhamento, naturalmente não é a Assembleia que vai decidir as alterações, mas aquilo que nós pudermos fazer para melhorar a solução, estamos seguramente disponíveis para fazer, agora não estamos disponíveis para jogadas políticas e

para aproveitamentos políticos, e para pôr tudo em causa a todo o momento com o objectivo de não fazer rigorosamente nada, para isso não contem connosco.”

Senhor Deputado Rui Loureiro: “Boa noite a todos, eu vinha apenas reafirmar aqui o apoio do PSD a este traçado da CRIL, é evidente que tal como já foi reafirmado aqui várias vezes também, não é o traçado ideal, não há traçados ideais, e a prova é que estamos há 40 anos à espera de uma CRIL, é verdade que a CRIL vai ter impactos muito negativos em todas as populações que estão, digamos, junto ao traçado actual, é verdade também que vai ter benefícios incontestáveis para todas as pessoas que vão utilizar diariamente aquele traçado ao longo da sua vida, é conhecido o caos que vivemos diariamente, quer no nó do IC17 junto a Alfovelos, quer no nó da Buraca, mais uma vez eu posso dizer, não é o traçado ideal, é o possível neste momento, penso ter estado disponível para estudar todas as outras opções que não inviabilizem à partida a construção da própria CRIL, é evidente que há um problema grave, não tanto na minha opinião, não tanto do traçado depois da CRIL estar concluída mas durante a sua execução, penso que aí é o grande problema que se pode pôr às populações da Amadora, e nessa perspectiva eu sugeria que a comissão eventual que foi aqui votada ontem, incluisse tanto quanto possível representantes das populações afectadas localmente, especialmente ao nível dos nós, é conhecido que o nó a seguir às Portas de Benfica, portanto o nó de Alfovelos vai ter problemas gravíssimos que vai obrigar a que o trânsito que vem desta zona da nova centralidade da Amadora para se deslocar para sul, portanto, para o rio, tenha que fazer um desvio significativo porque não tem entrada directa na CRIL, já foi aqui também afirmado e os relatórios são eficazes nisto de que a zona é extremamente larga, tem cerca de 4 faixas na CRIL de cada lado, mais as faixas de acesso, são cerca de 80 metros de estradas que aparecem por ali, bom, efectivamente isso vai provocar um caos ao nível da Amadora, ao nível dos trânsitos que vão passar desde a Amadora para Benfica, significativos, e o relatório, na minha opinião, não é explícito, isto é, não diz como é que isso se vai resolver, diz que se tem de ter cuidado, que vão ter alguma forma de resolver esses tráficos, especialmente no que diz respeito ao aspecto pedonal, não afirma como é que o vai fazer, se vai fazer desvios de trânsitos, quais são as estradas que vão ser mais afectadas, como é que vai resolver o problema da Estrada de Benfica, digamos das Portas de Benfica, penso que é a linha pior que nós temos neste momento de ligação entre as duas cidades, nessa perspectiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

portanto, eu sugeria que essas comissões tivessem representantes locais que, passo a expressão, seriam de alguma forma os ouvidos dessa comissão localmente, e que pudessem confirmar e informar-se simultaneamente se as medidas de mitigação dos impactos durante a construção estariam ou não a ser realizados, penso que esta é, digamos a informação, digamos, a minha opinião daquilo que eu posso sugerir a esta Assembleia e a esta Câmara, que de fato não se esqueçam das populações, e não se esqueçam fundamentalmente, para mim, que é o mais importante de tudo, o impacto negativo, muito negativo que vai haver durante a construção, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Tremço: “Eu acho que nós havíamos de acabar com esta história de que, nas várias intervenções que aqui fazemos, quando aparece alguém a ter uma opinião diferente de outra opinião que aparece aqui, uns defendem que essas vias devem ser feitas, mas os outros a entravar que essas vias sejam feitas, eu acho que isto é lamentável, que apareça continuamente aqui essa situação, nós fomos eleitos pela população, estamos aqui exactamente para discutir os vários problemas, estamos aqui para discutir ouvindo as populações, e tendo em conta qualquer destas vias, devemos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, para que de fato o impacto seja o mínimo possível, é isto que estamos a fazer, porque então tínhamos aceiteado a primeira versão, hoje a CRIL estava feita com toda a gravidade que todos nós sabemos, e ela só não está feita exactamente porque as populações se levantaram, porque nós discutimos e não estivemos de acordo, e que o Governo foi obrigado a recuar, portanto acabemos com esta situação, todos nós queremos é que as vias estruturantes sejam importantes, acabou, agora todos nós temos o direito de dar a nossa opinião, a ver se a gente se entende de uma vez por todas, por outro lado, há aqui situações que eu sinceramente não compreendi, ontem fizemos uma grande questão à volta disto, e na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, recorde-mo nos, o Senhor Presidente da Câmara diz isto, a melhor solução seria em túnel, verdade, mas que o Governo não tinha aceiteado, esta foi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eu, o que digo é isto, eu não estou aqui para abanar a cabeça ao Governo, desculpem lá, se a melhor solução é aquela em túnel, que é a que vai servir melhor as populações, então há qualquer coisa que não joga, e agora já não estamos a falar do problema do traçado, até pode ser este traçado, agora não há dúvida nenhuma, se de fato em túnel serve melhor as populações e tem um impacto menor

em relação à situação, então eu penso que a melhor forma de defender é essa, não há outra, porque se eu visse o desenho, sinceramente, se eu mora-se em Alfornelos ficava assustado, e deixemo-nos de conversas, deixemo-nos de tretas, porque Alfornelos fica completamente cercada de tal maneira, que quem viver naquele perímetro todo, não sei como é que vai ser no futuro, então se de fato a melhor solução, e eu perguntava à Câmara é que se há algum problema técnico que essa via não pode ser feita em túnel, eu gostava que a Câmara me explica-se, porque o Presidente ontem disse claramente, que de fato a melhor solução era o túnel, mas o Governo não tinha aceitado, eu estou-me borrifando para o Governo, eu não estou aqui para servir o Governo, desculpem lá, eu não estou aqui para servir o Governo, este ou outro qualquer, eu estou aqui, exactamente eleito pelas populações, e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para melhor servir as populações, e ficava por aqui.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, eu pedi para intervir há pouco, no contexto em que a discussão estava um pouco diferente, de todo o modo vou tentar repegar naquilo que pretendia dizer e digamos, comentar algumas afirmações que foram feitas, na verdade é pena o Senhor Deputado João Serrano não estar agora aqui, mas a questão de fundo, Senhores Deputados, é que o Partido Socialista e também o PSD e o PP, não querem, e nunca quiseram discutir esta questão, de fato essa é a verdade, senão Senhores Deputados, os Senhores Deputados em Comissão entenderam que não havia espaço, não era necessário discutir o problema da CRIL em Plenário, não era necessário, não havia espaço, não havia conveniência em trazer a este Plenário nenhuma tomada de posição sobre esta matéria, o Senhor Deputado Ismael Pimentel ontem referiu muito claramente que a tomada de posição que o PS, PSD e PP trouxeram ontem a esta Assembleia se deveu a razões de oportunidade política, foi essa a sua expressão Senhor Deputado, oportunidade política, e o Senhor Deputado João Paulo Castanheira, quanto a jogadas políticas, foi esta a sua expressão, há poucos, estamos conversados, Senhor Deputado, agora, depois disto, nós, porque a CDU tomou a iniciativa de em Período de Antes da Ordem do Dia provocar esta discussão, os Senhores Deputados do PS, do PSD e do PP por razões de oportunidade política entenderam que deviam apresentar também uma tomada de posição, e lá se fez para vossa incomodidade lá teve de se fazer a discussão, mas agora daqui chegados à discussão do ponto sobre a CRIL, onde, por um lado se pode continuar a discussão iniciada ontem por outro lado podem seduzir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

novos argumentos, outras preocupações, porque essa é a razão e a verdade do debate democrático, os Senhores Deputados entendem que não há espaço, não há necessidade, não há mais nada para discutir, o Senhor Deputado João Serrano, aliás, com a sua habitual lealdade democrática com quem ele tem para esta Assembleia, recordemos que não é a primeira vez que ele termina uma intervenção a dizer que não responde a pedidos de esclarecimento, a Assembleia Municipal da Amadora, e os Deputados da Assembleia Municipal da Amadora pelos visto não têm direito ao debate e ao confronto de opiniões, mas há pouco também disse que o Partido Socialista não iria emitir nenhuma opinião neste debate, não tinha mais nada a acrescentar àquilo que disse, ou seja, não há mais nada para discutir para os Senhores Deputados, sobre a CRIL o assunto está encerrado, ponto final, não há mais nada para discutir, ora nós achamos, Senhor Deputado, não, nós achamos que há sempre para discutir, Senhor Deputado, nós achamos que hoje foi agendado um ponto, e é mais uma ocasião para continuarmos a nossa discussão, Senhor Deputado, e eu retomo esta discussão com o modo como a terminei ontem, Senhor Deputado, a questão que lhe coloco, e coloco a todos os Senhores Deputados tem a ver com o mesmo que ontem citei, o Instituto do Ambiente termina o seu parecer afirmando que não estão ponderadas a protecção acústica dos receptores, os níveis de poluição do ar, da delimitação da área inter-previsível que as normas que as normas da qualidade do ar sejam excedidas, os aspectos geológicos, a integração paisagística, a socioeconomia e ordenamento do território, as situações críticas ao nível da segurança, Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa, mas o Senhor Presidente enganou-se na ordenação das intervenções, portanto tem de ser um pouco tolerante, peço-lhe por favor para ser um pouco tolerante em relação a isso, e para me dar mais um tempo para concluir a minha intervenção, bom, eu não vou demorar muito mais.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, mas se me permite, já que me interpelou, eu respondo, uma questão é eu me ter, e eu pedi-lhe já desculpa pelo lapso, outra coisa é a gestão do tempo que é atribuído ao Grupo Municipal, que esse não é um problema meu, como deve de calcular, é um problema de V. Exas., faça favor Senhor Deputado.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado, Senhor Presidente, portanto, estes aspectos são colocados pelo Instituto do Ambiente, eu não vi nenhum Senhor Deputado aqui

vir aqui dizer que considera que estas questões estão respondidas, estão esclarecidas, e como tal podemos andar para diante, não ouvi nenhum Senhor Deputado aqui vir dizer isto, o que eu ouvi foi um Senhor Deputado ontem referir que temos que acabar com os egoísmos, que aliás é uma formulação que está hoje muito em voga, até da parte do Governo dito socialista, temos de acabar com os interesses instalados, corporativos, etc., meus caros Senhores, o problema é que não estamos a falar de egoísmos, nem interesses instalados, estamos a falar de direitos, Senhor Deputado, e em relação a direitos não há egoísmos, há direitos, estamos a falar de direitos, a ter uma qualidade de vida de acordo com padrões perfeitamente justos e responsáveis, Senhores Deputados, e é disso que estamos a falar, o que estamos a falar é de tomar decisões que afectem e atingem profundamente a qualidade de vida e os direitos, essas populações Senhores Deputados, e não vão querer dizer Senhores Deputados, não vão querer dizer, não vão ouvir falar em responsabilidade, nem vão ouvir falar em que são muito responsáveis porque tomaram esta decisão, Senhores Deputados, porque o problema é o seguinte, Senhores Deputados, nós estamos, eu por mim estou, muito habituado a que os Senhores Deputados, as Forças Políticas que representam, PS, PSD, PP, num dia votam, assumem posições, tomam decisões, dois dias depois, não, foi o outro, foram os meus outros camaradas, mas eu estou aqui, eu assumo as suas críticas ao meu Partido, portanto, nós estamos preparados para que daqui a mais uns tempos venham aqui Deputados do PSD, do PP e do PS dizer que assumem as responsabilidades dos outros Partidos, de fato os nossos Partidos tomaram esta decisão, mas paciência, o problema é que as populações já terão as consequências dessas decisões à sua porta.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores membros do público, eu gostava de começar por prestar três esclarecimentos, é um esclarecimento semântico, há uma diferença muito substancial entendermos em Comissão, que sobre uma matéria onde não há acordo possível, não pode haver uma tomada de posição conjunta, ou tomadas de posição, e uma diferença muito grande entre tomarmos parte da discussão que está a ser feita, e que está aqui, está presente, é a Ordem de Trabalhos, é o ponto em causa, e efectuámos essa discussão, o PSD nunca disse que se absteria a fazer essa discussão, ainda há pouco pela boca do Senhor Deputado Municipal Rui Loureiro, aqui viemos apresentar no ponto a nossa posição, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nossos pontos de vista, aquilo que entendemos que são medidas que devem ser tomadas e preocupações que devem ser tidas em conta no futuro, e naquilo que é a construção da CRIL, portando, uma distinção muito grande porque aquilo que o Senhor Deputado aqui diz não corresponde à realidade de fato, nem tem sido a nossa prática política, há uma diferença entre entendermos que não há uma posição que não possa ser tomada porque não há acordo entre Partidos, e há uma coisa muito diferente que é tomarmos todos a nossa própria posição aqui, onde a discussão está a ser feita, um esclarecimento, um segundo esclarecimento que eu lhe deixava, é o seguinte, a questão dos direitos é uma questão muito complexa e difícil de discutir, e eu não me sinto nem sequer habilitado para discuti-los, porque eu reconheço que há direitos nestas pessoas que estão aqui presentes, representadas pelas comissões, podem vir a ser postos em causa, acredito que sim, não tenho a mais pequena dúvida disto, mas eu tenho muita dificuldade numa democracia onde todos nós vivemos, em tentar compreender onde é que estão situados os direitos que todos outros aqueles que estão nas filas de trânsito, que estão nas bichas, que sofrem diariamente para chegarem a um sítio e não conseguem, e que não conseguem atravessar a Amadora, e que não conseguem ir da Pontinha à Buraca, que não conseguem viver com normalidade e tranquilidade para as suas famílias porque perdem 4 horas por dia em filas de trânsito porque não temos uma solução rodoviária implementada que já devia estar há 40 anos atrás, portanto, esta questão dos direitos é muito complexa, é difícil, eu não sei qual é o direito que tem de prevalecer, algum será, mas agora admite Senhor Deputado que há direitos que podem vir a ser postos em causa, mas como nós dissemos, e o Senhor Deputado Rui Loureiro disse aqui por diversas vezes, reencontrou aquilo que eu já tinha dito ontem, esta não é a solução ideal, esta é uma solução que neste momento nos parece a mais próxima da ideal, nós estamos disponíveis, como sempre estivemos para encontrar as melhores soluções, eu não tenho a mais pequena dúvida que no próprio processo de execução do projecto que ainda vai ser levado a cabo, se encontrarão novas soluções, nomeadamente no âmbito dos materiais construtivos, não há ainda decisões definitivas, sobre que solução definitiva tomar, o estudo de impacto que aí está, as alterações ao estudo que aí estão, são meramente indicativas, foi dito por diversas vezes, Senhor Presidente, eu vou-lhe pedir uma coisa, eu ontem fiquei extremamente ofendido, que eu ouvi aqui um Senhor membro do público dizer que as pessoas vinham para aqui, passar tempo, e eu não vou admitir, eu não faço mais nenhuma intervenção nesta Assembleia, porque me sinto ofendido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

e sinto que os Deputados Municipais que aqui estão ofendidos com este tipo de comentários, e se continuar a haver comentários desta natureza, eu termino esta intervenção e não faço mais nenhuma, agora é uma ofensa para todos nós, para todos nós que aqui estamos, que se façam comentários gratuitos, comentários ofensivos que põem em causa a integridade e o bom nome das pessoas, eu não sinto que esteja aqui para isso.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, tem toda a razão, aquilo que aconteceu ontem o Senhor Presidente da Assembleia teve ocasião de dizer o que disse, eu próprio já fiz uma ou duas intervenções sobre essa matéria, eu peço desculpa, não ouvi nenhum comentário, se tivesse ouvido, naturalmente teria de imediato reagido, e nesse sentido volto a apelar ao bom senso dos Senhores que estão aqui presentes, e volto a apelar para que se recordem daquilo que eu disse, que são as regras da democracia que são impostas para todos nós, muito obrigado, Senhor Deputado faça o favor de continuar.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Obrigado, eu gostava de trazer aqui outra questão que acho que é fundamental, e que acho que deve ser esclarecida de uma vez por todas, nós por diversas vezes quando aqui discutimos a questão da CRIL, questões associadas à questão da CRIL, falamos de um dito prédio que existe na Damaia, e que foi construído supostamente em pleno canal da CRIL, eu gostava de fazer aqui um pedido formal ao Senhor Presidente da Assembleia, para que faça esse pedido formal também à Câmara Municipal para que nos traga formalmente, quer a data do alvará de construção daquele prédio, a data concreta do alvará de construção, e a data concreta da construção do momento em que ele ocorreu, o ano preciso em que ele ocorreu e o ano preciso em que foi emitido o alvará de construção, para que de uma vez por todas, e para salvaguardar as Forças Políticas, e o bom nome das Forças políticas que aqui estão, e que muitas das vezes se acusam, se calhar injustamente, para salvaguardar esse mesmo bom nome, que aqui se traga o ano exacto do alvará de construção emitido para que aquele prédio pudesse ter sido construído, e o ano em que a construção decorreu, para que de uma vez por todas possamos esclarecer esta questão, porque eu acho muito catita, até, perdoem-me a expressão, que as Forças Políticas, consoante a mudança de cadeira, ou estão numa cadeira ou estão noutra, tenha uma opinião divergente, ontem estávamos sentados numa cadeira aprovávamos, hoje estamos sentados noutra cadeira

discordamos, achamos que é um atropelo, que é um atentado, que estamos a pôr em causa, portanto, esta questão das cadeiras, de uma vez por todas que fique resolvida, e no que diz respeito ao prédio, que fique finalmente resolvida, que se diga aqui em que ano é que aquele alvará de construção foi emitido, em que ano é que o prédio foi construído, ficamos esclarecidos, não há mais dúvidas, e o Concelho de Oeiras fica também com o bom nome resolvido nesta matéria, porque de uma vez por todas se verifica quem de fato decidiu, porque é bom que nomeadamente a CDU se recorde que não tenha duas péssimas medidas, porque aquilo que por exemplo, os Vereadores da CDU noutros municípios dizem sobre questões idênticas que estão em discussão, é substancialmente diferente da prática que a CDU tem noutras questões, portanto, vamos salvaguardar o bom nome de todas as Forças Políticas, vamos salvaguardar o bom nome da CDU, que tem direito a ele, e vamos esclarecer isto de uma vez por todas, Senhor Presidente, portanto eu peço-lhe formalmente, para que solicite formalmente à Câmara Municipal da Amadora que nos indique qual a data do alvará de construção, e qual a data da construção efectiva daquele edifício, para que de uma vez por todas isto se esclareça, muito obrigado.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Eu registei o seu pedido.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado, o meu pedido de esclarecimento tem a ver com o seguinte, Senhor Deputado, eu há pouco referi os aspectos do parecer do Instituto do Ambiente que não estavam ponderados, e a pergunta que lhe queria colocar tem a ver com o seguinte, já aqui várias vezes, alguns Senhores Deputados do PSD, e o Senhor Deputado também na medida em que citou o Senhor Deputado do PSD, referiu que estão disponíveis para considerar alterações, e tal, apreciam o trabalho das comissões e estão atentos, disponíveis para que, avaliam e consideram que as comissões tinham razão em muitos aspectos que do vosso ponto de vista, foram agora tidos em consideração, e que portanto entendem que o processo, e reconhecem a razoabilidade às posições das comissões, a minha pergunta é esta, havendo todos estes aspectos do ponto de vista do Instituto do Ambiente não estão acautelados e não estão ponderados, e reconhecido aqui hoje, finalmente, a razoabilidade, a legitimidade e a autenticidade das propostas e das comissões, a pergunta é esta, porque não, pelo menos, apelar ao Governo para que dê mais um prazo, para que adie o

lançamento do concurso por um tempo determinado, determinado, nós não estamos a falar dos 40 anos, que são uma parte ditadura, não sei se vocês se recordam, e outra parte de Governos PS/PSD no Governo, não sei se se recordam, mas adiante, portanto, o ponto é este, Senhor Deputado, para sintetizar o meu pedido de esclarecimento, o ponto é este, se há razoabilidade da parte das comissões, se não estão acautelados até do parecer do Instituto do Ambiente um conjunto de factores, porquê que nós temos de ir a correr dizer que estamos de acordo com este traçado, quando este traçado não acautelou todos aqueles aspectos, e porquê que pelo menos não nos reunimos todos, a Assembleia Municipal da Amadora, e não apelamos ao Governo para que considere um outro pedido de debate público, devidamente escalonado no tempo, onde possam ser integrados os pareceres, as opiniões, e as solicitações das comissões, já agora, se me permite, Senhor Presidente, só para terminar com uma nota, Senhor Deputado, os Deputados da CDU da Amadora, devem responsabilidade e compromisso à população da Amadora, comprometeram-se com ela, e é a ela que vão responder no dia das próximas eleições, a mais ninguém.”

Senhor Deputado João Lopes: “Eu penso que o Senhor Deputado Luís Guarita se equivocou quanto ao prédio que se referiu, é que se deve estar a referir, com certeza a um prédio mais adiante, que foi construído, aliás, já no mandato do PS na Câmara Municipal da Amadora, que vista apenas 25 metros dos moradores do Bairro de Santa Cruz, ao contrário do prédio a que se referiu, que vista 36 metros, portanto alguma diferença, talvez se tenha equivocado, e talvez seja esse prédio que se esteja a referir e que deva querer fazer um pedido de esclarecimento, mas eu fazia-lhe uma questão, de fato, porque você falou na questão das medidas mitigadoras, e se era possível ou não, através das medidas mitigadoras conciliar os direitos de uns e de outros, não é, e referiu-se até quase como se isso não fosse possível, mas a pergunta que eu lhe deixo então, vai um pouco de encontro à pergunta que eu coloquei ao Deputado do CDS, que é, sendo a solução de um túnel afundado em forma, portanto, como são os túneis do metro, portanto, em profundidade, que permitem conciliar os interesses de quem quer circular na CRIL, com os interesses das populações, se o PSD está disponível para se bater pela concretização desta solução e defender junto do Governo e da Câmara o estudo e a implementação factual de um túnel em profundidade, verdadeiro, em todo o traçado do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

IC17 CRIL, e na parte do traçado do IC16, que diz respeito à proposta que estamos a discutir.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Deputado, a CDU deixou uma herança de construção de tantos prédios, que a gente já não se entende de quais prédios é que estamos a falar, vocês deixaram uma herança de construção para tantos prédios, que a gente de fato, já não se entende sobre que prédio havemos de falar, eu não assinei nenhum, confesso, eu não assinei nenhum, sou dono de um pequeno apartamento de um desses, mas não assinei nenhum, Senhor Deputado, nós estamos claramente disponíveis, nós estamos disponíveis para aceitar todas as soluções que se mostrem viáveis, nós, o Senhor Deputado João Castanheira disse aqui, eu não estava presente, mas estavam presentes os outros meus companheiros de Partido que nós, ao contrário do nosso Partido no Governo naquela altura, e ao contrário da opinião do nosso Governo naquela altura, nós fomos contra a solução apresentada, isso que fique bem claro, porque está registado em ata, nós fomos contra essa solução, sem dúvida nenhuma, nós estamos totalmente disponíveis para aceitar todas as soluções que pressuponham duas soluções prévias, e que isto fique bem claro, duas condições prévias, que a obra não sofra mais atrasos, e que se conclua nos prazos previstos, e que por outro lado, essa dita solução seja viável, porque o problema aqui, é que eu não sei se é viável se não é, eu não sei se é ou não é, e portanto vamos aguardar pelo projecto efectivo de execução, que será da responsabilidade do concessionário, vamos aguardar por ele, vamos verificar quais é que são as medidas mitigadoras dos impactos que esses concessionário vai ter de introduzir, até na linha daquilo que o próprio estudo indica, e portanto, nós estamos totalmente disponíveis para integrar todas as funções e para batalhar por todas as funções que sejam exequíveis com estas duas condições, que a obra não atrase mais, e que a solução seja tecnicamente viável, agora, o que eu acho que está aqui em causa, é um trajecto, um bom traçado, com uma proposta que foi a estudo de impacto ambiental, que teve uma primeira declaração, sofreu alterações, e que essas alterações, como até me explicava o Senhor Deputado da CDU em Comissão, essas alterações foram colocadas sem terem necessidade sem ter necessidade de ser colocadas, foram colocadas à consulta pública, posteriormente, e portanto, eu acho que o projecto e a execução final ainda irá sofrer alterações, e esta Comissão que nós propusemos, e que irá estar no terreno a acompanhar tudo isto, tentará na

medida do possível, e como disse há pouco o meu companheiro Rui Loureiro, com a contribuição das comissões de moradores melhorar tudo o que for possível melhorar, porque nós não queremos deixar de salvaguardar os interesses de quem vai sofrer os impactos, nós estamos até preocupados com uma coisa que mais nenhuma Força Política está, que é com os impactos em obra, que vão ser gravíssimos, para quem não sabe naquela zona da Amadora há oito saídas da Amadora que vão ser afectadas, e portanto nós cá estaremos para viabilizar todas as soluções que se afigurem exequíveis que façam com que a obra se conclua, e que de uma vez por todas esta telenovela que eu quase diria mexicana, sem nenhum desoprima para os mexicanos de quem eu gosto muito, que esta telenovela mexicana acabe de uma vez por todas a contento de toda a gente.”

Senhor Deputado António Santos: “A razão pela qual há tanta dificuldade em responder, porque razão não fazer a obra toda em túnel, é a mesma razão pela qual sempre se tentou responder e rejeitar a solução a seguir, aquilo que de fato é que a CRIL é uma obra fundamental em termos de estruturação das mobilidades, das acessibilidades do nosso Concelho, mas aquilo que existe é uma alteração daquilo que devia ser a CRIL, a CRIL deveria ser sobretudo uma via no qual permitisse escoar o trânsito, que não precisa-se de atravessar os grandes centros urbanos, quer Amadora, quer Lisboa, neste momento, e com o trajecto actual, a importância do trajecto da CRIL passa a ser outro, passa a ser em vez de ser uma alternativa a quem não precisa de atravessar nem a Amadora nem Lisboa, passa a ser uma via de acessibilidade e de despejo de trânsito da cidade da periferia e da periferia para a cidade, esta alteração de conceito é a alteração fundamental, porquê, porquê que não é em túnel, porquê que foi sempre rejeitada a solução c, não havia nenhuma questão técnica que a viabilizasse, a questão é que não haveria os nós e esses canais de despejo da CRIL para, por exemplo, a nova modernidade e a nova centralidade na Amadora, que é aquilo que a Câmara Municipal da Amadora defende, e tem toda a legitimidade de defender, a nova centralidade da Amadora, aquilo que não tem o direito, é de alterar o sentido que era aquele trajecto da CRIL, em desfavor e em prejuízo de decidir bens já consolidados, a população da Damaia, a população fora da Amadora mais o Bairro de Santa Cruz de Benfica, como vocês sabem foram os bairros sociais que o Salazarismo permitiu, a população que encontrou em Alfovelos uma nova urbanização fora dos grandes centros urbanos e com muita dificuldade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de adquirir casa, tem toda a legitimidade de se sentir indignada em ver alterado o sentido, o trajecto e a proposta que existe, e a importância que a CRIL tinha no sentido de escoar e de fazer evitar que o trânsito não tivesse que atravessar a Amadora e Lisboa no sentido de desvio mais rápido, tem todo o direito de se sentir indignada quando esse sentido é desvirtuado no sentido de favorecer as acessibilidades e mobilidade e novas urbanizações que vão ser construídas, esta é a razão de fundo, vamos ver que outras soluções, ou que outras hipóteses vão ser colocadas em cima da Mesa no sentido de melhorar a situação que actualmente existe, aquilo que nós temos a certeza, é que não compreendemos como é que num troço tão pequeno de CRIL começar a 5 nós, como é que é possível em 3, tal km serem necessários 5 nós, nós estamos a transformar a CRIL, naquilo que é a IC19, naquilo que é a Estrada Nacional 117, naquilo que é a segunda circular, uma via de escoamento da periferia para a cidade e da cidade para a periferia, não era por isso que era portanto o projecto da CRIL, obrigado.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Não tenho mais inscrições, Senhora Vice-Presidente deseja usar da palavra? Muito obrigado Senhora Vereadora, está então esgotada a nossa Ordem de Trabalhos, para eficácia externa os textos das deliberações serão aprovados em minuta, mas eu não gostaria de terminar esta reunião, sem, obviamente em meu nome e em especial em nome do Senhor Presidente da Assembleia Municipal desejar a todos um bom Natal e um óptimo Ano Novo de 2007, muito obrigado a todos. Está encerrada a Sessão de Dezembro de 2006”

Encerrada a Sessão o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 22H30.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo **Senhor Presidente da Assembleia** e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.